

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

ELIAS MENDES OLIVEIRA

**DINÂMICA LOCACIONAL DAS INDÚSTRIAS E A
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM POÇOS DE
CALDAS (MG)**

Rio Claro (SP)
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

ELIAS MENDES OLIVEIRA

**DINÂMICA LOCACIONAL DAS INDÚSTRIAS E A
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM POÇOS DE
CALDAS (MG)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do *Campus* de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia (Organização do Espaço).

Orientador: Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes

Rio Claro (SP)
2012

G330.95 Oliveira, Elias Mendes
O48d Dinâmica locacional das indústrias e a produção do espaço urbano em Poços de Caldas (MG) / Elias Mendes Oliveira. - Rio Claro : [s.n.], 2012
177 f. : il., figs., gráfs., forms., tabs., quadros, fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Auro Aparecido Mendes

1. Geografia industrial. 2. Política industrial. 3. Indústria - Aspectos econômicos. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

ELIAS MENDES OLIVEIRA

**DINÂMICA LOCACIONAL DAS INDÚSTRIAS E A
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM POÇOS DE
CALDAS (MG)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do *Campus* de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia (Organização do Espaço).

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes (Orientador)

Profa. Dra. Ana Rute do Vale

Profa. Dra. Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

Rio Claro (SP), ___ de _____ de 2012.

Aos concidadãos da aprazível
Poços de Caldas

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes, pela amizade e pela orientação acadêmica, indicando-me os melhores caminhos a seguir durante a pesquisa; e pelo exaustivo trabalho de correção e adequação de textos.

Aos meus pais e irmãs, pelo apoio incondicional e irrestrito durante o programa de pós-graduação.

Aos meus familiares, pela motivação contínua. Em especial, agradeço à Marina Moreira Mendes, pelo estímulo ao prosseguimento de meus estudos, e à Priscila Moreira Mendes Pedreira, pela amizade e por me abrigar em Araras quando tive que me deslocar a Rio Claro (SP).

Aos meus amigos, pelos momentos de descontração indispensáveis para contrabalancear a densidade dos estudos exigidos pelo programa. Em Rio Claro (SP), agradeço principalmente a Thiago Sebastiano de Melo, Rafael Marques dos Santos, Vinícius Travalini e Gustavo Luís Schacht, cuja amizade foi concebida desde o processo seletivo.

À Letícia Miranda, pelo inestimável apoio no momento mais difícil da pesquisa.

Aos colegas do *Campus Avançado* de Poços de Caldas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), pela cumplicidade. Em especial, agradeço à Aline Pereira Ribeiro pela amizade e coleguismo, assumindo cordialmente a maior parte das funções da Coordenadoria de Graduação nos períodos em que estive afastado.

À Administração da UNIFAL-MG, pela oportunidade de continuar minha formação acadêmica, concedendo-me afastamento parcial, sem o qual seria impossível cursar as disciplinas e executar algumas das atividades exigidas pela pós-graduação. Agradeço, sobretudo, à Profa. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Sarkis, pela confiança, atendendo prontamente ao meu pedido de afastamento, e ao Prof. Dr. Rodrigo Fernando Costa Marques, pelo apoio institucional. Agradeço também ao Pró-reitor de Gestão de Pessoas, Júlio César Barbosa, e à Deíse Inês Landre, pela amizade e pelos esclarecimentos sobre os trâmites relacionados à qualificação dos servidores técnico-administrativos e à concessão de afastamentos na UNIFAL-MG.

Ao Prof. Francisco José Cardoso, pelos materiais e informações extremamente relevantes sobre a história, a economia e a política urbana de Poços de Caldas, que forneceram importantes subsídios para a pesquisa.

À Profa. Dra. Ana Rute do Vale, pela amizade e pelos apontamentos durante a Defesa da Dissertação;

À Prof. Dra. Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, pelas valiosas contribuições teórico-metodológicas durante o Exame Geral de Qualificação e a Defesa da Dissertação.

Ao Prof. Dr. Samuel Frederico pelas sugestões durante o Exame Geral de Qualificação.

À Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, cujos funcionários foram bastante acessíveis e receptivos aos propósitos da pesquisa. Agradeço, sobretudo, ao Coordenador de Fomento à Indústria e ao Comércio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, Sr. Rafael Tadeu Conde Maria, pela entrevista e dados concedidos.

Aos empresários ou aos seus representantes que colaboraram com a pesquisa, respondendo ao questionário industrial.

Ao Gilberto Donizetti Henrique, funcionário da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Rio Claro), e ao Matheus Martins Lopes, acadêmico da UNIFAL-MG, pela confecção de alguns dos materiais cartográficos contidos na pesquisa.

Ao Bruno Pereira de Souza Andrade, pela revisão de textos.

À Eliane Silva de Souza, pelo auxílio na normalização e formatação de trabalhos acadêmicos.

Ao Mauro Lúcio de Abreu, pela amizade e profissionalismo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concepção, desenvolvimento e conclusão deste estudo.

“ALCOA”

“ALCOA ALUMÍNIO S.A.”

Nesta terra onde a flor é riqueza bendita
E o rosal que abrindo é presente de amor!...
Há minérios – entre eles se vê bauxita
A exercer dadivoso valor!

E surgiu a “Alcoa” que a solicita
E que faz dessa pedra, o seu grande labor!
E transforma-a em alumínio que fulge e palpita
E em lingotes – espera, seguir onde for!

Vemos por toda a terra caminhões levando
O belo mineral, já pronto – iluminando
Com a cor da prata, ao sol – a longa caminhada!

E assim prossegue o afã, a cada novo dia,
Fazendo da bauxita essa feliz poesia
De paz e de ternura que é no labor plasmada!

(CALIL, 1995, p. 173)

RESUMO

A indústria constitui a atividade econômica capaz de imprimir as mais profundas e rápidas transformações socioespaciais nas cidades. A distribuição dos estabelecimentos industriais e as tendências de descentralização ou realocação de fábricas no espaço urbano estão subordinadas aos mecanismos do mercado imobiliário, porque há disputa pelas melhores localizações entre as diversas formas de apropriação da cidade (habitação, comércio, serviços, turismo, espaços públicos e/ou de preservação histórica ou ambiental, dentre outras). Os padrões de localização intraurbana das indústrias variam de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas (ano/fase de industrialização), o tamanho e o gênero dos estabelecimentos e articulam-se às dinâmicas locais da indústria das escalas geográficas mais abrangentes (regional, nacional e internacional). A industrialização de Poços de Caldas, cidade média do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, caracterizou-se por diversas fases em que foram adotados padrões distintos de localização intraurbana dos estabelecimentos. A inserção e diversificação da indústria, principalmente de grande porte e de capitais estrangeiros, engendrou profundas alterações na estrutura e no funcionamento da cidade, complexificando sua dinâmica territorial.

Palavras-chaves: produção do espaço, dinâmica locacional das indústrias, política industrial.

ABSTRACT

The industry is the economic activity capable of imprinting the most profound and rapid socio-spatial transformations in cities. The distribution of industrial establishments and the tendencies of decentralization or relocation of factories in urban areas are subordinated to the mechanisms of the housing market, because there is competition for the best locations among the various ways of appropriation in a city (housing, commerce, services, tourism, public spaces and/or historic or environmental preservation spaces, among others). The patterns of intra-urban location of industries vary with the stage of development of productive forces (year/phase of industrialization), the size and nature of the establishments, and articulate to the locational dynamics of industries in the broader geographical scales (regional, national and international). The industrialization of Poços de Caldas – an average town in southern Minas Gerais – was characterized by several phases in which different patterns of intra-urban establishments' location were adopted. The insertion and diversification of industry, especially the large ones and those of foreign capital, has engendered profound changes in the structure and operation of the cities, complicating their territorial dynamics.

Keywords: space production, locational dynamics of industries, industrial policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Localização geográfica do município e do perímetro urbano de Poços de Caldas, 2012.	38
Figura 2. Posição geográfica de Poços de Caldas em relação às principais rodovias que cortam o Sul e Sudoeste de Minas Gerais, 2012.	40
Figura 3. Composição setorial (%) do PIB de Poços de Caldas, 2009.	48
Figura 4. Relação dos cursos de ensino de graduação na modalidade presencial oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior de Poços de Caldas, 2012.	50
Figura 5. Fases de industrialização em Poços de Caldas, 2012.	53
Figura 6. Anúncio publicitário de sabonetes, 1940.	56
Figura 7. Lavra manual de bauxita no Planalto de Poços de Caldas pela CGM na década de 1940.	62
Figura 8. Fabricação de cristais decorativos do tipo <i>murano</i> pela Família Molinari, 1950.	63
Figura 9. Fábrica de alumínio da Alcominas em Poços de Caldas, 1972.	66
Figura 10. Caracterização das zonas morfológico-funcionais das cidades médias.	85
Figura 11. Projeto original da Vila de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas, 1872.	87
Figura 12. Imagem aérea do conjunto turístico formado pelo Complexo Thermas Antônio Carlos-Palace Cassino-Palace Hotel, pelo Parque José Affonso Junqueira e pela Praça Pedro Sanches, 2011.	89
Figura 13. Imagem aérea da mancha urbana de Poços de Caldas, 2010.	94
Figura 14. Disposição de lotes vagos no espaço urbano de Poços de Caldas, 2006.	96
Figura 15. Valor venal do solo urbano em Poços de Caldas, 2006.	98
Figura 16. Refuncionalização da unidade produtiva da CGM, nas proximidades da Av. João Pinheiro, 2012.	99
Figura 17. Refuncionalização de fábrica de sabonetes na Praça Pedro Sanches, 2012.	100
Figura 18. Unidade produtiva da extinta Gelosul, 2012.	101
Figura 19. Uso do solo por categoria de atividade em Poços de Caldas, 2005.	103
Figura 20. Serra de São Domingos, na zona norte de Poços de Caldas, 2012.	106
Figura 21. Verticalização na zona central de Poços de Caldas, 2012.	106
Figura 22. Descaracterização do conjunto turístico da zona central de Poços de Caldas, 2012.	108
Figura 23. Áreas preferenciais para alocação de indústrias, definidas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas, 1970.	114
Figura 24. Localização das indústrias pesquisadas em Poços de Caldas, 2012.	123
Figura 25. Mão-de-obra empregada nos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas, por gênero, 2012.	143
Figura 26. Escolaridade média da força de trabalho dos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas, 2012.	144
Figura 27. Fatores locacionais determinantes para a instalação das unidades produtivas pesquisadas em Poços de Caldas, 2012.	146
Figura 28. Fatores locacionais intraurbanos que influenciaram as escolhas locais dos empresários pesquisados em Poços de Caldas, 2012.	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da população com 10 anos ou mais por ramo de atividade econômica em Poços de Caldas, 1950.	60
Tabela 2. Percentual de população economicamente ativa por setor de atividade econômica em Poços de Caldas, 1970 e 1980.	68
Tabela 3. Distribuição do número de estabelecimentos industriais e da quantidade de pessoal empregado por gênero da indústria em Poços de Caldas, 1970.	69
Tabela 4. Distribuição do número de estabelecimentos industriais e da quantidade de pessoal empregado por gênero da indústria em Poços de Caldas, 1980.	70
Tabela 5. Composição setorial do PIB (%) de Poços de Caldas, 1970-1996.	73
Tabela 6. Composição setorial do PIB (%) de Poços de Caldas, 1999-2009.	74
Tabela 7. Participação do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria de Poços de Caldas no valor adicionado bruto a preços correntes da indústria da microrregião de Poços de Caldas, da mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas e do Estado de Minas Gerais, 1999-2009.	75
Tabela 8. Participação do produto interno bruto a preços correntes de Poços de Caldas no produto interno bruto a preços correntes da microrregião de Poços de Caldas, da mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas e do Estado de Minas Gerais, 1999-2009.	76
Tabela 9. Evolução demográfica em Poços de Caldas, 1920-2010.	91
Tabela 10. Caracterização dos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas, 2012.	124
Tabela 11. Indústrias pesquisadas em Poços de Caldas de acordo com o tamanho dos estabelecimentos e o número de funcionários, 2011.	133
Tabela 12. Indústrias pesquisadas em Poços de Caldas de acordo com o tamanho e o gênero fabril, 2011.	134
Tabela 13. As 10 maiores indústrias em Poços de Caldas de acordo com o gênero industrial, ano de fundação, número de funcionários e origem dos capitais investidos, 2011.	137
Tabela 14. Origem(ns) principal(is) das matérias-primas utilizadas pelas indústrias pesquisadas em Poços de Caldas, 2012.	139
Tabela 15. Área de mercado dos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas, 2012.	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CBA	Companhia Brasileira de Alumínio
CDEI	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Industrial
CDI-MG	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
CDTI	Centro de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação
CEMIG	Companhia Hidrelétrica de Minas Gerais
CGM	Companhia Geral de Minas
CIEMG	Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CODEMIG	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
DME	Departamento Municipal de Eletricidade
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
ENAF	Encontro Nacional de Atividade Física
FJP	Fundação João Pinheiro
FLIPOÇOS	Feira Nacional do Livro de Poços de Caldas
Gasmig	Companhia de Gás de Minas Gerais
GEOSNIC	Sistema Nacional de Informações das Cidades
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFET-MG	Instituto Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
INDI	Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
ITBI	Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis
MC	Ministério das Cidades
M&G	Gruppo Mossi & Ghisolfi
PDIC	Phelps Dodge International Corporation
PEA	População Economicamente Ativa

PIB	Produto Interno Bruto
PUCMinas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SEBRAE-MG	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SEDET	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
Unifenas	Universidade José do Rosário Vellano
ZAP	Zona de Adensamento Preferencial
ZI	Zona Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	14
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.	23
1.1. Dinâmica locacional intraurbana das indústrias: principais contribuições teóricas.	23
1.2. Dinâmica locacional intraurbana das indústrias: experiências estrangeiras e nacionais.	29
2. INDUSTRIALIZAÇÃO EM POÇOS DE CALDAS.	37
2.1. Caracterização físico-territorial de Poços de Caldas.	37
2.2. Aspectos históricos e econômicos de Poços de Caldas.	41
2.3. Fases de industrialização em Poços de Caldas.	51
2.3.1. Fase antiga (1865-1946).	54
2.3.2. Fase mineradora (1947-1964).	58
2.3.3. Fase diversificada (1965-1997).	64
2.3.4. Fase de mutação (1998 em diante).	74
3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM POÇOS DE CALDAS.	81
3.1. Evolução urbana em Poços de Caldas: temporalidades e espacialidades.	86
3.2. Dinâmica imobiliária em Poços de Caldas.	93
3.3. Uso do território e dinâmica urbana em Poços de Caldas.	102
3.4. Política industrial em Poços de Caldas.	111
4. DINÂMICA LOCACIONAL INTRAURBANA DAS INDÚSTRIAS EM POÇOS DE CALDAS.	120
4.1. Padrões intraurbanos de localização da indústria em Poços de Caldas.	121
4.2. Estrutura recente das relações produtivas em Poços de Caldas.	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	151
REFERÊNCIAS.	156
ANEXOS.	167
ANEXO I – Questionário industrial.	168
ANEXO II – Roteiro de entrevista.	173

INTRODUÇÃO

A Geografia Industrial analisa as relações histórica e dialeticamente estabelecidas entre indústria e território. Uma particularidade dessas relações consiste na vigência de dinâmicas locais distintas assumidas pela indústria, que se diferenciam pela escala de análise.

Em escala mundial, a progressiva internacionalização do capital financeiro e produtivo no pós-guerra vem caracterizando-se pelos vultosos investimentos de firmas estrangeiras em regiões periféricas. A abundância de recursos naturais, a presença de mão-de-obra barata, as ações governamentais de fomento à indústria e as leis ambientais menos restritivas permitem a redução dos custos produtivos nos países em desenvolvimento, trazendo melhores condições para (re)produção do capital. Além disso, a aplicação de recursos financeiros em regiões periféricas constitui importante estratégia para conter a desvalorização de capital nos países centrais devido às crises de superacumulação que ocorrem periodicamente no capitalismo.

A modernização dos sistemas de transportes e de comunicações é fundamental neste processo, na medida em que potencializa a permuta de materiais, indivíduos, capitais e informações em escala global, ao mesmo tempo em que reforça a tendência de disjunção espacial da produção pelas multinacionais.

Como consequência, conforma-se uma nova divisão internacional do trabalho com a inserção de novas áreas ao sistema de transformação industrial e da integração dos mercados nacionais, abrindo novas frentes à acumulação capitalista.

O Brasil constitui um dos principais destinos para os capitais de origem externa, motivo pelo qual figura como um dos mais importantes *Newly Industrialized Countries* juntamente com a Índia, a China, o México e a África do Sul.

O território de grandes dimensões, rico em recursos naturais; o enorme potencial do mercado consumidor e de trabalho, representado por uma das maiores populações do mundo; e a ação incisiva do Estado (União, Estados e Municípios) na promoção da indústria, justificam o alto poder de atração do Brasil junto aos investidores internacionais.

A entrada maciça de capitais externos na economia brasileira promoveu a diversificação de seu parque industrial, acelerando os processos de urbanização e de integração do território. Contudo, o Brasil aderiu ao sistema mundial de produção como país periférico, porque manteve a dependência financeira e tecnológica aos países centrais.

Em escala regional, até a década de 1970, a introdução de capitais externos destinava-se basicamente à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), principal área de concentração industrial do país. O maior volume e qualidade das economias de aglomeração nessa área influenciaram grande parte das decisões locacionais dos empresários, devido aos seus papéis na redução de custos produtivos (obtenção de ganhos de escala).

A maior atração exercida pela RMSP sobre as indústrias advém do desenvolvimento, da última metade do século XIX até a década de 1930, de relações tipicamente capitalistas durante o período áureo da produção cafeeira. As inversões de capital agrário na indústria, a expansão do mercado consumidor, o território melhor equipado e a urbanização mais intensa conferiram à capital paulista as melhores condições de acolher e sustentar a atividade industrial no Brasil.

Com base na diversificação e consolidação de seu parque industrial, historicamente a metrópole paulistana condensou a maior parte da riqueza e de população no país, assumindo a primazia econômica sobre o território nacional. A concentração das atividades econômicas acentuou os desequilíbrios regionais pre-existentes no Brasil, principalmente com a integração do mercado nacional devido à expansão da malha rodoviária.

Todavia, o excesso de atividades econômicas e habitantes nessa região manifestou efeitos indesejáveis ao funcionamento da indústria, principalmente após a década de 1970. A presença de deseconomias de aglomeração, como a valorização do solo urbano, a poluição ambiental, os congestionamentos da malha viária, a sindicalização da força de trabalho, dentre outras, acabaram por elevar os custos de produção na metrópole paulistana.

Por essa razão, iniciou-se um movimento de desconcentração da indústria no território nacional, em que muitas unidades produtivas se transferiram da RMSP e

novos empreendimentos industriais foram implantados em outras cidades paulistas e Estados brasileiros.

As cidades médias tornaram-se alvos preferenciais no processo de (re)localização dos estabelecimentos industriais, na medida em que disponibilizaram o suporte urbano (infraestruturas básicas, presença de mão-de-obra e serviços) necessário ao desenvolvimento da indústria, sem apresentar as deseconomias de aglomeração das regiões metropolitanas e grandes centros urbanos. Além disso, muitos governos municipais, ansiosos em promover a industrialização local, utilizaram-se da criação de distritos industriais e de subvenções fiscais para atrair fábricas.

Contudo, os impactos da desconcentração regional da indústria não atingiram as cidades médias de modo uniforme. Ao contrário, o que se observa é um maior dinamismo industrial nas cidades do Centro-Sul do país, principalmente naquelas bem localizadas em relação aos principais sistemas logísticos e aos mercados consumidores de maior relevância.

Além disso, as cidades médias que tiveram sua industrialização (re)ativada neste contexto, em sua maioria, acolheram atividades mais padronizadas da produção ou as mais poluentes. A metrópole paulistana, por sua vez, manteve a primazia econômica sobre o território, especializando-se na oferta de serviços sofisticados e abrigando as atividades nucleares (gestão, desenvolvimento de novos produtos, publicidade e propaganda) dos principais grupos empresariais que atuam no país.

A dinâmica locacional das indústrias em escala regional caracteriza-se, portanto, pela aquisição de novas áreas ao circuito produtivo. Nesse processo, observa-se maior alcance da atividade industrial no território, com a reestruturação das hierarquias urbanas e a manutenção dos desequilíbrios regionais.

Na escala local, intensifica-se a tendência de descentralização da indústria no espaço urbano. As causas deste processo remetem a certas vantagens encontradas nas periferias e subúrbios, que os tornam mais atrativos à (re)localização industrial: disponibilidade de terrenos amplos e baratos e menor convívio com os problemas encontrados nas áreas centrais das cidades, como maior incidência de especulação

imobiliária, engarrafamentos, sobrecarga das infraestruturas urbanas e conflitos com a vizinhança.

A descentralização de indústrias nas cidades realiza-se de duas maneiras: a primeira é de caráter espontâneo, quando a iniciativa de (re)localização nas periferias ou subúrbios parte da própria firma; a segunda é induzida, e caracteriza-se pela intervenção do governo local nas escolhas locacionais. A criação de espaços planejados para acolher a atividade industrial, como os distritos industriais, e a concessão de incentivos fiscais e creditícios constituem os principais instrumentos utilizados pela Administração Pública Municipal para induzir e ordenar a indústria nas cidades.

Independente da escala de análise, o movimento das indústrias no território tem por finalidade maximizar as condições de acumulação do capital relativamente às condições técnicas de produção de cada contexto histórico. Embora se diferenciem quanto ao alcance espacial, as dinâmicas locacionais da indústria mantêm entre si relações de reciprocidade, já que os lugares se articulam por meio de eventos com origem e realização nessas diferentes escalas.

A presente pesquisa discute a dinâmica locacional intraurbana das indústrias em Poços de Caldas, suas correlações com processos advindos das escalas mais abrangentes (como a internacionalização do capital financeiro e produtivo e a desconcentração regional da indústria brasileira), e seus impactos na produção do espaço urbano local.

Poços de Caldas localiza-se no Sul e Sudoeste de Minas Gerais (IBGE 1972), junto à divisa com São Paulo. Atualmente possui 152.435 habitantes (IBGE, 2010a) e desempenha papel de cidade média no Sul e Sudoeste de Minas, polarizando funções como a prestação de bens e serviços, turismo, produção industrial (indústrias extrativas e de transformação) e gestão do território nas escalas local e regional.

A pesquisa sustenta a **hipótese** de que a inserção da indústria promove transformações nas características socioeconômicas (efeitos multiplicadores de emprego e renda, diversificação econômica e urbanização) e na estrutura das cidades (expansão urbana, maior complexidade morfológico-estrutural, maior densidade de fluxos materiais e imateriais), complexificando a paisagem e a

dinâmica do território. Deste modo, o estudo tem como **objetivo geral** compreender a gênese, a evolução e os impactos da industrialização em Poços de Caldas.

Os **objetivos específicos** são:

- Avaliar os condicionantes históricos, políticos, socioeconômicos e geográficos que possibilitaram o desenvolvimento da indústria em Poços de Caldas, em diferentes contextos, bem como suas correlações com as dinâmicas locais da indústria nas escalas mais abrangentes;
- Analisar a contribuição da indústria para a economia local nas diferentes fases de industrialização identificadas no município;
- Caracterizar os ramos industriais presentes em Poços de Caldas, observando a influência de fatores locais, como a presença de insumos, mercado, mão-de-obra, subvenções do governo local, economias de aglomeração, dentre outros, no processo de implantação e desenvolvimento de seu parque industrial;
- Correlacionar a dinâmica local intraurbana de indústrias ao processo de produção do espaço urbano, indicando as relações de complementariedade e/ou conflito entre a indústria e as demais formas de apropriação do território local (habitação, comércio, serviços, turismo, espaços públicos e de preservação histórica e ambiental);
- Identificar e mapear áreas ou eixos de concentração industrial nas diferentes fases de industrialização do município, verificando se existe a tendência de periferização (induzida ou espontânea) das unidades produtivas.

O **método** empregado é o materialismo histórico e dialético, porque permite visualizar a evolução histórica das relações entre indústria e território, e a criação das condições gerais para a produção e reprodução do capital no espaço urbano.

Vários **procedimentos metodológicos** foram empregados durante o desenvolvimento da pesquisa. Os elementos teóricos que permeiam as discussões resultam de um longo processo de levantamento e análise de bibliografia sobre a formação econômica e espacial do Brasil e de Minas Gerais, as teorias de localização industrial, a dinâmica local intraurbana de indústrias, a (re)produção do espaço urbano e a história de Poços de Caldas.

Os dados secundários foram obtidos em fontes diversas, que vão desde páginas eletrônicas que divulgam aspectos gerais do município (em geral, enfatizando-se o turismo ou a memória do lugar) até instituições estatais que fornecem banco de dados estatísticos (em formato digital ou impresso) sobre a economia, a demografia ou as indústrias instaladas em Poços de Caldas, como o Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (CIEMG), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação João Pinheiro (FJP), o Ministério das Cidades (MC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG) e a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas.

Os dados primários foram adquiridos por meio do trabalho de campo que foi realizado junto às indústrias pré-selecionadas por amostragem e ao Poder Público Municipal.

No primeiro caso, foi elaborado um questionário industrial (Anexo I) para se obterem informações relativas ao histórico do estabelecimento, à produção industrial, à força de trabalho, às relações interindustriais, à localização industrial em macroescala, à localização intraurbana da indústria e às perspectivas do empresário quanto às atividades futuras.

Como é de praxe, uma pesquisa piloto foi realizada para verificar a consistência das perguntas relacionadas no questionário dentro dos objetivos da pesquisa. Na ocasião, participaram 20 dos estabelecimentos listados pelo Cadastro Industrial de Minas Gerais do CIEMG (2011), o qual serviu de apoio para o trabalho de campo, por ser a base de dados mais atualizada sobre a indústria em escala municipal no Estado.

A definição do tamanho da amostra foi calculada estatisticamente, considerando-se as respostas das 20 indústrias que participaram da pesquisa piloto. Chegou-se a um total de 35 unidades produtivas a serem visitadas, ou seja, 15 além dos 20 estabelecimentos que contribuíram inicialmente durante a pesquisa piloto.

O trabalho de campo junto às indústrias encerrou-se com a colaboração de 24 estabelecimentos¹, sendo 13 de tamanho micro (1- 19 funcionários), 5 de tamanho pequeno (20 – 99 funcionários), 1 de tamanho médio (100 – 499 funcionários) e 4 de tamanho grande (500 ou mais funcionários), distribuídos entre os diferentes ramos das indústrias extrativa e de transformação. Esta relação abrange 14% das microempresas, 18,75% das indústrias pequenas, 14,28% das indústrias médias e 100% das grandes indústrias listadas no Cadastro Industrial do CIEMG (2011)² e subsidiou os estudos empíricos sobre o comportamento espacial da indústria, em seus diferentes portes e gêneros, na cidade de Poços de Caldas.

No segundo caso, e dando prosseguimento ao trabalho de campo, foi realizada entrevista junto ao Coordenador de Fomento à Indústria e ao Comércio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (SEDET) da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. As questões elaboradas (Anexo II) tiveram por finalidade confrontar as opiniões do Poder Público sobre a indústria e a economia de Poços de Caldas com as informações dos questionários e dos dados estatísticos, bem como avaliar as ações da administração local no que se refere à promoção e ao ordenamento da indústria no território.

O Plano Diretor (Lei Complementar n° 74/2006) (POÇOS DE CALDAS, 2006b), a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar n° 92/2007) (POÇOS DE CALDAS, 2007) e as políticas industriais citadas na pesquisa foram obtidos na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas.

O material fotográfico também foi adquirido de fontes diversas. As fotografias antigas foram compiladas de livros e/ou páginas eletrônicas sobre as memórias da cidade, e as de datas mais recentes foram produzidas pelo autor.

¹ As dificuldades de acesso às indústrias foram muitas, com destaque para a relutância ou a negativa dos empresários em responder aos questionários. A falta de tempo hábil para novas investidas junto aos estabelecimentos, em função dos prazos para tabulação de dados e confecção dos relatórios, tornou inviável completar a amostragem estatística.

² De acordo com o Cadastro Industrial de Minas Gerais do CIEMG (2011), havia 207 indústrias em Poços de Caldas em 2011. Após o cruzamento das informações deste cadastro com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE (2012), constatou-se que 58 não eram propriamente “indústrias”, motivo pelo qual foram excluídas da pesquisa. Além disso, durante o trabalho de campo, observou-se que 13 das indústrias listadas encerraram suas atividades ou deixaram de funcionar nos logradouros indicados. Deste modo, trabalhou-se com 136 dos 207 estabelecimentos industriais catalogados pelo CIEMG (2011).

Alguns dos mapas utilizados foram retirados de relatórios desenvolvidos pelo Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) ou pela Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, como os diagnósticos elaborados para a Revisão do Plano Diretor em 2006 (POÇOS DE CALDAS, 2006a). Outros materiais cartográficos foram confeccionados especialmente para atender às necessidades da pesquisa, como os mapas de localização do município e o de distribuição das indústrias no espaço urbano.

A análise dos dados primários e secundários adquiridos pelos procedimentos metodológicos citados, à luz da teoria levantada, possibilitou a redação da presente pesquisa, que se encontra estruturada da seguinte forma:

- No Capítulo I, apresenta-se um inventário das principais teorias e estudos de caso sobre a dinâmica locacional intraurbana das indústrias em diferentes países e portes de cidade, embasado nos trabalhos de Oliveira (1976), Ribeiro e Almeida (1980), Ribeiro (1982a, 1982b), Sposito (1986/87), Mendes e Selingardi-Sampaio (1987) e Sailer (2010), dentre outros. Este capítulo sintetiza a fundamentação teórica da pesquisa.
- No Capítulo II, discutem-se a gênese e a evolução do espaço industrial de Poços de Caldas, a partir de trabalhos realizados por Willians (2001), Megale (2002), Marras (2004), Rodrigues (2005) Gonçalves (2010), e Frayha (2010), dentre outros. Foram identificadas quatro fases distintas de industrialização no município, que se diferenciam de acordo com as condições técnicas de produção, a articulação do lugar a processos com origem nas escalas mais abrangentes, e a predominância de determinada atividade enquanto motor da economia e do território local.
- No Capítulo III, analisa-se o processo de produção do espaço urbano local, relativizando-se o uso industrial perante às demais formas de apropriação da cidade, por meio de estudos de Carlos (1997, 2007, 2008), Corrêa (2004, 2010), Amorim Filho (2005) e Souza (2011).
- No Capítulo IV, avaliam-se os diferentes padrões e tendências de localização intraurbana das indústrias no espaço urbano de Poços de Caldas, atentando-se para as diferenciações de tamanho, gênero, ano de fundação/fase de industrialização e origem dos capitais investidos nos estabelecimentos,

conforme pesquisas realizadas em outras cidades por Ribeiro e Almeida (1980), Ribeiro (1982a, 1982b), Sposito (1986/87), Mendes e Selingardi-Sampaio (1987) e Sailer (2010). Além disso, caracterizam-se a estrutura e as relações industriais atualmente em vigor no município, utilizando-se dos dados obtidos no trabalho de campo.

- Considerações finais.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Dinâmica locacional intraurbana das indústrias: principais contribuições teóricas

A principal tendência de localização intraurbana das indústrias consiste na descentralização das unidades produtivas. Este processo caracteriza-se pela realocação ou implantação de fábricas nas periferias ou subúrbios, sinalizando o declínio das áreas centrais enquanto destino privilegiado nas decisões locacionais.

A descentralização das indústrias em meio urbano fortaleceu-se ao longo do século XX, permanecendo nos dias atuais. Nos países desenvolvidos, o fenômeno ocorre de forma mais intensa, tanto que existem experiências de “ruralização” da indústria na Europa (MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1987). No Brasil, suas principais manifestações consistem na suburbanização dos estabelecimentos em áreas metropolitanas e na periferização destes em cidades de porte menor.

Nas cidades médias, como Poços de Caldas, Amorim Filho (2005) argumenta que a migração de fábricas das zonas centrais e pericentrais rumo às zonas periféricas e auréolas periurbanas intensifica-se paralelamente ao desenvolvimento urbano e industrial.

As causas da descentralização da indústria são várias, e despertaram a atenção de diversos estudiosos. Para Gachelin (1977 apud MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1987), o processo encontra explicação nas dificuldades encontradas nas áreas centrais para ampliação da capacidade produtiva das indústrias, como a indisponibilidade de terrenos livres, o alto valor do solo urbano e conflitos com a vizinhança devido à produção de dejetos, maus cheiros, ruídos e aumento nos fluxos de tráfego.

Para Dézert (1978 apud SAILER, 2010), o mesmo fenômeno deve ser compreendido à luz das facilidades de se produzir nas áreas periféricas, como a oferta de terrenos amplos e baratos, a proximidade da mão-de-obra e os incentivos concedidos pelos governos locais para a instalação fora do centro.

Para Borde et al (1980 apud AMORIM FILHO, 2005, p. 37),

[...], a expansão das indústrias nas periferias urbanas deve-se, principalmente, às dificuldades crescentes de sua manutenção nas zonas centrais e pericentrais, ou seja, preço alto do terreno, poluição provocada pelas indústrias, dificuldades operacionais resultantes de problemas logísticos, isolamento em relação a complexos industriais localizados em outras partes da cidade, etc.

No Brasil, Mendes e Selingardi-Sampaio (1987, p. 61) consideram que

o êxodo dos estabelecimentos industriais em direção às periferias urbanas pode ser explicado por inúmeras causas, dentre as quais se destacam: o alto preço dos terrenos nas áreas centrais das cidades, a necessidade de muitas indústrias em ocupar grandes espaços, inexistentes nas áreas centrais, a necessidade de se evitar congestionamentos e poluição, a existência de incentivos para a localização em distritos industriais.

Em suma, as dificuldades de operacionalização e de ganhos de escala (ampliação ou modernização da capacidade produtiva) dão origem às forças centrífugas que operam sobre os estabelecimentos consolidados nas áreas centrais e afetam as decisões locacionais futuras. Em contrapartida, a menor incidência dessas forças e o contato com as economias de aglomeração presentes nas periferias reforçam a tendência geral de descentralização das unidades produtivas.

A descentralização da indústria pode ocorrer de modo espontâneo ou induzido (MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1987; SAILER, 2010). No primeiro caso, a iniciativa de (re)localização nas periferias parte das empresas, enquanto que, no segundo, o Estado interfere diretamente nas escolhas locacionais.

De acordo com Mendéz e Caravaca (2008), as ações estatais podem ser de promoção e/ou de ordenamento da indústria. As primeiras sustentam a hipótese de que a atividade industrial constitui o setor dinâmico por excelência da economia, por seus efeitos multiplicadores de emprego e renda. Desta forma, as políticas promocionais visam à introdução, diversificação ou consolidação da indústria no território. A concessão de incentivos fiscais e creditícios constitui um dos principais instrumentos utilizados para subvencionar a implantação de indústrias nos municípios.

Por outro lado, o ordenamento visa a racionalizar as formas de uso e ocupação das cidades. Este tipo de política tem por finalidade mediar conflitos entre as funções urbanas (residencial, comercial, industrial, serviços, circulação, espaços públicos) nas disputas pelas melhores localizações. Para Mendéz e Caravaca (2008, p. 293), “trata-se, [...], de tentar resolver alguns dos problemas e conflitos provocados pelo choque de interesses contraditórios derivados da lógica do sistema capitalista e do livre jogo das forças de mercado”.

No caso específico da indústria, as políticas de ordenamento procuram minimizar os efeitos negativos da industrialização associados à concentração de estabelecimentos nas áreas urbanas de ocupação mais densa, como congestionamentos, poluição ambiental e conflitos com o entorno. As normas urbanísticas, como as leis de uso e ocupação do solo, restringem cada vez mais a atividade industrial no centro das cidades. Em países como a Espanha, por exemplo, os governos locais institucionalizaram medidas para refuncionalização de conjuntos industriais decadentes do centro em usos residenciais, comerciais ou de serviços (PASCUAL e ANDRÉS, 2006).

A criação de distritos industriais constitui a principal estratégia utilizada pela Administração Pública para fomentar e ordenar a indústria no território. Para Oliveira (1976), os distritos industriais são espaços previamente equipados para abrigar ou estimular a (re)instalação das unidades produtivas.

Os critérios observados pelo planejamento na implantação de distritos industriais prezam pela racionalização dos sistemas de circulação e de comunicação interna; preparação dos terrenos (terraplenagem, fechamento de lotes); oferta de todo o equipamento de infraestruturas básicas (fornecimento de água e energia elétrica, saneamento básico, limpeza pública); e localização mais adequada em relação ao tecido urbano.

Sobre este último aspecto, convém frisar que a posição estratégica dos distritos industriais é de suma importância para se alcançarem os objetivos de promoção e ordenamento da indústria. Em geral, a implantação desses espaços ocorre nas periferias, junto às principais vias de circulação interurbana, permitindo o acesso facilitado aos fornecedores, clientes e mão-de-obra. Além disso, a (re)instalação das unidades produtivas nos distritos industriais, quase sempre, é

facilitada pela cessão de incentivos fiscais e creditícios às empresas, o que reforça o movimento de periferação da indústria.

Mendes e Selingardi-Sampaio (1987, p. 61) sintetizaram as principais vantagens da (re)localização de fábricas nos distritos industriais:

[...] preço do terreno menor do que o existente no centro da cidade, fato que possibilita ampliações futuras e mesmo a realização de reserva financeira; possibilidades de estabelecimento de *linkages* entre as indústrias concentradas e o desfrute de economias de aglomeração; uso de equipamentos comuns, como bancos, restaurantes, áreas de lazer, etc; benefícios de infraestruturas comuns, tais como serviços de água, energia, telefone, etc.; eliminação de congestionamentos.

Apesar da orientação geral de periferação das indústrias, inclusive com o estímulo dos governos locais, o movimento de descentralização não anula de imediato os padrões locacionais de tempos pretéritos, nem as necessidades espaciais específicas de alguns gêneros da indústria.

De acordo com Ribeiro e Almeida (1980), muitas indústrias leves e de pequeno porte conseguem manter-se nas áreas centrais porque utilizam pequenas extensões de espaço e não produzem grande quantidade de resíduos. Outras indústrias, como as do gênero editorial e gráfico, priorizam a localização central em função da proximidade ao mercado consumidor mais relevante. Além disso, muitas fábricas com ano de fundação mais antigo permanecem nas áreas centrais por “inércia geográfica”, já que não dispõem de capital suficiente para a realocação em outro sítio.

Desta forma, na maioria das cidades coexistem dois padrões distintos de localização industrial. O primeiro caracteriza-se pela presença de pequenos estabelecimentos, de ramos tradicionais e/ou com ano de fundação mais antigo nas áreas centrais, geralmente próximos às linhas férreas ou principais vias de circulação rodoviária intraurbana. Este padrão denota a influência dos fatores locacionais clássicos (custos de transportes) em outras épocas e da “inércia geográfica”. Demonstra, também, a preferência explícita de muitos governos em atrair grandes indústrias de ramos motrizes aos distritos industriais, como Mendes e Selingardi-Sampaio (1987) observaram em Rio Claro (SP).

O segundo padrão é representado pelas unidades produtivas de maior porte, de setores dinâmicos e/ou de instalação mais recente nas áreas periféricas, inclusive

nos distritos industriais. Trata-se de indústrias que consomem grandes parcelas de espaço ou que atuam em setores poluentes, motivo pelo qual evitam a localização nas áreas centrais das cidades.

Os dois padrões citados foram identificados em diversos estudos empíricos realizados no Brasil e no exterior para diferentes níveis hierárquicos de cidade. Alguns desses trabalhos serão analisados posteriormente.

Um aspecto mais recente que se convém destacar dentro da dinâmica locacional intraurbana das indústrias incide sobre os impactos da reestruturação produtiva em meio urbano. A reestruturação produtiva surgiu como resposta aos entraves impostos pela crise do fordismo à acumulação capitalista a partir dos anos 1970. As principais estratégias utilizadas são a desintegração vertical das firmas, a “externalização” de fases ou processos produtivos (subcontratação e terceirização), a mecanização das fábricas e o investimento em tecnologias e mercadorias sofisticadas ou inovadoras.

Nesse contexto, muitas fábricas não conseguiram se adaptar aos novos requisitos de competitividade associados à abertura dos mercados nacionais desde a década de 1980, e acabaram falindo ou sendo absorvidas por outras empresas. Por outro lado, muitas das indústrias que conseguiram se (re)estruturar aproveitaram a oportunidade para abandonar as áreas centrais, (re)localizando-se nas periferias, distritos industriais ou em parques tecnológicos. Suas novas plantas industriais, em geral, são mais modernas, flexíveis e adaptadas ao atual cenário das trocas econômicas.

Independente do motivo, o encerramento de atividades nas áreas centrais ou nos antigos espaços planejados pelo Estado deixa formas industriais obsoletas no espaço urbano, os *brownfields*. A presença de prédios ou conjuntos industriais desativados traz uma série de problemas às populações do entorno, além da desvalorização imobiliária.

De acordo com Hummel e Mendes (2005, p. 6967 – 6968),

o fechamento de fábricas não traz somente o prejuízo do desemprego para os funcionários e do encerramento das atividades. Prédios e terrenos abandonados representam um transtorno para os moradores do entorno, porque muitas vezes são transformados em ponto de esconderijo para a marginalidade, depósito clandestino de lixo e criadouro de insetos. Muitos prédios abandonados são atualmente a causa da desvalorização de áreas centrais e bairros. Há também o problema ambiental presente em muitos *brownfields* que no passado abrigaram atividades poluentes.

Outro impacto da reestruturação produtiva sobre a dinâmica locacional intraurbana das indústrias consiste na mudança gradativa de conteúdo das políticas locais de fomento à atividade industrial. De acordo com Mendéz e Caravaca (2008), se no século XX almejava-se a implantação de grandes indústrias químicas ou siderúrgicas, atualmente privilegiam-se unidades produtivas intensivas em tecnologia e informação, haja vista seus papéis na promoção do desenvolvimento local/regional, além do menor impacto ambiental.

Como resultado, além dos tradicionais distritos industriais, muitos municípios conjugam esforços para a criação de parques tecnológicos, incubadoras de empresas e condomínios industriais, com o intuito de atrair indústrias de alta tecnologia. Políticas promocionais nesse sentido foram identificadas recentemente por Mendes (2007) em Atibaia (SP); por Sailer (2010) em São José dos Campos (SP); e por Mendes (2011) na cidade espanhola de Valladolid.

Vale lembrar, por fim, que a sucessão dos padrões de localização intraurbana das indústrias reflete a mutabilidade das estratégias espaciais das firmas. Tais estratégias partem do pressuposto de que a localização mais adequada em meio urbano traz consigo a redução de custos operacionais da indústria ou a inserção mais competitiva no mercado. Para Mendes (2011, p.37), este é o princípio da “[...] racionalidade capitalista que se apropria dos melhores espaços e cria as condições necessárias de sua produção”. A variação nas tendências de localização intraurbana das indústrias, portanto, deve ser compreendida à luz das condições técnicas de produção vigentes em cada contexto histórico, e das necessidades espaciais específicas de cada gênero ou tamanho dos estabelecimentos. Por essa razão, reforça-se que a dinâmica locacional intraurbana das indústrias deve ser apreendida dialeticamente.

1.2. Dinâmica locacional intraurbana das indústrias: experiências estrangeiras e nacionais

As tendências de localização intraurbana das indústrias suscitaram vários estudos sobre o comportamento espacial da indústria nas cidades, tanto no Brasil, quanto em outros países. A natureza empírica deste tipo de trabalho contribui para ratificar, complementar ou refutar o conteúdo das teorias que abordam esta temática, e permitem comparar se os padrões de localização se repetem em diferentes lugares. Por estas razões, convém discutir algumas experiências nacionais e estrangeiras sobre a dinâmica locacional intraurbana das indústrias para melhor subsidiar os objetivos da pesquisa.

No Reino Unido, Bull (1978) analisou a estrutura e dinâmica industrial em Clydeside, no período entre 1958 – 1968. Comparando dados sobre a abertura e fechamento de fábricas naquela década, o autor observou altos índices de encerramento da atividade industrial no centro metropolitano paralelamente à proliferação de unidades produtivas nos subúrbios. Por este motivo, vislumbrou a orientação geral de suburbanização da indústria em Clydeside, tanto para as novas instalações quanto pela realocação dos estabelecimentos. A atração exercida pelos subúrbios deve-se à presença de economias de aglomeração e à maior disponibilidade de espaço, o que possibilita a redução de custos operacionais da indústria. Contudo, Bull (1978) ressaltou que a suburbanização teve impacto diferenciado entre os gêneros industriais: muitos estabelecimentos de vestuários, produtos alimentares e materiais gráficos, que consomem menos espaço, permaneceram nas áreas centrais, ao passo que as indústrias pesadas e de maior porte se (re)instalaram nos subúrbios.

Pascual e Andrés (2006) discutiram sobre a evolução do sistema produtivo e seus impactos na (re)estruturação espacial da cidade de Burgos. Esta cidade média espanhola desponta como um dos principais centros urbanos e industriais em sua região (Castilla y León), em partes devido à industrialização intensa por que passou entre 1964 e 1973. Nesse período, a cidade foi alvo das políticas de ordenamento territorial empreendidas pelo governo espanhol, as quais tinham como base ações de fomento à indústria. Como resultado, instalaram-se na cidade grandes

estabelecimentos de capitais exógenos, que diversificaram sua estrutura industrial. Aos tradicionais setores têxtil e alimentício, capitalizados por recursos de origem local, somaram-se indústrias dedicadas à produção de peças para automóveis e à transformação de produtos metálicos (PASCUAL e ANDRÉS, 2006).

Todavia, a crise dos anos 1980 constitui importante marco na história econômica de Burgos, com reflexos diretos na conformação de seus espaços industriais. As necessidades de modernização do aparelho produtivo no mercado globalizado contrastaram com a obsolescência das antigas unidades produtivas. As maiores indústrias conseguiram reestruturar-se mais rapidamente ao novo cenário. Estas, com o objetivo de racionalizar e ampliar a capacidade produtiva, optaram por se reinstalar nas áreas periféricas, onde existiam terrenos maiores e baratos, bem posicionados aos principais corredores logísticos. Contudo, muitos estabelecimentos de menor porte, principalmente de ramos tradicionais, faliram ou foram absorvidos por empresas de origem externa (nacionais ou estrangeiras). O fechamento dessas fábricas deixou *brownfields* no espaço urbano, e todo o tipo de problemas associados às populações do entorno (PASCUAL e ANDRÉS, 2006).

É interessante observar que, nesse contexto, a Administração Pública vem atuando diretamente na refuncionalização dos conjuntos industriais decadentes localizados no interior da cidade (*Áreas de Transformación*), estimulando a implantação de usos residenciais ou terciários naquelas áreas. Os principais instrumentos utilizados consistem na adoção de normas urbanísticas restritivas à indústria nas áreas centrais, e na criação de espaços planejados na periferia, como os parques tecnológicos, como forma de reestruturar o uso do solo e aumentar a competitividade das empresas (PASCUAL e ANDRÉS, 2006).

Em outra cidade espanhola, Valladolid, Mendes (2011) também realizou um estudo sobre as consequências da reestruturação produtiva sobre as indústrias instaladas na cidade. Sua análise recai, basicamente, sobre a (re)adequação dos *polígonos industriales* ao novo requisito de competitividade concebido pela globalização: a produção de mercadorias sofisticadas e inovadoras, intensivas em informação e tecnologia.

Os *polígonos industriales*, assim como os distritos industriais brasileiros, são espaços planejados pelo governo na década de 1960, com o intuito de promover e

racionalizar a indústria no território. Naquela época, a implantação dos *polígonos industriales* constituiu importante estratégia para descongestionar as principais áreas metropolitanas do país (Madrid e Barcelona), e desenvolver áreas interioranas na Região de Castilla y León, onde se localiza Valladolid (MENDES, 2011).

À semelhança de Burgos, a reestruturação produtiva promoveu a falência ou modernização das atividades produtivas de muitas fábricas situadas nos *polígonos industriales* de Valladolid. Os interesses especulativos incidiam fortemente sobre os prédios abandonados ou subutilizados, em virtude da posição estratégica dos antigos *polígonos industriales* em relação às principais vias de circulação intra e interurbana e às áreas centrais da cidade. As principais alternativas empregadas pelo mercado imobiliário para a reutilização das áreas ocupadas pelos antigos *polígonos industriales* consistiam na refuncionalização dos estabelecimentos por indústrias mais modernas e pelo setor de serviços, ou na implantação de condomínios de alto luxo (MENDES, 2011).

Mendes (2011) concluiu que a reestruturação produtiva reforçava a tendência de descentralização da indústria em Valladolid. Os antigos *polígonos industriales* das décadas de 1960/70, devidamente absorvidos pela cidade durante o processo de expansão urbana, perderam a capacidade de suporte e atração junto às atuais e futuras instalações da indústria, respectivamente. Isso ocorreu devido à obsolescência de suas estruturas físicas e aos transtornos relacionados à ocupação do entorno, como congestionamentos, valorização do solo, conflitos de vizinhança e poluição.

No Brasil, um estudo clássico de Geografia Urbana, que aborda diretamente a localização das indústrias e seus impactos sobre a estruturação interna das cidades, foi desenvolvido por Langenbuch (1971) sobre a RMSP. Neste trabalho, o autor destacou as interfaces entre os processos de industrialização e de metropolização a partir da capital paulista no período entre 1915 e 1940, que asseguraram a primazia econômica ao maior aglomerado urbano e industrial do país sobre o território nacional.

A industrialização de São Paulo (SP) data da segunda metade do século XIX, devido à expansão do mercado consumidor e às inversões de capital obtido pela cafeicultura na indústria. Inicialmente, as fábricas concentraram-se na capital, um

grande entroncamento ferroviário que garantia facilidades de transportes (LANGENBUCH, 1971).

Durante a expansão metropolitana (1915-1940), a indústria dispersou-se junto às principais linhas férreas que partiam no sentido radial de São Paulo (SP) rumo ao interior. Nesse movimento, formaram-se subúrbios industriais nas adjacências das ferrovias onde existiam terrenos amplos, planos e baratos, além de águas fluviais. Ao longo do tempo, os subúrbios industriais acumularam economias de aglomeração suficientes para atrair novas fábricas. A oferta de postos de trabalho induziu a formação de subúrbios residenciais nas proximidades das áreas de aglomeração industrial, retroalimentando o processo de expansão metropolitana. Com a crise das ferrovias, as principais vias de circulação intrametropolitanas e os entroncamentos rodoviários tornaram-se os principais vetores de suburbanização da indústria (LANGENBUCH, 1971).

Ribeiro e Almeida (1980) e Ribeiro (1982b) realizaram estudos sobre os padrões de localização e a estrutura de fluxos dos estabelecimentos industriais nas Regiões Metropolitanas de Recife (PE) e de Salvador (BA), respectivamente. Nestes trabalhos, os autores sinalizaram que as principais tendências de (re)localização das indústrias no espaço urbano variam de acordo com os seguintes aspectos: gênero, tamanho, ano de fundação, origem dos insumos e áreas de mercado das unidades produtivas, preço do solo urbano e influências do Estado na promoção e ordenamento da indústria.

Na Região Metropolitana de Recife (PE), Ribeiro e Almeida (1980) identificaram dois padrões nítidos de localização. No primeiro, que vai até 1969, preconizou-se a instalação de fábricas na capital, em detrimento dos demais municípios que compõem a metrópole. As indústrias mais representativas são, em sua maioria, de pequeno e médio porte, dedicadas aos gêneros tradicionais, com origem dos insumos e áreas de mercado local e/ou regional (RIBEIRO e ALMEIDA, 1980).

No segundo, que teve início em 1970, verificou-se a tendência de desconcentração da indústria, alavancada pela instalação de unidades produtivas de grande e médio porte, de setores modernos da indústria, de capitais exógenos, e com origem dos insumos e áreas de mercado que superam os limites da Região

Nordeste. Nesse momento, observou-se também a realocação de fábricas de Recife (PE) rumo aos subúrbios e à periferia, principalmente em função dos altos custos de manutenção da indústria no centro metropolitano (elevação do preço do solo, poluição, congestionamentos) (RIBEIRO e ALMEIDA, 1980).

A implantação dos distritos industriais de Cabo, Paulista e Curado, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi de suma importância na promoção e ordenamento da indústria fora de Recife (PE), o que atraiu principalmente os grandes estabelecimentos de capitais exógenos (RIBEIRO e ALMEIDA, 1980).

Na Região Metropolitana de Salvador (BA), Ribeiro (1982b) apontou que a desconcentração da indústria foi amplamente beneficiada pela instalação do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico de Camaçari, onde se instalaram grandes indústrias motrizes, advindas principalmente do Sudeste do país. De forma análoga à Região Metropolitana de Recife (PE), a SUDENE desempenhou papel fundamental na racionalização e promoção da atividade industrial, cujas ações interferiram diretamente nos processos de suburbanização e periferização das unidades produtivas. Contudo, o autor detectou que Salvador (BA) manteve a maior parte dos estabelecimentos basicamente pela maior expressão de seu mercado consumidor e pela industrialização mais antiga no contexto metropolitano (RIBEIRO, 1982b).

Na cidade de Rio Claro (SP), Mendes e Selingardi-Sampaio (1987) avaliaram os principais processos e formas espaciais envolvidos na dinâmica locacional intraurbana das indústrias no município. Os autores identificaram dois padrões de localização que se diferenciam pela fase de industrialização, origem dos capitais investidos, tamanho e gênero a que pertencem os estabelecimentos industriais.

O primeiro padrão caracteriza-se pela instalação das unidades produtivas preferencialmente nas áreas centrais da cidade, junto aos terminais de transporte ferroviário ou às principais vias de circulação urbana. Esse padrão é típico das duas primeiras fases de industrialização de Rio Claro (SP) propostas por Selingardi-Sampaio (1987): a “pioneira” (1873-1929) e a “tradicional” (1930-1968). As indústrias leves (produtos alimentares, vestuário, editorial e gráfica), de pequeno porte, capitalizadas por recursos locais, são as mais representativas nesse universo de estabelecimentos industriais. A facilidade na aquisição de insumos, a proximidade do

principal mercado urbano e da força de trabalho, e a menor demanda por espaço justificam a localização central das indústrias nesses períodos (MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1987).

A fase denominada “dinâmica” por Selingardi-Sampaio (1987) começou em 1969 e estende-se aos dias atuais. Caracteriza-se pela inserção de grandes volumes de capital exógenos (nacionais ou estrangeiros) na economia local, consonante aos processos de internacionalização do capital financeiro e produtivo e de desconcentração da indústria paulista. Nesta fase, instalaram-se unidades produtivas de grande porte, representadas pelos gêneros mais dinâmicos da indústria, como as químicas, metalúrgicas e mecânicas. Enquanto grandes consumidoras de espaço, a localização central é preterida a favor da implantação dessas indústrias na periferia. A criação do Distrito Industrial na década de 1970 e a concessão de incentivos fiscais e creditícios pela Administração Municipal reforçaram a tendência de localização periférica dos estabelecimentos (MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1987).

Mendes e Selingardi-Sampaio (1987) ressaltaram que os padrões de localização intraurbana das indústrias em Rio Claro (SP) não se anularam na passagem de uma fase de industrialização para outra. Ao contrário, coexistem no espaço urbano indústrias que se mantiveram na área central por “inércia geográfica”, outras que emigraram das áreas centrais e aquelas que se instalaram prontamente na periferia ou no Distrito Industrial.

Em Presidente Prudente (SP), Sposito (1986/87) também analisou os diferentes padrões de localização intraurbana da indústria, com base no ano de fundação, tamanho e gênero industrial dos estabelecimentos. O autor identificou, no município, dois tipos de comportamento espacial das unidades produtivas: 1) as pequenas e médias indústrias, principalmente as de fundação mais antiga, encontram-se localizadas na área central da cidade, junto aos principais eixos de circulação urbana; 2) os estabelecimentos de maior porte e de instalação mais recente alocaram-se basicamente nas periferias, devido à existência de terrenos amplos e baratos.

Em Bauru (SP), Toledo (2009) visualizou os padrões de localização intraurbana das unidades produtivas nos diferentes períodos de industrialização da

cidade. O autor apontou que, até a década de 1960, a instalação das fábricas ocorria preferencialmente junto aos trilhos das ferrovias que cortam o centro da cidade. A partir dessa década, porém, os congestionamentos, a valorização do solo urbano, a poluição ambiental e os conflitos com a vizinhança sinalizaram a tendência de periferação da indústria. É interessante notar que, em Bauru (SP), a criação de distritos industriais data da década de 1960, o que atesta a preocupação precoce do governo municipal em racionalizar a indústria no território e atrair as unidades produtivas que começavam a migrar da RMSP (TOLEDO, 2009).

Sailer (2010) reconheceu os mesmos padrões de localização intraurbana em São José dos Campos (SP): presença de pequenas e médias indústrias, principalmente daquelas com ano de fundação mais antigo, na área central; e localização periférica daquelas de grande porte e/ou de instalação mais recente, principalmente junto às vias troncais de circulação intraurbana, às margens de rodovias, ou em distritos e condomínios industriais.

O diferencial de seu trabalho reside na ênfase sobre as indústrias de alta tecnologia, atraídas pela ampla rede universitária e pela presença de instituições de base tecnológica em São José dos Campos (SP), como a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A proximidade geográfica entre os estabelecimentos envolvidos na produção de novas tecnologias constitui fator locacional de suma importância, por facilitar a permuta de informações e reforçar as sinergias e cooperação entre as firmas. A criação do Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP) teve como objetivo condensar no espaço firmas inovadoras, de modo a fomentar a produção de mercadorias sofisticadas e desenvolver o município (SAILER, 2010).

De modo geral, os estudos de caso validam a hipótese de que a indústria tende a se desconcentrar no espaço urbano em diferentes países e níveis hierárquicos de cidade. O acúmulo de deseconomias de aglomeração (valorização do solo urbano, poluição ambiental, congestionamentos e conflitos com a vizinhança) e a aprovação de normas urbanísticas restritivas à indústria vêm minimizando a capacidade de sustentação e atração das áreas centrais junto às fábricas. Por outro lado, a menor incidência desses fatores e a presença de espaços

planejados (distritos industriais e, mais recentemente, parques tecnológicos e condomínios industriais) constituem estímulos à implantação industrial nas periferias e subúrbios.

Verifica-se, em todos os exemplos mencionados, que as cidades testemunharam diferentes padrões de localização das unidades produtivas, os quais deixaram resquícios na paisagem urbana (*brownfields*, funcionamento de indústrias no centro por “inércia geográfica”, distritos industriais, parques tecnológicos, dentre outros). A análise da sucessão das tendências de localização intraurbana das indústrias permite captar a evolução das condições técnicas de produção e seus impactos na dinâmica industrial e na produção do espaço urbano.

Na sequência da presente investigação científica, procura-se avaliar, à luz da teoria e dos trabalhos empíricos já realizados, a dinâmica locacional das indústrias em Poços de Caldas, bem como seus reflexos na produção do espaço urbano.

CAPÍTULO II – INDUSTRIALIZAÇÃO EM POÇOS DE CALDAS

2.1. Caracterização físico-territorial de Poços de Caldas

Poços de Caldas localiza-se no sudoeste de Minas Gerais, junto à divisa com São Paulo (FIGURA 1). Pertence à mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas, sendo sede da microrregião que leva seu nome e abrange os municípios de Albertina (MG), Andradas (MG), Bandeira do Sul (MG), Botelhos (MG), Caldas (MG), Campestre (MG), Ibitiúra de Minas (MG), Inconfidentes (MG), Jacutinga (MG), Monte Sião (MG), Ouro Fino (MG) e Santa Rita de Caldas (MG) (IBGE, 1972). De acordo com a área de influência das cidades (IBGE, 2007), Poços de Caldas foi classificada como centro sub-regional A, diretamente subordinado a São Paulo (SP) e com influência sobre Andradas (MG), Bandeira do Sul (MG), Botelhos (MG), Cabo Verde (MG), Caldas (MG), Campestre (MG), Ipuiuna (MG) e Santa Rita de Caldas (MG).

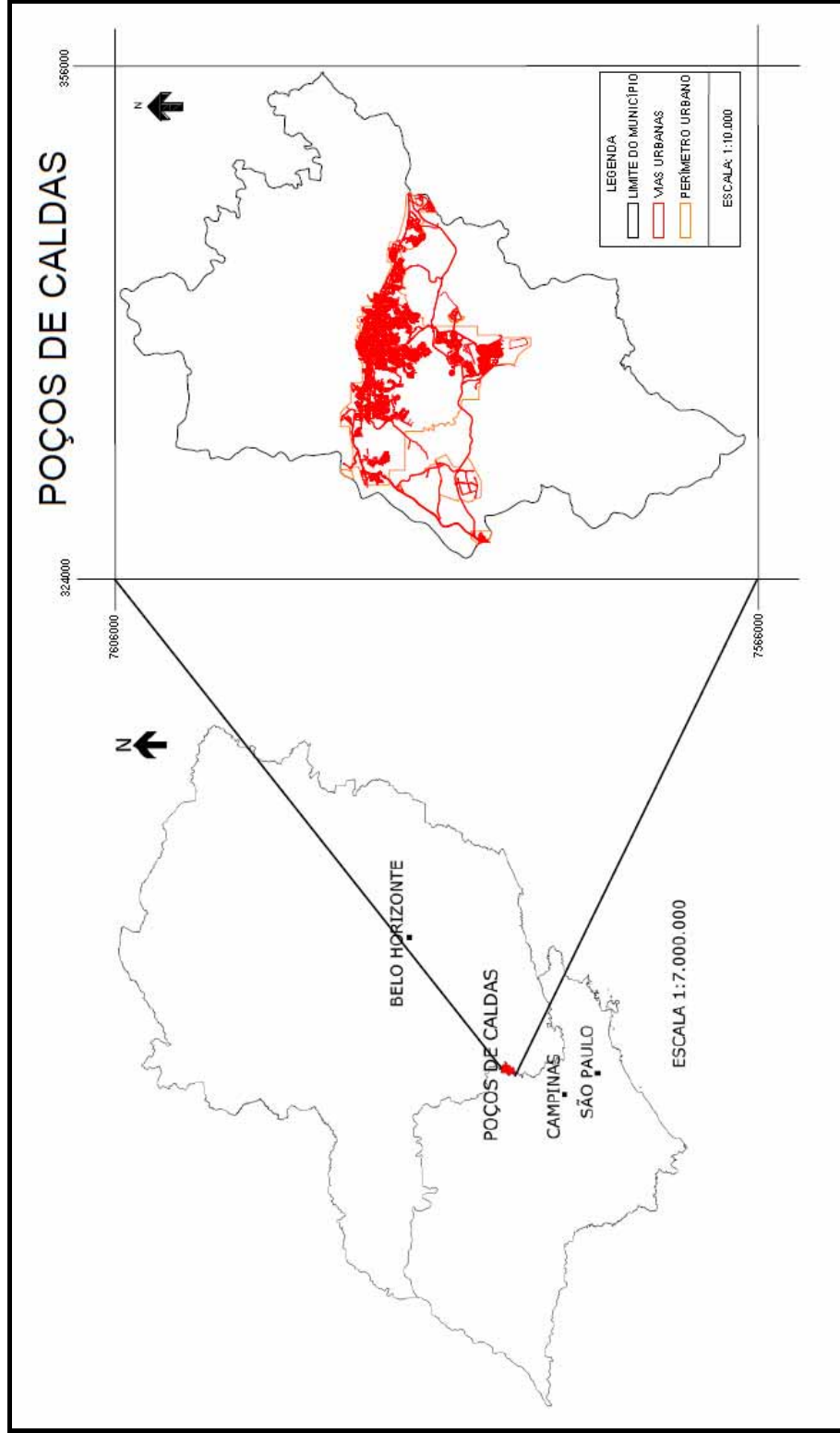


Figura 1 – Localização geográfica do município e do perímetro urbano de Poços de Caldas, 2012.
 Autor – Matheus Martins Lopes, 2012.

O município está inserido na Região Concentrada (SANTOS e SILVEIRA, 2011)³, ou seja, na área de maior concentração econômica e demográfica do país, onde o território é mais densamente equipado e as trocas se materializam mais rápida e intensamente.

Poços de Caldas encontra-se relativamente próxima a importantes centros urbanos e econômico do país, como São Paulo (SP) (250 km), Belo Horizonte (MG) (460 km) e Rio de Janeiro (RJ) (470 km). Além disso, encontra-se bem posicionada em relação a importantes polos regionais mineiros, como Varginha (149 km), Pouso Alegre (102 km), Itajubá (160 km) e Santa Rita do Sapucaí (130 km); e paulistas, como Campinas (160 km), Ribeirão Preto (200 km) e São José dos Campos (315 km) (POÇOS DE CALDAS, 2006a) (FIGURA 2). A situação geográfica facilita o contato com insumos, mercados e informações disponíveis numa das áreas mais dinâmicas do território nacional (Sul e Sudoeste de Minas e Leste de São Paulo), ao mesmo tempo em que potencializa a competição entre empresas e economias locais.

As rodovias constituem a principal forma de acesso a Poços de Caldas. De acordo com o Ministério dos Transportes (2011), o município é servido pela BR-146, que liga Patos de Minas (MG) a Bragança Paulista (SP); pela BR-267, que faz a conexão entre Leopoldina (MG) e Porto Murtinho (MS), na fronteira com o Paraguai; e pela BR-459, que tem início em Poços de Caldas e término em Parati (RJ) (FIGURA 2).

³ Segundo Santos e Silveira (2011, p. 269), “a Região Concentrada, [...], caracteriza-se pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação. Nessa Região Concentrada do país, o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, e a uma vida comercial mais intensa”. A Região Concentrada abrange os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SANTOS e SILVEIRA, 2011).

Muitas das características topográficas e dos recursos naturais associados ao Planalto de Poços de Caldas são fundamentais para a história econômica e para a formação espacial do município. As caldas⁴, o clima de altitude, as quedas d'água (Cascata das Antas, Véu das Noivas e Fonte dos Amores) e a paisagem exuberante têm correlação direta com o desenvolvimento e manutenção da atividade turística. As cachoeiras contribuem para a produção local de energia elétrica, cobrada a menores preços do que os da Companhia Hidrelétrica de Minas Gerais (CEMIG) na maior parte do Estado (ANEEL, 2005). As jazidas de zircônio e bauxita fomentaram a indústria extrativa principalmente a partir da década de 1950, impulsionando o crescimento econômico e a urbanização. O relevo acidentado contribuiu para a formação de uma cidade espalhada, influenciando o mercado de imóveis (formação dos valores imobiliários em função do tempo e custo dos deslocamentos).

De forma sucinta, estas são as principais características físico-territoriais de Poços de Caldas, com impactos sobre a evolução e distribuição espacial das indústrias. Aspectos ligados à localização geográfica; à acessibilidade aos insumos, mercados e informações; e à disponibilidade de certos recursos naturais (água, minérios, dentre outros) constituem alguns dos fatores de atração da indústria aos territórios, respeitadas as diferenciações de tamanho e os gêneros dos estabelecimentos.

2.2. Aspectos históricos e econômicos de Poços de Caldas

A ocupação do Sul e Sudoeste de Minas iniciou-se com as bandeiras paulistas nos séculos XVII e XVIII, que desbravaram os sertões em busca de ouro e pedras preciosas. As expedições ao Planalto de Poços de Caldas tiveram o mesmo intuito, mas a inexistência desses minérios retardou seu povoamento efetivo (MEGALE, 2002).

No entanto, a historiografia da cidade aponta que, por volta de 1770, as fontes hidrotermais eram frequentadas periodicamente por indivíduos em busca do

⁴ De acordo com Megale (2002, p. 12), “a palavra caldas deriva do latim *calidus*, que significa: quente (feminino/*calida*), que é usada na língua portuguesa para designar todas as águas minerais de temperatura elevada”.

tratamento de reumatismos e doenças cutâneas (hanseníase, infecções, alergias), muito comuns naquela época (MEGALE, 2002). Os banhistas tinham procedência diversa e creditavam “poderes curativos milagrosos” àquelas águas (MARRAS, 2004).

Segundo Megale (2002), a tradição local sugere que as caldas foram descobertas por tropeiros que caçavam antas às margens do Rio Pardo. De acordo com Marras (2004, p.41), no final do século XVIII,

[...], por força das notícias que se multiplicavam, aquele vale de pastos e lamaçais espalhados por todo canto, poços fartos de caldas curativas, iam mudando de figura com o afluxo de forasteiros que rapidamente crescia. As águas que há poucas décadas tinham no gado seu mais assíduo frequentador assumiram derradeira esperança de muita romaria e voto de promessa. Era quando, sem ambiguidade, elas reuniam virtudes mágicas e religiosas, porque muitos dos desterrados por doenças, sobretudo os entrevados, sífilíticos e morféticos, chegavam ali arrastados, ou em braços, e dali voltavam em pés para casa – são e ainda mais crentes.

Em 1786, a Capitania de Minas Gerais foi formalmente comunicada do termalismo na região, ou seja, quando o “poder curativo” das águas já era bem difundido nas proximidades (LEMOS, 1904 apud MEGALE, 2002).

A despeito dos fluxos de banhistas, a pecuária constituiu a principal atividade econômica no Planalto de Poços de Caldas até o final do século XIX, quando se introduziu o café e se criou a estância balneária. Tradicionalmente, o Sul e Sudoeste de Minas dedicavam-se à produção de alimentos, que eram comercializados nas antigas áreas de mineração, como Vila Rica (MG) (atual Ouro Preto (MG)), Sabará (MG) e São João del Rei (MG). Segundo Paula (2001), a crise da exploração aurífera no final do século XVIII fez com que a agricultura de gêneros de subsistência e a pecuária se tornassem alternativas para a reestruturação econômica e territorial de Minas Gerais.

A pecuária encontrou condições propícias para seu desenvolvimento na região pelas seguintes razões: disponibilidade de área, pastagens naturais e proximidade ao mercado carioca em franca expansão com a chegada da Corte Portuguesa a partir de 1808 (PAULA, 2001). No Planalto de Poços de Caldas, as pastagens naturais são abundantes e de boa qualidade, e as fontes hidrotermais atraem os bovinos, devido à presença de sais de enxofre (MEGALE, 2002).

A expansão da pecuária e a crescente movimentação de banhistas suscitaram disputas territoriais entre Minas Gerais e São Paulo pelo domínio do Planalto de Poços de Caldas. De acordo com Gonçalves (2010), o litígio ocorreu porque o modelo de ocupação do território era coextensivo às áreas de pastagens, e os limites entre as Capitânicas não eram totalmente definidos (MEGALE, 2002).

Para Megale (2002), existem indícios pontuais de conflitos armados pela posse da região. O paulista Inácio Preto de Moraes, primeiro sesmeiro da área, foi expulso pelos mineiros em 1787, um ano após o comunicado oficial sobre a existência das caldas à Capitania de Minas Gerais.

No início do século XIX, as “águas quentes” tornaram-se propriedade da Família Junqueira, de Minas Gerais, que edificou a Fazenda Barreiro nas proximidades das fontes (futuro embrião da cidade de Poços de Caldas) (MEGALE, 2002; MARRAS, 2004).

Os “junqueiras” dedicavam-se à pecuária e permitiam o acesso de forasteiros às caldas. De acordo com Megale (2002), em 1826, foram realizadas as primeiras melhorias para atendimento dos banhistas, como o fechamento dos poços.

Como o número de banhistas não parava de aumentar, em 1865, a Família Junqueira, sob pena de desapropriação, doou as áreas de manifestação do termalismo à Província de Minas Gerais, onde se planejou e edificou a cidade de Poços de Caldas. Em 1872, novas glebas foram doadas, e o Governo Provincial começou a investir em infraestrutura no local (MEGALE, 2002; MARRAS, 2004).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (POÇOS DE CALDAS, 1992), o povoamento desenvolveu-se rapidamente, com a doação de terras para construção da cidade. Em 1874, a povoação foi elevada a distrito, com o nome de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas. Em 1879, tornou-se freguesia; e, em 1889, chegou à condição de vila (MEGALE, 2002; MARRAS, 2004).

Um fator determinante para o incremento demográfico, a expansão urbana e a crescente autonomia política da Vila de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas foi a introdução do café no último quartel do século XIX (MEGALE, 2002; MARRAS, 2004). Juntamente com as lavouras, foi implantado o ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1886, que tinha por finalidade escoar a produção agrícola e facilitar o acesso de banhistas aos balneários recém-criados.

De acordo com Marras (2004, p.72),

para o caso de Poços de Caldas e seu entorno, o ramal de Caldas da Mogiana, por estender ali a última linha da estação em 1886, viria para atender a um só tempo o escoamento da produção regional, confirmando o lugar como um entreposto de armazenagem e negócios, e a já crescente visitação para cura e veraneio. É que junto deste café do último quartel do século, [...], se disseminariam também, num só aporte, os ecos de urbanização, modernidade e civilização das novas elites influentes desde o final do reinado de D. Pedro II e identificadas com a França, Inglaterra e já Estados Unidos, com quem a comunicação e as trocas mais e mais se estreitavam.

Com o café e a ferrovia, a vila recebeu quantidade expressiva de imigrantes italianos a partir de 1887. Segundo Marras (2004), na virada do século XIX para o XX, praticamente metade dos moradores de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas eram de origem italiana. Estes, além do trabalho no campo, dedicavam-se às atividades urbanas (comércio, serviços e indústria), aproveitando-se dos nichos de mercado relacionados à expansão demográfica e aos fluxos turísticos.

Além disso, a mentalidade das novas elites urbanas associadas ao café, a industrialização nacional incipiente e o contexto republicano influíram decisivamente na construção e desenvolvimento da estância balneária de Poços de Caldas. O ideário político e socioeconômico da época anunciava o ingresso do país na modernidade e o “rompimento” com a longa tradição agrária. Na vanguarda desse cenário, as águas termais despertaram o interesse das classes abastadas, tanto por suas propriedades medicinais, quanto pelo seu potencial de recreação e lazer (MARRAS, 2004).

Em 1872, projetou-se o traçado urbanístico para criação da cidade (FERREIRA, 1996). Seguindo os princípios do higienismo, médicos, estadistas e coronéis consorciaram-se para constituição da primeira estância balneária da América Latina. Os médicos procuravam a terapêutica ideal para cada tipo de moléstia, com base no tratamento hidrotermal. Atacavam veementemente o uso indiscriminado e místico das fontes. O Governo Provincial financiou boa parte da infraestrutura da estação balneária, visando a incrementar a economia local e a conter as ambições territorialistas de São Paulo na região. Os ruralistas locais almejavam a valorização de suas terras no entorno, e os que vinham de outras

localidades, o faziam em busca de entretenimento ou tratamento médico (MARRAS, 2004).

De acordo com Marras (2004, p. 43 – 44),

à civilização das águas (científicas, higiênicas, lascivas e mediadoras dos ritos civilizados de importação) somou-se a civilização do café (produto que se trocava pelos últimos bens ingleses e franceses). Em suma, formou-se na história um bloco compactuado da economia, cultura, política e ciência a favor da implementação da moderna estação balneária. Nela sedimentou-se o solo propício para os ritos das elites em vilegiatura da *belle époque*, práticas sociais destinadas à difusão e assentamento simbólico da modernidade brasileira, cujo palco, espécie de salão ao ar livre, a pequena vila de Poços de Caldas assumiu. A cidade alcançou, então, o apogeu da moda a serviço das elites brasileiras, estendendo-se às primeiras quatro décadas do século XX.

Teve início, portanto, um período de grande *glamour* na cidade, que se tornou município em 1915, com o nome de Poços de Caldas (POÇOS DE CALDAS, 1992). Para Frayha (2010, p. 183), o tratamento crenoterápico durava em média vinte e um dias, ocorrendo nos períodos da manhã e tarde. No entanto, de acordo com Marras (2004, p. 40),

a cidade, [...], não deveria ser exclusivamente dependente dos curistas mas, à maneira do que vinha sucedendo na Europa, especialmente desde a segunda metade dos Oitocentos, que também oferecesse os lucrativos serviços de lazer de jogos e cassinos num ambiente constantemente festivo, animado de entretenimento variado e atrações regulares a fim de atrair um grande movimento de frequentadores - fossem os debilitados, fossem os ociosos endinheirados. Assim estaria garantido o retorno de tanto esforço e capital investido.

Por esta razão, os cassinos e casas de espetáculos proliferaram enquanto opções de divertimento noturno, como o Cassino Polyteama (1911), o Cassino Gibimba (1916), o Palace Cassino (1931), o Cassino da Urca (1942), dentre tantos outros (PONTES, 2011).

De acordo com Ferreira (1996, p. 28), para atender os banhistas e apostadores,

a cidade tudo fazia para em tudo aprimorar-se, tendo à frente os cassinos que por sua vez tomavam a dianteira no que concernia em todos os sentidos às artes e às diversões, os chamarizes da batota. Caros chamarizes como orquestras sinfônicas, companhias de teatro, grandes artistas e cantores, tudo de procedência e fama internacionais.

A rede hoteleira e o comércio expandiram-se rapidamente. Campos de golfe, clubes, piscinas, mirantes e parques foram criados para diversificar as opções de lazer. Em 1938, foi inaugurado o aeroporto, para induzir e facilitar o acesso de turistas de longa procedência (MEGALE, 2002).

De acordo com Frayha (2010), a visitação intensa e a grande quantidade de espetáculos artísticos e culturais imprimiram à cidade ares cosmopolitas, que até hoje a diferenciam dos municípios tipicamente agrários da microrregião.

Durante a década 1930, Poços de Caldas vivenciou o apogeu do turismo balneário, com a inauguração das “Grandes Obras” (Complexo Thermas Antônio Carlos – Palace Cassino - Palace Hotel, Praça Pedro Sanches e Parque José Affonso Junqueira). Nesse momento, a cidade foi amplamente visitada por personalidades ilustres da primeira metade do século XX, dentre as quais Getúlio Vargas se destacava pela assiduidade (MEGALE, 2002).

Na década de 1940, porém, três fatos históricos repercutiram de forma negativa sobre o turismo balneário, afetando, em consequência, a economia local. A difusão da penicilina sobrepuiu a crenoterapia no tratamento de doenças (MARRAS, 2004). A proibição aos jogos de azar em 1946, pelo Decreto-lei Federal nº 9.215/46 (BRASIL, 1946), durante a gestão de Eurico Gaspar Dutra, levou os cassinos à falência (MEGALE, 2002; GONÇALVES, 2010). A proliferação gradativa das rodovias reduziu o tempo de visitação da cidade, criando, nas palavras de Rodrigues (2005), a figura do “turista de um dia ou de um final de semana”.

Na prática, esses fatos reduziram os fluxos e o perfil dos turistas que visitavam Poços de Caldas. Se no período áureo eram os fazendeiros e as elites urbanas do Rio de Janeiro (SP) e São Paulo (SP) que ficavam por longas temporadas, a partir desse momento, os “turistas de um dia ou de um final de semana” da classe média tornaram-se o público predominante (RODRIGUES, 2005). Os impactos no setor hoteleiro e nos postos de trabalho foram imediatos, e a cidade passou por um período de estagnação econômica (MEGALE, 2002; GONÇALVES, 2010).

A crise foi sanada pela ascensão de outras atividades que se desenvolviam às margens do turismo hidrotermal e dos cassinos. A mineração da bauxita,

praticada desde a década de 1930, ganhou impulso com os novos usos industriais do alumínio na década de 1950, atraindo capitais de origem externa ao município.

Na década de 1970, a indústria de transformação diversificou-se e elevou sua importância na economia local, com a instalação de grandes e médios estabelecimentos, muitos dos quais capitalizados por recursos estrangeiros. Por ser objeto de estudo da presente investigação científica, as origens e evolução das indústrias extrativas e de transformação serão discutidas na próxima seção.

Juntamente com o incremento e a diversificação da atividade industrial, Poços de Caldas conheceu uma expansão demográfica, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980 (IBGE, 2010a). A malha urbana expandiu-se, e a cidade passou a disponibilizar bens e serviços que lhe atribuíram a condição de cidade média no contexto regional. De acordo com o IBGE (2010a), o município possui atualmente 152.496 habitantes, dos quais 97,6% residem na área urbana, e 2,4% na zona rural.

A Figura 3 apresenta a estrutura econômica mais recente de Poços de Caldas. A agropecuária, atividade econômica tradicional do Sul e Sudoeste de Minas, contribuiu com 1,18% das receitas produzidas no município em 2009, com destaque para a produção de leite, suínos, café e batata (IBGE, 2010a). As criações mantêm forte relação com indústrias (fábricas de doces, laticínios e frigoríficos) que operam na cidade, fornecendo-lhes os insumos. Quanto ao café, Poços de Caldas, historicamente, constitui entreposto atacadista do produto na região e, segundo Maria (2011), o grão foi a principal mercadoria comercializada pelo município em 2011.

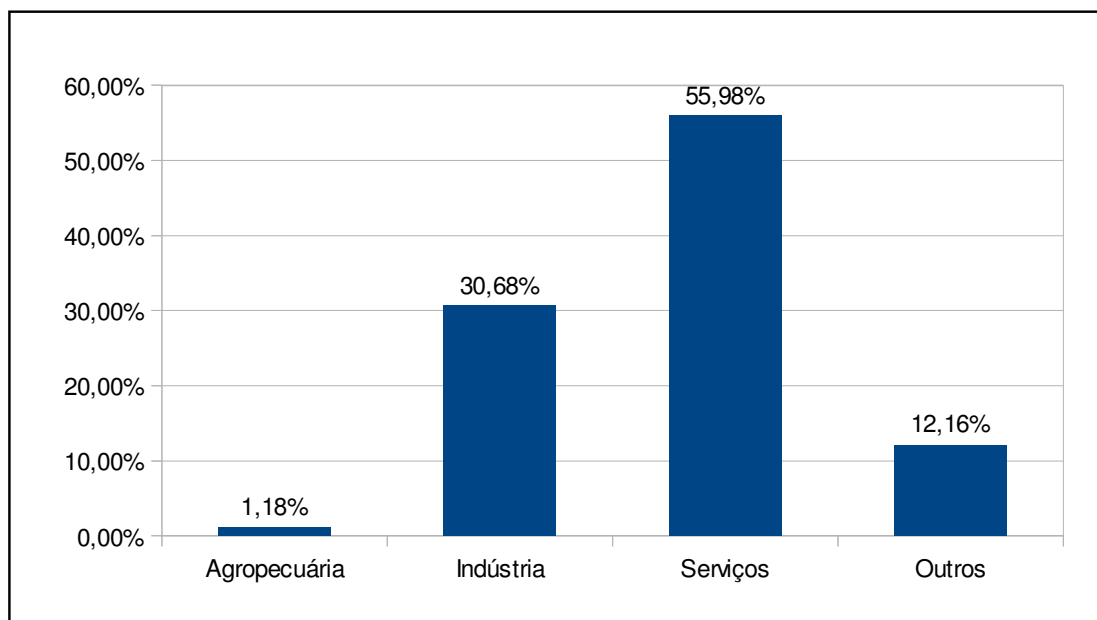


Figura 3 – Composição setorial (%) do PIB de Poços de Caldas, 2009.

Fonte – IBGE, 2010a.

Organização – OLIVEIRA, E. M, 2012.

A indústria produziu 30,68% da riqueza municipal em 2009 (IBGE, 2010a). O parque industrial do município é diversificado, contando com estabelecimentos de diversos tamanhos, gêneros, anos de fundação e origens dos capitais investidos.

O setor terciário foi o principal tributário das receitas de Poços de Caldas, com 55,98% de participação em 2009 (IBGE, 2010a). O turismo mantém sua relevância na geração de emprego e renda para o município, embora sem o *glamour* da primeira metade do século XX. De acordo com Frayha (2010, p. 181),

do ponto de vista econômico, o turismo não é mais a principal atividade econômica do município, mas está impregnado no inconsciente coletivo o quanto ele é importante para o dia-a-dia de todos, como atividade complementar, e como magnetizador de eventos, de infraestrutura de serviços, de lazer, além de impulsionador do comércio local.

Além das tradicionais termas, cachoeiras e parques, que atraem principalmente a população idosa, a cidade tornou-se destino para muitos casais em lua-de-mel. Recentemente, procura-se estimular o ecoturismo, para o qual o município detém grande potencialidade (A CIDADE, 2010).

O comércio varejista é diversificado e atende os turistas e a região. As malhas, cristais, sabonetes, doces, laticínios e embutidos de carne constituem os produtos típicos da cidade, sendo comercializados principalmente no centro, em vias radiais de circulação urbana e às margens das rodovias de acesso ao município. Além disso, Poços de Caldas possui *shopping centers* (*Shopping Poços de Caldas*, *Shopping Gibimba* e *Paço das Águas Shopping*) e empresas atacadistas que suprem o mercado regional.

O setor de serviços também é diversificado. A rede hoteleira é bastante densa, contando, em 2003, com 42 hotéis, pousadas ou *resorts*, que disponibilizavam 6463 leitos ao público (A CIDADE, 2010). Destaca-se, ainda, a presença de muitos bares e restaurantes na paisagem.

Anualmente, o município sedia eventos de alcance regional ou nacional, como o Encontro Nacional de Atividade Física (ENAF), a Feira Nacional do Livro de Poços de Caldas (FLIPOÇOS), dentre outros. Além disso, constitui polo artístico e cultural na região, devido à presença de cinemas e teatro, e da realização esporádica de festivais de música e dança.

Poços de Caldas desponta, ainda, como importante polo de serviços médico-hospitalares e educacionais na região. A cidade oferta grande quantidade e variedade de serviços na área da saúde, tanto em instituições públicas quanto em privadas. A rede de ensino é bastante ampla, abrigando colégios públicos e particulares da Educação Básica, o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (IFET-MG), e instituições de Ensino Superior, como a Universidade José do Rosário Vellano (Unifenas); a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas), a Faculdade Pitágoras, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)⁵. A Figura 4 caracteriza as instituições de Ensino Superior sediadas em Poços de Caldas.

⁵ A criação de um *Campus Avançado* em Poços de Caldas, em 2009, resulta da adesão da UNIFAL-MG ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado pelo Governo Federal em 2003. A definição dos cursos de graduação oferecidos preconizou as características socioeconômicas e a dinâmica urbana do município. Os cursos na área de ciência e tecnologia (Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia Ambiental e Urbana, Engenharia de Minas e Engenharia Química) têm correlação direta com a indústria extrativa e de transformação, principalmente de grande porte, instalada na cidade (UNIFAL-MG, 2012).

Instituição	Ano de Fundação	Categoria	Cursos de Graduação na Modalidade Presencial
Universidade José do Rosário Vellano - Unifenas	1995	Particular	Administração Direito Educação Física Farmácia
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMinas	1997	Particular	Administração Arquitetura e Urbanismo Ciência da Computação Direito Enfermagem Engenharia Civil Engenharia Elétrica Fisioterapia Medicina Veterinária Pedagogia Psicologia Publicidade e Propaganda
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG	2002	Pública	Pedagogia
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG	2009	Pública	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia Engenharia Ambiental e Urbana Engenharia de Minas Engenharia Química
Faculdade Pitágoras	2009	Particular	Administração Enfermagem Engenharia Ambiental Engenharia de Produção Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica Farmácia Psicologia

Figura 4 – Relação dos cursos de ensino de graduação na modalidade presencial oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior de Poços de Caldas, 2012.

Fonte – UEMG, Unifenas, PUCMinas, UNIFAL-MG, Faculdade Pitágoras, 2012.

Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

As Instituições de Ensino Superior presentes em Poços de Caldas ofertam cursos de graduação na modalidade presencial em todas as áreas de conhecimento (agrárias, exatas, humanas e biológicas). Alguns cursos são de especial interesse para as indústrias da cidade, formando mão-de-obra qualificada, como na área de engenharia. Nos últimos anos, os serviços universitários têm elevado sua importância econômica, gerando emprego e renda para município.

De acordo com Gonçalves (2010), esta diversificação histórica de atividades praticadas em Poços de Caldas conferiu ao município grande dinamismo socioeconômico no contexto regional, e um dos melhores índices de qualidade de vida em Minas Gerais. De acordo com a FJP (2000 apud BATELLA e DINIZ, 2006), em 2000, Poços de Caldas apresentava o melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Minas Gerais: 0,841, contra 0,773 de média do Estado.

No entanto, o crescimento e a diversificação econômica não engendraram apenas efeitos positivos. A urbanização intensa a partir da década de 1960 caracterizou-se pela exclusão social e territorial de grande parte da população (POÇOS DE CALDAS, 2006a). Impactos ambientais, como poluição dos solos e dos mananciais de água, estão associados à industrialização e ao crescimento urbano. A própria evolução da cidade vem descaracterizando o patrimônio arquitetônico e urbanístico da estância balneária, obstruindo a paisagem tradicionalmente explorada pelo turismo.

Após esta caracterização da história e economia de Poços de Caldas, serão analisadas as fases de industrialização no município.

2.3. Fases de industrialização em Poços de Caldas

A análise da bibliografia e dos dados referentes à história econômica e à dinâmica territorial de Poços de Caldas possibilitou identificar quatro fases distintas de industrialização no município. Cada fase apresenta características bem definidas, a saber:

- condições técnicas de produção diferenciadas por contexto histórico;
- primazia de determinada atividade (agropecuária, turismo, indústria e serviços) enquanto motor da economia, e com impactos distintos na estrutura e funcionamento do território;
- articulação com processos espaciais com origem em escalas mais abrangentes (global, nacional ou regional), responsáveis pela integração do lugar na divisão territorial do trabalho;

- adoção de instrumentos específicos por parte do Poder Público (local, estadual e federal) para induzir e/ou ordenar a atividade industrial no território;
- utilização de padrões diferenciados de localização intraurbana das indústrias por tamanho e gênero dos estabelecimentos.

As datas utilizadas como marcos entre fases constituem momentos a partir dos quais se iniciou uma (re)estruturação efetiva da indústria e do território local. A sucessão de fases, nas referidas datas, não significa o rompimento abrupto e definitivo com a indústria do período anterior, mas a criação de condições gerais para a fase seguinte, de forma dialética. Nas palavras de Santos e Silveira (2011, p. 24), períodos ou fases

[...], são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo o controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoiada pela evolução brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período.

A Figura 5 resume as características de cada fase de industrialização de Poços de Caldas e suas correspondências a eventos com origem nas escalas mais abrangentes (global e nacional). Nas subseções seguintes, cada fase é analisada em seus pormenores.

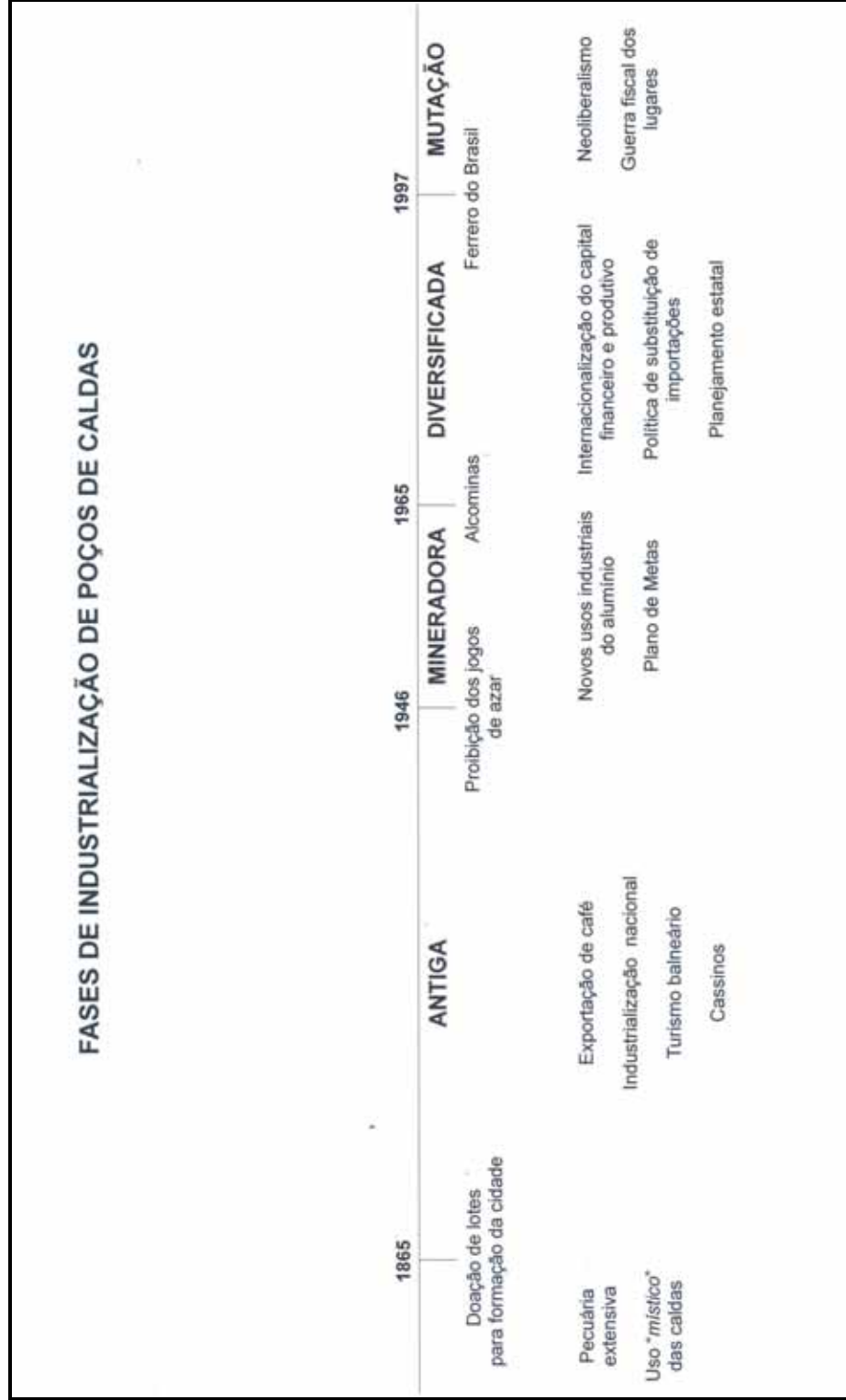


Figura 5 - Fases de industrialização em Poços de Caldas, 2012. Organização - OLIVEIRA, E. M., 2012.

2.3.1. Fase antiga (1865-1946)

A **fase antiga** iniciou-se no final do século XIX, com a intensificação do povoamento e das transformações socioespaciais no Planalto de Poços de Caldas, devido à apropriação do território local pelo turismo. A data de 1865 constitui marco inicial desta fase, devido ao seu significado para a evolução da economia e da cidade na segunda metade do século XIX. Naquele ano, ocorreu a desapropriação das terras contíguas às fontes hidrotermais, e foram tomadas as primeiras ações no sentido de se criar a estância balneária.

Na ocasião, Poços de Caldas adentrou formalmente na divisão territorial do trabalho como lugar de uso turístico, dedicado à cura de doenças e aos prazeres ligados aos jogos de azar e aos festejos noturnos.

As “verticalidades” se impuseram precocemente no lugar, com a apropriação de recursos de incidência limitada no território muito valorizados na época - as fontes hidrotermais. A pecuária extensiva e o uso místico das caldas, atividades então predominantes, foram substituídos pelo turismo balneário e, secundariamente, pela cultura cafeeira, atendendo a interesses e determinações de origem externa.

Os objetos incorporados ao território subordinavam-se direta ou indiretamente às necessidades do turismo, e foram implantados precocemente na cidade, em detrimento da região. A criação do ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1886, atendia um triplo objetivo: facilitar o acesso de turistas, permitir o escoamento de café produzido no Sul e Sudoeste de Minas e abastecer o mercado local e regional com produtos fabricados pela indústria paulista e estrangeira (MARRAS, 2004). A primeira usina hidrelétrica e o sistema de iluminação anexo datam de 1889, e visavam a melhorar os serviços de apoio e de atração de turistas (rede hoteleira, cassinos, dentre outros) (DME, 2010). Em 1904, a cidade já contava com sua primeira linha telefônica (MEGALE, 2002). O plano urbanístico de 1872 e “As Grandes Obras” da década de 1920 procuraram racionalizar o uso do solo e embelezar a cidade, tornando-a um ambiente salutar e festivo. A inauguração do aeroporto, em 1938, permitia o acesso rápido e fácil dos turistas de longa distância (MEGALE, 2002).

A dinâmica do território, portanto, estava subjugada à atividade turística, que vivenciou seu período áureo na década de 1930. Com relação às demais atividades,

[...] naqueles referidos tempos não se estimulavam, para não dizer não se admitiam esforços e pensamentos que não estivessem no círculo turístico médico-termal e hoteleiro, assistido de perto pela regência da poderosa e festiva mentalidade cassineira que mantinha sob invisíveis rédeas o espaço das aspirações sociais. Toda, ou quase todas as estruturas econômicas locais eram simples dependentes ou tributárias do turismo e do pano verde. Fora deles eram ociosas e secundárias outras aspirações do espírito humano (FERREIRA, 1996, p. 39).

A indústria, como outras atividades econômicas, desenvolvia-se às margens do turismo. Os dados relativos à atividade industrial são raros e esparsos, obtidos secundariamente na literatura memorialista da cidade. Pelas condições técnicas de produção relativamente simples da época, principalmente no interior do país, pode-se afirmar que as mercadorias eram de primeira elaboração e pertencentes principalmente ao gênero alimentício, com destaque para os embutidos de carne, as massas, os laticínios e os doces.

A transformação era praticamente artesanal, provavelmente no imóvel dos empresários, e eram utilizados insumos agrícolas produzidos no município ou no entorno, como leite, carne e couro, relacionados à bacia leiteira formada anteriormente na região (séculos XVIII e XIX).

Em alguns casos, as mercadorias tinham correlação direta com os banhos realizados nas termas, como é o caso da indústria de cosméticos, que se destacava pela fabricação de sabonetes, sais de banho e outros produtos para a pele (FIGURA 6).



Figura 6 – Anúncio publicitário de sabonetes, 1940.
Fonte - MARRAS, S., 2004, p. LV.

De acordo com Ferreira (1996), o desenvolvimento da cidade, a partir do plano urbanístico de 1872, estimulou a criação de pequenas olarias e indústrias cerâmicas para atender às demandas crescentes da construção civil.

A imigração italiana teve papel fundamental na primeira fase de industrialização devido aos conhecimentos técnicos trazidos do país de origem. Segundo Lemos (1904, apud MARRAS, 2004, p. 80), “[...], em 1903, as indústrias e profissões da vila distribuíam-se entre 69 estrangeiros e apenas 44 brasileiros”. Os italianos dedicavam-se principalmente à produção caseira de alimentos e vinhos. De acordo com o SEBRAE-MG (1997), a fabricação de garrafas de vidro para envase das bebidas deu origem às cristalarias que atuam na cidade desde a década de 1940.

A mineração já era praticada desde o final do século XIX. De acordo com Megale (2002), os primeiros estudos sobre a geologia do Planalto de Poços de Caldas datam de 1887, quando a abertura do ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro deixou rochas expostas.

A partir de 1909, começou a extração do zircônio. Segundo Willians (2001, p. 10),

o zircônio era exportado para a Alemanha, [...]. Nessa época, a Alemanha já se preparava para a guerra. Então, deduz-se que o minério extraído do Planalto de Poços de Caldas tenha tido uma destinação bélica para tornar mais duro e resistente o aço empregado em armamentos. Alguns relatos da época, inclusive, associam o zircônio daqui retirado à fabricação dos maiores canhões da Primeira Guerra Mundial, os “grande Bertha”.

De acordo com Megale (2002), a bauxita foi identificada em 1919, mas sua exploração ocorreu apenas na década de 1930, quando o minério passou a ser transformado em sulfato de alumínio para tratamento de água em São Paulo.

Segundo Willians (2001), tanto o zircônio quanto a bauxita eram extraídos de forma rudimentar. As lavras eram manuais, e não se produzia em larga escala.

Considerando as características dos estabelecimentos daquela época - ramos tradicionais, de pequeno porte, de organização familiar, mercado local e com ciclo de vida curto –, bem como o predomínio da atividade turística, a indústria detinha pouca capacidade de dinamizar a economia e o território local.

Além disso, ainda não era comum que os governos estaduais e, principalmente, os municipais criassem mecanismos específicos para fomentar ou racionalizar a atividade industrial no território. De acordo com Oliveira (1976), Minas Gerais foi o Estado pioneiro na adoção de políticas industriais a partir da década de 1940, ou seja, quando a **fase antiga** de industrialização de Poços de Caldas se aproximava do fim.

No entanto, uma das firmas criadas nesta fase se desenvolveu e permanece em atividade (Togni S/A Materiais Refratários), enquanto outras (Leiteria Poços de Caldas e Companhia Geral de Minas (CGM)) despertaram o interesse de grupos empresariais externos (Danone e Alcoa) ao município.

A Togni S/A Materiais Refratários é uma firma tipicamente familiar, criada em 1916 (WILLIANS, 2001). Suas origens remontam aos imigrantes italianos que se

estabeleceram na região no final do século XIX e se dedicavam à cerâmica convencional (SEBRAE-MG, 1997). Ao longo do tempo, a empresa modernizou-se, diversificou sua produção e ganhou novos mercados. Atualmente, configura entre as maiores indústrias em operação no município.

A Laiteria Poços de Caldas surgiu em 1916, aproveitando-se da bacia leiteira de Poços de Caldas e entorno (DIAS, 2009). De acordo com o SEBRAE-MG (1997), a empresa constituiu a primeira indústria de laticínios do Sul e Sudoeste de Minas, com pioneirismo na produção de queijos finos no Brasil. Em 1942, foi transformada em Laticínios Poços de Caldas (SEBRAE-MG, 1997); e, na década de 1970, passou ao controle da multinacional francesa Danone.

A CGM foi criada em 1935, quando a mineração lentamente adquiria maior relevância para a economia poços-caldense. A bauxita era pré-processada e encaminhada por ferrovia ao Estado de São Paulo, onde era transformada em sulfato de alumínio para tratamento de água. Em 1962, a empresa foi comprada pela norte-americana Alcoa, dando origem à Alcominas em 1965 (WILLIANS, 2001).

Apenas a Togni S/A Materiais Refratários permaneceu em atividade dentre as indústrias implantadas na **fase antiga**. Embora não tenham sido encontrados registros das pequenas indústrias de doces, queijos, malhas, embutidos de carne e cosméticos, a fabricação destas mercadorias tornou-se emblemática para Poços de Caldas, principalmente pela associação com o turismo.

O ano de 1946 constitui marco de encerramento da **fase antiga**, quando o turismo balneário entra em crise, principalmente pela proibição dos jogos de azar. A partir desse momento, outros setores (indústria extrativa, de transformação e serviços) assumiram progressivamente o comando da economia e do território local, ainda que o turismo permanecesse como fonte de renda e elemento fundamental na memória do lugar.

2.3.2. Fase mineradora (1947-1964)

A **fase mineradora** desenvolveu-se entre 1947 e 1964. Com o declínio do turismo hidrotermal e dos cassinos, a indústria gradativamente aumentou sua

importância econômica e poder de transformação do território, com destaque, neste primeiro momento, para a mineração da bauxita.

De acordo com Megale (2002), no período imediatamente posterior à crise da estância balneária (final da década de 1940), o município vivenciou as mazelas da estagnação econômica, como a redução do número de empregos e da arrecadação municipal. De acordo com Gonçalves (2010, p. 65), a proibição dos jogos de azar

foi um choque para a economia da cidade, visto que os cassinos não traziam somente arrecadação de forma direta, mas aqueciam toda a economia da cidade, desenvolvendo outros setores, como as indústrias hoteleiras, de laticínios e todos que se dedicavam à atividade turística. [...]. Economicamente falando, esse decreto fora um atraso, principalmente para as regiões que exploravam a prática, pois os jogos de azar davam lucros e atraíam visitantes, o que beneficiava todo setor de serviços. Na época do decreto muitos apostaram que a economia da cidade entraria em atrofamento.

Desta forma, “durante alguns anos um terrível marasmo pairou sobre o comércio, indústrias e a rede hoteleira da cidade” (MEGALE, 2002, p. 39). As pequenas fábricas de cosméticos e de alimentos foram diretamente atingidas pela crise, já que detinham nos turistas parcela expressiva de seus mercados.

A crise só não foi pior devido à estrutura econômica historicamente diversificada de Poços de Caldas (GONÇALVES, 2010). A Tabela 1 apresenta uma visão global da economia de Poços de Caldas em 1950, com base no número de pessoas empregadas por ramo de atividade econômica.

Tabela 1 – Distribuição da população com 10 anos ou mais por ramo de atividade econômica em Poços de Caldas, 1950.

Ramo de atividade	Pessoal empregado	% sobre o total
Agricultura, pecuária e silvicultura	2263	12,01
Indústrias extrativas	246	1,30
Indústrias de transformação	1290	6,83
Comércio de mercadorias	968	5,13
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	140	0,74
Prestação de serviços	2957	15,69
Transportes, comunicações e armazenagem	546	2,89
Profissões liberais	143	0,75
Atividades sociais	605	3,20
Administração pública, legislativo e justiça	164	0,86
Defesa nacional e segurança pública	51	0,27
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	8309	44,07
Condições inativas	1181	6,26
Total	18863	100,00

Fonte – IBGE, 1958.

Excluindo-se os dados relativos às atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, a prestação de serviços constituía a principal atividade geradora de empregos em 1950, ocupando 15,69% da população. A indústria (extrativa e de transformação) contribuía com 8,13%, ou seja, pouco mais da metade do pessoal ocupado na prestação de serviços, distribuindo-se entre 13 unidades extrativas e 122 de transformação (IBGE, 1958). Desta forma, as atividades ligadas de alguma forma ao turismo mantiveram-se como principais fontes de emprego para o município, embora as mineradoras pioneiras começassem a expandir sua capacidade produtiva, como é o caso da Companhia Geral de Minas (WILLIANS, 2001).

A partir da década de 1950, a indústria extrativa adquiriu importância crescente na economia local. A difusão de novos usos industriais para o alumínio em escala mundial no pós-guerra, como a produção de abrasivos, condutores elétricos, utensílios domésticos e embalagens, reforçou a importância econômica da bauxita do Planalto de Poços de Caldas (WILLIANS, 2001). Além disso, o país adentrava em um surto de industrialização a partir do Plano de Metas (1956-1961), aumentando a

demanda de bauxita pela indústria nacional, devido à diversificação da produção de bens de consumo duráveis.

A presença de certos recursos naturais no território determinaria mais uma vez a integração de Poços de Caldas na divisão territorial do trabalho. Novas indústrias instalaram-se na cidade para explorar bauxita e exportá-la para outros países ou para a indústria paulista.

A CBA, empresa de capital nacional, implantou sua unidade produtiva na cidade em 1955, encaminhando o minério por ferrovia até Alumínio (SP), para transformação industrial (WILLIANS, 2001). A CBA atualmente pertence ao Grupo Votorantim (CBA, 2011).

A Mineração Curimbaba foi fundada em 1961 (MARIA, 2010), por capitais locais. Juntamente com a Togni S/A Materiais Refratários, figura entre as 10 maiores indústrias de capitais endógenos do município. De acordo com Willians (2001, p. 53),

seus produtos líderes são baseados na bauxita calcinada e no óxido de alumínio eletrofundidos – uma fusão com alta carga de energia elétrica. São aplicados em abrasivos e polimentos. Sua empresa tem instalações em diversas cidades e exporta seus produtos, mantendo escritórios comerciais na Europa, EUA e Japão.

Durante a **fase mineradora**, as indústrias extrativas mantiveram a extração manual de bauxita (FIGURA 7). Segundo Willians (2001, p. 58), isso se deve ao fato de que “há uma particularidade na bauxita de Poços de Caldas: ela ocorre quase na superfície da terra, logo abaixo da camada do solo, e tem uma espessura média de 4,5 metros”.

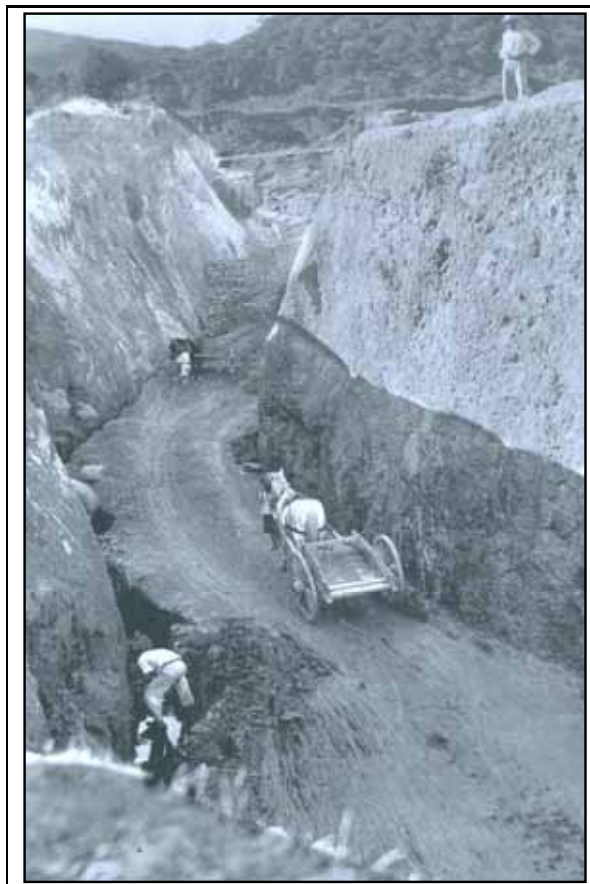


Figura 7 - Lavra manual de bauxita no Planalto de Poços de Caldas pela CGM na década de 1940.

Fonte - WILLIANS, D., 2001, p. 68.

De acordo com Megale (2002) e Gonçalves (2010), o zircônio também adquiriu maior importância econômica na década de 1950. A descoberta de radioatividade no minério na década de 1940, devido à presença de urânio (WILLIANS, 2001), trouxe novas expectativas de exploração, associadas aos papéis econômicos e militares da energia nuclear após a Segunda Guerra Mundial.

Para avaliar a viabilidade econômica da extração e beneficiamento do zircônio, foi instalada a Comissão Nacional de Energia Nuclear no município, em 1959 (CNEN, 2006). Contudo, o minério não foi processado para geração de energia nuclear. De acordo com Megale (2002), o molibdênio (mais radioativo) foi utilizado pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para este fim na década de 1980, mas no município vizinho de Caldas (MG).

No que concerne à indústria de transformação, esta praticamente manteve as características da fase anterior: estabelecimentos de pequeno porte, operando ramos tradicionais, e que tinham o mercado local/regional e turístico como público.

É importante destacar que as primeiras cristalarias se desenvolveram no final da década de 1940. De acordo com o SEBRAE-MG (1997, p. 31), “em 1947, instalou-se a Vidraria Poços de Caldas, começo de uma produção hoje representada pelos artigos de cristal das empresas Bonora, Cá d'Oro, São Marcos, Veneza e São Mateus”. A fabricação de artigos de decoração em cristal do tipo *murano* (FIGURA 8), à semelhança de muitos outros produtos da indústria local, resulta da sistematização de conhecimentos técnicos relacionados à imigração italiana. Estas mercadorias são muito afamadas entre os turistas.



Figura 8 – Fabricação de cristais decorativos do tipo *murano* pela Família Molinari, 1950.
Fonte - MORAIS, D. A. de, 2006, p. 93.

Em síntese, durante sua segunda fase de industrialização, Poços de Caldas contornou o quadro econômico desfavorável, engendrado pela crise do turismo balneário, e lançou as bases para o desenvolvimento futuro. A mineração desempenhou papel fundamental nesse sentido, relacionando o território local a novas demandas de origem externa (nacional e internacional). A indústria extrativa ascendeu lentamente à condição de principal atividade econômica do município, fato que seria reforçado com a instalação da Alcominas em 1965. Paralelamente à industrialização da **fase mineradora**, Poços de Caldas cresceu econômica e demograficamente num ritmo mais intenso do que o dos municípios do entorno, polarizando funções (produção, prestação de bens e serviços, gestão do território) no contexto regional.

2.3.3. Fase diversificada (1965-1997)

A **fase diversificada** começou em 1965, com a instalação da Alcominas, e caracteriza-se pela inserção de grandes somas de investimentos externos na indústria de Poços de Caldas, consolidando a participação do setor secundário na economia local.

A implantação de grandes indústrias de capital externo tem correlação direta com o processo de internacionalização do capital financeiro e produtivo, a partir da década de 1950. De acordo com Firkowsky e Selingardi-Sampaio (1992, p. 24),

a internacionalização do capital financeiro e produtivo decorreu da busca de taxas mais elevadas de acumulação capitalista. No setor industrial, a instalação de fábricas (novas ou transferidas) de grandes corporações em regiões e países diferentes, com maiores vantagens para o capital, incorporou novas áreas ao espaço tradicionalmente industrializado e fez surgir um sistema global de produção industrial, possibilitado ainda pelo grande avanço tecnológico dos meios de transportes e de comunicações.

Harvey (2005) caracteriza a internacionalização do capital financeiro e produtivo como uma das estratégias capitalistas para contornar as crises periódicas de superacumulação que ocorrem devido às contradições entre capital e trabalho. Deste modo, o processo constitui um “ajuste espacial” por meio do qual excedentes de recursos produzidos nos países centrais são direcionados para a periferia,

contendo a desvalorização do capital e abrindo novas frentes para geração de lucros.

De acordo com Selingardi-Sampaio (1987, p. 1),

o Brasil integrou-se à nova ordem econômica mundial como um dos países da periferia mais aptos a receber investimentos externos. Desde os anos 30 delineava-se internamente uma política de industrialização que, nos anos 50, foi definitivamente implementada pelo Estado e favorecida pela expansão da força de trabalho e pela crescente incorporação do mercado interno. Conjugados à boa receptividade mostrada pelos sucessivos governos ao investimento externo (excetuando-se apenas o curto período entre 1961 e 1964) e a outros elementos de atração detidos pelo Brasil (país de dimensões continentais, com amplos e diversificados recursos naturais e grande contingente populacional), tais fatores responsabilizaram-se pelos dois principais surtos industriais ocorridos no país, de 1955 a 1961 e de 1968 a 1971.

Minas Gerais alinhou-se às políticas de substituição de importações adotadas pelo regime militar, procurando expandir e dinamizar seu espaço industrial. Para atingir este objetivo, investiu fortemente na instrumentalização de seu território, adensando sistemas de engenharia (rodovias, energia, comunicações) que dão suporte à produção e à circulação do capital. Além disso, órgãos públicos foram criados para fomentar e racionalizar a atividade industrial, como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em 1962; o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), em 1969; e a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG)⁶, em 1971 (BARBOSA, 1979).

Na condição de um dos municípios econômica e demograficamente mais promissores do Sul e Sudoeste de Minas, possuidor de importantes reservas minerais, Poços de Caldas não passou incólume aos investimentos externos e às ações de governo que visavam a dinamizar e fortalecer as indústrias nacional e estadual. O INDI, órgão responsável por identificar, avaliar e promover oportunidades de investimento industrial em Minas Gerais, atuou diretamente na divulgação de Poços de Caldas enquanto cidade propícia para acolher indústrias de médio e grande porte, nacionais ou estrangeiras, nos diferentes setores da indústria. Em cartilha de divulgação lançada em 1974, o INDI (1974, p. 3) avalia que

⁶ Órgão anexado atualmente à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG).

[...], com a grande expansão e diversificação industrial que Minas Gerais atravessa atualmente, a estratégica posição geográfica de Poços de Caldas, o seu excelente potencial de recursos humanos, minerais e agropecuários, associados a sua tradição industrial, são as bases para a existência de excelentes oportunidades de investimentos no município, para cuja avaliação este documento se propõe a fornecer subsídios úteis.

Sob influência do processo de internacionalização do capital financeiro e produtivo e da política industrial adotada pelos governos estadual e federal, Poços de Caldas vivenciou expressivo desenvolvimento industrial e econômico entre 1970 e 1980. Nesse período, a indústria e a economia expandiram-se e diversificaram-se profundamente, devido à instalação de grandes estabelecimentos estrangeiros. O município integrou-se à divisão internacional do trabalho como “plataforma de produção”, articulando-se a circuitos de transformação industrial com poder de comando nas escalas mais abrangentes (global e nacional).

A norte-americana Alcoa foi a primeira multinacional a investir em Poços de Caldas, com a aquisição, em 1962, das ações da CGM (WILLIANS, 2001). Contudo, a empresa iniciou suas atividades apenas em 1965, com o nome de Alcominas. Em 1970, foi implantada a unidade metalúrgica da empresa, o que fechou uma cadeia produtiva no município (extração da bauxita – produção de alumina – fabricação de lingotes e pó de alumínio) (WILLIANS, 2001) (FIGURA 9).



Figura 9 – Fábrica de alumínio da Alcominas em Poços de Caldas, 1972.
Fonte – WILLIANS, 2001, p. 79.

De acordo com Gonçalves (2010, p. 76), Poços de Caldas

[...] foi escolhida pela Alcoa por vários motivos, entre os quais a proximidade com São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, importantes capitais brasileiras. Mas o principal motivo da instalação da empresa foi a questão da energia, visto que a represa de Furnas seria inaugurada em 1963, facilitando o abastecimento de energia.

Com a implantação da Alcominas e a expansão da capacidade produtiva de outras mineradoras (CBA e a Mineração Curimbaba), devido à substituição das lavras manuais pela mecânica (WILLIANS, 2001), a mineração da bauxita consolidou-se e viveu seu apogeu entre as décadas de 1970 e 1980.

No entanto, não foi só a grande indústria extrativa que foi atraída para Poços de Caldas. As indústrias de transformação, tradicionalmente de pequeno porte e de ramos leves, conheceram um salto qualitativo e quantitativo durante a **fase diversificada**.

A Fertilizantes Mitsui (atual Yoorin Fertilizantes), indústria química japonesa, implantou sua unidade produtiva em 1968 (FRAYHA, 2010), tornando-se o primeiro estabelecimento multinacional de grande porte da indústria de transformação a operar no município. Atualmente, a fábrica de Poços de Caldas foi incorporada ao Grupo Curimbaba, empresa de capital local (MINERAÇÃO CURIMBABA, 2012).

A Danone, multinacional francesa do setor alimentício, instalou-se em 1974, com o objetivo de explorar a tradicional bacia leiteira do Sul e Sudoeste de Minas. A implantação ocorreu por meio da aquisição do Laticínios Poços de Caldas, constituído nas fases anteriores de industrialização (SEBRAE-MG, 1997).

A indústria canadense Termocaná chegou em 1975 (FRAYHA, 2010), produzindo cabos e condutores elétricos de cobre e alumínio. Em 1980, fundiu-se com a Alcominas, formando a Divisão Brasileira da Alcoa Alumínio S/A. Por meio de uma *joint venture*, a norte-americana Phelps Dodge International Corporation passou a operar no município. Em 2001, as instalações físicas e a administração da antiga Termocaná passaram integralmente ao controle da Phelps Dodge International Corporation (PDIC, 2009).

Em 1977, outra multinacional norte-americana, a Celanese Corporation, instalou-se em Poços de Caldas, produzindo fibras de poliéster para a indústria têxtil. Em 1995, associou-se à Rhodia, formando a Rhodia-Ster, primeira fábrica a produzir

resina PET na América Latina (MEGALE, 2002). Em 2002, a Rhodia-Ster foi adquirida pelo grupo italiano Mossi & Ghisolfi (M&G) (GRUPPO MOSSI & GHISOLFI, 2012).

As grandes multinacionais instalaram-se preferencialmente na periferia urbana, distantes do centro da cidade, em áreas pouco urbanizadas. Esta localização minimizou muitos dos problemas enfrentados por grandes estabelecimentos em outras cidades médias, como a valorização do entorno, aumento das pressões sobre as infraestruturas e serviços urbanos, congestionamentos, conflitos com as populações vizinhas, dentre outros.

Juntamente com as grandes indústrias, vários estabelecimentos de menor porte proliferaram pela cidade, aproveitando-se das economias de aglomeração associadas ao crescimento urbano e econômico do município. Fábricas de móveis, alimentos, vestuário, mecânicas, de produtos de metais, dentre outras, foram construídas em Poços de Caldas, revelando a manifestação de forças endógenas de industrialização.

As Tabelas 2, 3 e 4 apresentam um panorama da atividade industrial em Poços de Caldas em dois momentos distintos da **fase diversificada**: 1970, quando se iniciaram os grandes investimentos externos; e 1980, com as grandes indústrias em pleno funcionamento. Retratam, portanto, o período em que a atividade industrial vivenciou seu maior crescimento.

Tabela 2 - Percentual de população economicamente ativa por setor de atividade econômica em Poços de Caldas, 1970 e 1980.

Ano	PEA – valores absolutos	Primário	Secundário	Terciário	Outras atividades
1970	21.162	13,3	28,4	52,1	6,2
1980	36.284	7,3	39,1	48,8	4,8

Fonte - IBGE, 1970 e 1980.
Organização - SEBRAE-MG, 1997.

Tabela 3 - Distribuição do número de estabelecimentos industriais e da quantidade de pessoal empregado por gênero da indústria em Poços de Caldas, 1970.

Tipo de indústria	Número de estabelecimentos	Pessoal empregado
Extração de minerais	15	321
Produtos de minerais não-metálicos	24	526
Metalúrgica	12	790
Mecânica	8	135
Material elétrico e de comunicações	2	-
Material de transportes	5	124
Madeira	13	69
Mobiliário	12	81
Borracha	3	33
Química	2	-
Produtos farmacêuticos e veterinários	1	-
Perfumaria, sabões e velas	3	25
Têxtil	2	-
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	14	166
Produtos alimentares	40	711
Bebidas	6	22
Editorial e gráfica	9	79
Diversas	6	24
Total	177	3106

Fonte - IBGE, 1970.

Organização - OLIVEIRA, E. M., 2012.

Tabela 4 - Distribuição do número de estabelecimentos industriais e da quantidade de pessoal empregado por gênero da indústria em Poços de Caldas, 1980.

Tipo de indústria	Número de estabelecimentos	Pessoal empregado
Extração de minerais	69	599
Transformação de produtos de minerais não-metálicos	18	945
Metalúrgica	14	699
Mecânica	9	710
Material elétrico e de comunicações	6	262
Material de transportes	4	107
Madeira	15	136
Mobiliário	8	50
Borracha	3	39
Química	7	797
Perfumaria, sabões e velas	2	-
Produtos de matérias plásticas	1	-
Têxtil	1	-
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	9	460
Produtos alimentares	34	1207
Bebidas	2	-
Editorial e gráfica	12	107
Diversas	3	41
Unidades auxiliares de apoio (utilidades) e de serviços de natureza industrial	7	186
Total	224	6345

Fonte - IBGE, 1980.

Organização - OLIVEIRA, E. M.; 2012.

A análise comparativa das Tabelas 1 e 2 permite avaliar alguns aspectos importantes sobre a passagem da **fase mineradora** para a **diversificada**, com base na quantidade de pessoal empregado na indústria. Em 1950, 8,13% da população com 10 anos ou mais dedicavam-se ao setor secundário (IBGE, 1958). Em 1970, 28,4% da PEA (e não mais da população com 10 anos ou mais) trabalhavam na indústria, enquanto em 1980 esta relação sobe para 39,1%. Entre 1970 e 1980, a indústria teve um acréscimo aproximado de 10% de representatividade no conjunto

das atividades econômicas, o que diminuiu a distância para o setor terciário no que se refere à geração de empregos. Na passagem da **fase mineradora** para a **diversificada**, portanto, os dados revelam uma tendência crescente da indústria em absorver a mão-de-obra disponível no município e, conseqüentemente, maior capacidade de dinamizar a economia local.

De acordo com a Tabela 3, no ano de 1970, existiam 177 estabelecimentos industriais, que empregavam 3106 funcionários (IBGE, 1970). O setor alimentício contava com o maior número de unidades produtivas, 22,60% do total, seguido pela fabricação de produtos de minerais não-metálicos, com 13,56%, e extração de minerais, com 8,47%. A metalurgia era o setor que empregava o maior número de funcionários, com 25,43% do total, seguido pelo gênero alimentício, com 22,89%, e fabricação de produtos de minerais não-metálicos, com 16,93%. Desta forma, no início da **fase diversificada**, as atividades ligadas à extração e à transformação industrial de minérios (extração de minerais, produtos de minerais não-metálicos e metalúrgica) do Planalto de Poços de Caldas constituíam os setores mais proeminentes e desenvolvidos da indústria local, e um resquício da **fase mineradora**. Abarcavam 28,81% dos estabelecimentos industriais e ocupavam 52,70% do total de funcionários do setor secundário. A metalurgia apresentava expressiva concentração técnica da produção em 1970, com 12 estabelecimentos empregando 790 trabalhadores (65,83 funcionários por unidade produtiva), realidade explicada pelo funcionamento da Alcominas no município desde 1965.

Os dados da Tabela 4 mostram que havia 224 estabelecimentos industriais no município em 1980, empregando 6345 funcionários (IBGE, 1980). Os gêneros industriais com maior número de estabelecimentos eram extração de minerais, produtos alimentares e transformação de produtos de minerais não-metálicos, com respectivamente 30,80%, 15,18% e 8,03% do total das unidades produtivas. Os ramos que mais empregavam eram o de produtos alimentares, de transformação de produtos de minerais não-metálicos, e de química, ocupando, respectivamente, 19,02%, 14,89% e 12,56% do total de funcionários. Em 1980, a indústria de transformação elevou sua participação econômica em Poços de Caldas, equilibrando-se em importância com a indústria extrativa e de transformação de minerais. A indústria química destacou-se pela concentração técnica da produção

(113,85 funcionários por estabelecimento), com a implantação ou expansão da capacidade produtiva de grandes multinacionais do gênero, como a Celanese Corporation (atual M&G) e a Fertilizantes Mitsui (atual Yoorin Fertilizantes).

Comparando-se as Tabelas 3 e 4, pode-se afirmar que a indústria poços-caldense teve um salto qualitativo e quantitativo no número de estabelecimentos e de população economicamente ativa. O número de unidades produtivas cresceu 26,56%, e o de pessoal empregado, 104,28%. O crescimento desproporcional da quantidade de pessoal empregado em relação ao número de estabelecimentos demonstra o papel das grandes indústrias na ativação do setor secundário entre 1970 e 1980.

Durante a **fase diversificada**, o espaço urbano passou por diversas transformações socioespaciais. A indústria ascendeu à condição de principal atividade econômica. A oferta de empregos promoveu forte crescimento demográfico, com cifras em torno de 50,64% entre 1960-1970; 48,65%, entre 1970-1980; e de 40,06%, entre 1980-1996 (IBGE, 2010a). Juntamente com a industrialização, a cidade passou a atrair e disponibilizar uma série de serviços (educacionais, médico-hospitalares, turísticos, agropecuários, dentre outros), transformando sua estrutura econômica e urbana. A paisagem tornou-se mais complexa com a expansão física da cidade e a verticalização dos bairros centrais.

Passada a euforia do crescimento econômico e industrial das décadas de 1970 e 1980, os investimentos no setor secundário foram reduzidos drasticamente em Poços de Caldas. Durante a década de 1980, o Brasil vivenciou um quadro de crise econômica e política com repercussões diretas na estruturação e funcionamento de seu espaço industrial. O esgotamento das políticas de substituição de importações e a abertura do mercado interno à economia global promoveram uma reestruturação da indústria brasileira frente aos novos requisitos da produção e competitividade (pesquisa e desenvolvimento, externalização de funções, *marketing*, cooperação, dentre outros). Muitas indústrias faliram, enquanto outras modernizaram sua estrutura organizacional, recorrendo, muitas vezes, à disjunção espacial do processo produtivo para (re)adaptar-se ao quadro econômico desfavorável (FIRKOWSKY e SPOSITO, 2008). Em Poços de Caldas, a crise atingiu

principalmente as pequenas empresas, mais propensas aos efeitos da competição internacional.

A instalação da indústria alimentícia italiana Ferrero, em 1997, foi o último empreendimento multinacional de maior porte no município, marcando o término da **fase diversificada**. Sua fábrica em Poços de Caldas produz chocolates finos, que abastecem o mercado nacional, Alemanha, Argentina, Canadá, México, França, Itália, Equador, Rússia e Estados Unidos (FERRERO DO BRASIL, 2011).

A Tabela 5 resume a contribuição da indústria para a geração das riquezas municipais durante toda **fase diversificada**.

Tabela 5 – Composição setorial do PIB (%) de Poços de Caldas, 1970-1996.

Setor	1970	1975	1980	1985	1996
Primário	5,82	4,19	1,63	5,74	2,98
Secundário	43,37	54,38	67,89	68,27	58,11
Terciário	50,81	41,43	30,48	25,99	38,91

Fonte - MC, 2010.

Organização – OLIVEIRA, E. M.; 2012.

Os dados revelam que a indústria aumentou progressivamente sua contribuição no PIB de 1970 a 1985. Sob efeito da crise da década de 1980, a indústria reduz em 10,16% sua participação na economia, apesar de manter-se como principal fonte de renda para o município.

Ao final da década de 1990, quando se encerra a **fase diversificada**,

o parque industrial de Poços de Caldas, além de bastante diversificado em termos de ramos produtivos, apresenta uma gama variada de empresas com portes e estruturas gerenciais distintos, desde multinacionais a empresas familiares, tradicionais e modernas, aparentemente em convivência harmônica (SEBRAE-MG, 1997, p. 52).

A partir de 1997, efeitos de outros processos passariam a repercutir sobre a estrutura e dinâmica do espaço industrial de Poços de Caldas, inaugurando a **fase de mutação**. Contudo, a **fase diversificada** deixou importantes legados para a economia e o território local, como a presença de grandes indústrias multinacionais;

a articulação do município com redes produtivas que extrapolam as escalas local e regional; a manifestação de economias de aglomeração e de forças endógenas de industrialização; um crescimento urbano e econômico discrepante em relação aos municípios da microrregião. Por todas estas razões, a **fase diversificada** definitivamente constituiu o período áureo da indústria em Poços de Caldas.

2.3.4. Fase de mutação (1998 em diante)

A **fase de mutação** teve início em 1998, após a instalação da Ferrero do Brasil, e prolonga-se aos dias atuais. Sua principal característica consiste na redução gradual da capacidade da indústria de gerar riquezas e dinamizar a economia e o território. As Tabelas 6, 7 e 8 permitem observar o comportamento da indústria e da economia de Poços de Caldas em diferentes escalas geográficas.

Tabela 6 – Composição setorial do PIB (%) de Poços de Caldas, 1999-2009.

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Outros
1999	1,38	34,01	45,31	19,30
2000	1,42	38,76	42,08	17,74
2001	0,96	35,67	41,50	21,87
2002	1,34	34,48	44,83	19,35
2003	0,97	34,17	45,38	19,48
2004	1,49	41,70	41,70	15,11
2005	1,09	38,51	45,52	14,88
2006	1,41	37,11	47,95	13,53
2007	0,97	34,85	49,54	14,64
2008	1,57	34,02	50,58	13,83
2009	1,18	30,68	55,98	12,16

Fonte – IBGE, 2010a.

Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

Tabela 7 – Participação do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria de Poços de Caldas no valor adicionado bruto a preços correntes da indústria da microrregião de Poços de Caldas, da mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas e do Estado de Minas Gerais, 1999 -2009.

Ano	Abrangência geográfica		
	Microrregião	Mesorregião	Estado
1999	82,65	18,10	2,18
2000	84,69	19,39	2,30
2001	84,44	20,75	2,47
2002	83,28	18,87	2,13
2003	82,54	17,10	1,87
2004	84,77	18,29	1,97
2005	83,37	16,71	1,84
2006	83,15	15,58	1,69
2007	81,11	13,25	1,41
2008	78,48	12,65	1,24
2009	76,28	11,67	1,14

Fonte – IBGE, 2010b.

Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

Tabela 8 – Participação do produto interno bruto a preços correntes de Poços de Caldas no produto interno bruto a preços correntes da microrregião de Poços de Caldas, da mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas e do Estado de Minas Gerais, 1999-2009.

Ano	Abrangência geográfica		
	Microrregião	Mesorregião	Estado
1999	65,34	11,89	1,62
2000	65,83	12,39	1,64
2001	68,23	13,40	1,73
2002	64,83	12,04	1,53
2003	65,67	11,91	1,45
2004	64,11	11,26	1,40
2005	64,68	10,95	1,35
2006	63,67	10,19	1,27
2007	63,76	9,51	1,12
2008	59,59	8,78	1,02
2009	60,41	8,49	0,98

Fonte – IBGE, 2010b.

Organização – OLIVEIRA, E. M.; 2012.

A Tabela 6 demonstra o comportamento oscilante da indústria na economia poços-caldense, alternando períodos de crescimento (1999-2000; 2003-2004) e de declínio (2000-2003; 2004-2009) de participação no PIB.

Extrapolando a escala local, as Tabelas 7 e 8 sinalizam a tendência geral de perda da capacidade da indústria e da economia de Poços de Caldas de gerar riquezas na microrregião, na mesorregião e no Estado de Minas Gerais, a partir de 2001 (com exceção do breve intervalo entre 2003 e 2004). De acordo com o IBGE (2011), em 2009, o PIB de Poços de Caldas foi ultrapassado pelo de Varginha (MG), outro município da mesorregião. Este é um fato inédito na história econômica recente do Sul e Sudoeste de Minas, que aponta simultaneamente dois fenômenos: a desaceleração da economia de Poços de Caldas e o crescimento mais intenso de outros municípios no contexto regional. Na microrregião, a polarização industrial e econômica de Poços de Caldas se mantém intensa, apesar da orientação de queda relativa de participação também se manifestar.

Alguns processos podem explicar esta redução de importância da indústria e da economia poços-caldense nas escalas analisadas, como a fraca integração do município ao processo de desconcentração da indústria paulista e a guerra fiscal dos lugares.

A desconcentração regional da indústria brasileira ocorre desde a década de 1970, motivada pela elevação dos custos produtivos na RMSP, devido ao acúmulo de deseconomias de aglomeração; e pelo desenvolvimento de infraestrutura e economias de aglomeração em outras partes do país (LENCIONI, 1991; FIRKOWSKI e SELINGARDI-SAMPAIO, 1992; MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1992; PINTAUDI e CARLOS, 1995; DINIZ e CROCCO, 1996; SELINGARDI-SAMPAIO, 2009).

O processo caracteriza-se pela implantação das fases mais padronizadas da produção (extração, beneficiamento e fabricação) no interior. As cidades médias bem posicionadas aos principais corredores logísticos destacam-se como receptoras dos investimentos industriais, na medida em que disponibilizam o suporte urbano necessário para a produção, sem apresentar as deseconomias de aglomeração típicas dos grandes centros (PEREIRA e LEMOS, 2003; TOLEDO, 2009). As sedes das empresas permanecem na metrópole paulistana, onde a densidade de serviços e as facilidades de contatos constituem fatores locais de suma importância na economia globalizada.

Deste modo, ao mesmo tempo em que a produção se expande pelo território nacional, integrando novas áreas, as atividades nucleares (gestão, pesquisa e desenvolvimento, publicidade e propaganda) e o poder decisório das empresas centralizam-se em São Paulo (SP). O espaço industrial do país permanece heterogêneo e hierarquizado.

Nem todas as cidades médias brasileiras beneficiaram-se do movimento de desconcentração da indústria paulista. De acordo com Diniz e Crocco (1996), o processo vem ocorrendo de forma mais intensa no interior do polígono Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte, que concentra a maior densidade de sistemas logísticos, a rede acadêmico-universitária mais ampla e o maior número de cidades médias do país.

Poços de Caldas encontra-se no interior do polígono descrito por Diniz e Crocco (1996), mas não experimentou os impactos da desconcentração industrial de São Paulo de forma tão intensa e rápida como outras cidades do Sul e Sudoeste de Minas. De acordo com o SEBRAE-MG (1997), a Rodovia Fernão Dias (BR-381) constitui o principal vetor de manifestação do processo na região, por ser um importante corredor logístico que une São Paulo (SP) a Belo Horizonte (MG). No contexto da desconcentração regional da indústria brasileira, o distanciamento de Poços de Caldas em relação à Rodovia Fernão Dias coloca o município em posição desfavorável diante de outras cidades médias da região localizadas às suas margens, como Varginha (MG) e Pouso Alegre (MG).

Em entrevista com o Coordenador de Fomento à Indústria e Comércio de Poços de Caldas, Maria (2011) ratifica o argumento do SEBRAE-MG (1997) quando assume que

com certeza, você estar às margens da Fernão Dias é um grande atrativo industrial. Isso realmente é uma desvantagem para o município de Poços de Caldas. A gente vai falar em tempo, em custo de pedágio. Vamos dar o exemplo de Extrema, que paga 5 reais de pedágio para São Paulo; de Poços de Caldas para São Paulo você tem um custo, se não me engano, de 40 reais. Só de pedágio. Fora combustível, o tempo e tudo mais. São coisas que dificultam a parte industrial do município sim.

A facilidade de circulação oferecida por uma das principais rodovias do país, como a Fernão Dias, realmente constitui importante vantagem locacional para as indústrias que deixam a RMSP. No entanto, a localização geográfica não é capaz de explicar sozinha a desaceleração da indústria e da economia de Poços de Caldas nas diferentes escalas geográficas. Aspectos ligados aos custos de produção, à presença de insumos e serviços, à disponibilidade e perfil da mão-de-obra, e, principalmente, à política industrial de cada lugar constituem outra ordem de fatores que, juntamente com a acessibilidade (posição geográfica), tornam um território mais ou menos atrativo à localização industrial.

A guerra fiscal dos lugares, outro processo capaz de explicar as dificuldades enfrentadas por Poços de Caldas para atrair ou manter os estabelecimentos industriais no território, incide justamente sobre os benefícios institucionais concedidos pelos governos às empresas.

De acordo com Santos e Silveira (2011, p. 296),

fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de Estados e municípios pela presença de empresas e a busca pelas empresas de lugares para se instalar lucrativamente é vista sobretudo nos seus aspectos fiscais. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares “produtivos”.

A guerra fiscal dos lugares advém da mudança de postura do Governo Federal, que, a partir da década de 1980, reduziu drasticamente seus investimentos na promoção e racionalização da indústria no território. Para suprir esta lacuna, Estados e municípios assumiram papéis de protagonistas na estruturação do espaço industrial, competindo entre si pela atração de empresas. De acordo com Selingardi-Sampaio (2009, p. 355 – 356),

[...], no vazio deixado pelas políticas de planejamento nacional, medrou um novo modelo de ação pública, fragmentado, e fundado em práticas localistas. [...]. Dessa forma, governos estaduais e municipais, devidamente amparados pela Constituição de 1988, puderam desencadear um renhido embate de ofertas de concessões fiscais e creditícias às empresas, na ânsia de induzi-las em suas decisões locacionais.

Desde a instalação da Ferrero do Brasil, nenhum outro estabelecimento de grande ou médio porte instalou-se em Poços de Caldas. Na realidade, durante a **fase de mutação**, observa-se uma tendência de fechamento de unidades produtivas no município, como tem veiculado a imprensa local. Recentemente, o jornal Poços Hoje (2012) publicou reportagem sobre o possível fechamento das indústrias químicas Amcor White Cap do Brasil, que pretende se realocar em Recife (PE), e da Logoplaste, que perdeu o processo licitatório de fornecimento de embalagens plásticas para a Danone. De acordo com o Jornal da Mantiqueira (2012a), a Alcoa Alumínio S/A, maior indústria de Poços de Caldas, também ameaçou encerrar sua produção, devido aos elevados custos com energia elétrica, preocupando políticos e a sociedade civil, devido à provável redução de postos de trabalho e da arrecadação municipal, caso a ameaça se concretizasse (JORNAL DA MANTIQUEIRA, 2012 a,b,c,d; CUNHA, 2012).

Deste modo, na **fase de mutação**, Poços de Caldas está perdendo a capacidade de atrair e manter indústrias no seu território. A velocidade e complexidade dos eventos espaciais (guerra fiscal dos lugares, integração dos mercados, competição global, desconcentração regional da indústria brasileira) geram indefinições sobre o futuro da economia e do parque industrial instalado na cidade. As ações recentes da Prefeitura Municipal, como a aprovação de uma nova política industrial (Lei n° 8602/2009) (POÇOS DE CALDAS, 2009) e a retomada dos investimentos nos distritos industriais da cidade, procuram minimizar os efeitos negativos vivenciados pela atividade e colocar o município em novo ciclo de crescimento industrial e econômico. Os resultados destas intervenções ainda são pouco nítidos, dada a contemporaneidade de aplicação e a falta de indicadores, de 2009 a 2012, que permitam análises mais detalhadas.

No entanto, as fases de industrialização, a história econômica e a formação socioespacial de Poços de Caldas permitem afirmar que os diferentes usos que, sucessivamente, dinamizaram e prevaleceram sobre a estruturação e funcionamento do território encontram respaldo na racionalidade capitalista, que se apropria dos diferentes espaços, em busca de lucratividade. No caso da indústria, esta realidade é bem visível a partir da **fase mineradora**, quando o município lentamente integra circuitos mais amplos de produção, até tornar-se “plataforma industrial”, durante a **fase diversificada**. Na **fase de mutação**, a existência de melhores condições de produção em outros lugares vem revelando a incapacidade de Poços de Caldas de sustentar ou expandir seu parque industrial.

Após esta avaliação do processo de industrialização em Poços de Caldas, será analisado o processo de produção do espaço urbano local.

CAPÍTULO III – PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM POÇOS DE CALDAS

A análise do processo de produção do espaço urbano fornece importantes subsídios para o entendimento da dinâmica intraurbana das indústrias, porque as fábricas competem com outros usos (habitação, comércio, serviços, circulação, turismo, dentre outros) pelas melhores localizações.

As cidades constituem um produto social e histórico, uma construção coletiva do trabalho humano, mas que têm sua lógica de produção subordinada ao mercado imobiliário (CORRÊA, 2004, 2010; CARLOS, 2007, 2008; SPOSITO, 2008; SOUZA, 2011). Com base na propriedade privada do solo, fragmentos ou setores das cidades são diferentemente valorizados, tornando-se objetos de troca ou de negociação comercial (CARLOS, 2007).

De acordo com Carlos (2007, p. 48),

os fatores que determinarão a formação do preço [*do solo*] vinculam-se principalmente à inserção de determinada parcela no espaço urbano global, tendo como ponto de partida a localização do terreno (por exemplo, o bairro), o acesso a lugares ditos privilegiados (escolas, “*shoppings*”, centros de saúde, de serviços, lazer, áreas verdes, etc.), à infraestrutura (água, luz, esgoto, asfalto, telefone, vias de circulação, transporte), à privacidade; e, secundariamente, aos fatores vinculados ao relevo que se refletem nas possibilidades e custos de construção.

O acesso desigual ao solo urbano consiste no elemento central que define a estruturação das cidades (CARLOS, 2008). No Brasil, segundo Souza (2011), esta realidade é mais perceptível na habitação, porque os desníveis de renda constituem o principal fator de heterogeneidade entre os espaços residenciais.

em outras palavras: diferenças econômicas, de poder, de *status*, etc. entre diversos grupos sociais se refletem no espaço, determinando ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver. Essas diferenças econômicas, de poder e de prestígio são função de várias coisas, potencialmente: em uma sociedade capitalista moderna, são função, primeiramente, da classe social do indivíduo, a qual tem a ver com a posição que ele ocupa no mundo da produção (SOUZA, 2011, p. 67).

A materialização das outras formas de apropriação territorial das cidades depende das necessidades específicas de espaço de cada atividade. Para Carlos (2007, p. 46),

no caso do lugar dedicado à atividade produtiva, a diminuição dos custos de produção será a coordenada principal a ser seguida; no caso da atividade comercial, o acesso ao mercado; no caso da circulação, as vias rápidas que tendem a eliminar o processo de desvalorização do capital, diminuindo cada vez mais o tempo e o percurso; no que se refere aos serviços, determinados tipos tenderão a localizar-se em áreas próximas aos centros de negócios, outros nas radiais, outros ainda em zonas específicas.

Independente da atividade, a busca pela melhor localização intraurbana sustenta o pressuposto de que esta facilita a reprodução ampliada do capital; logo atende de forma mais eficaz aos objetivos capitalistas de lucratividade.

O mercado imobiliário funciona com base na seguinte lógica:

cada atividade tem uma capacidade de extrair utilidade de cada local da área urbana; a utilidade de um local é medida pelo aluguel que a atividade está disposta a pagar pelo uso do local. Quanto maior a utilidade extraída, maior o aluguel que uma atividade está disposta a pagar. Em longo prazo, a competição no mercado da terra urbana pelo uso de locais disponíveis resulta na ocupação de um local pelo uso “mais alto e melhor”, que é o uso capaz de extrair a maior utilidade do local e que está, portanto, disposto a pagar mais para ocupá-lo (BEAUJEU-GARNIER, 1975, p. 155).

Deste modo, ao espaço é imposta a condição de mercadoria, passível de exploração econômica por meio de mecanismos especulativos (CARLOS, 2007, 2008; MENDES, 2011).

A Administração Pública interfere diretamente no mercado imobiliário (SOUZA, 2004). Os planos diretores e leis de uso e ocupação do solo, que determinam as formas de apropriação territorial por área urbana e procuram disciplinar a expansão das cidades, influenciam a oferta de lotes entre os usos possíveis, alterando os preços dos imóveis. A criação de áreas de preservação do patrimônio ambiental e histórico (reservas, parques, tombamento de edifícios); de espaços industriais planejados (distritos industriais, parques tecnológicos, condomínios industriais, dentre outros); ou de equipamentos de lazer geram efeitos semelhantes. Por fim, investimentos diferenciados em infraestrutura e serviços

urbanos, bem como projetos de requalificação ou refuncionalização urbana, valorizam alguns bairros em detrimento de outros.

Nesta complexa dinâmica que caracteriza o processo de produção do espaço urbano, a coincidência de formas semelhantes de utilização do território revela que as cidades se estruturam internamente de forma diferenciada ou setorizada (AMORIM FILHO, 2005).

A paisagem constitui a materialização dos modos de apropriação da cidade em diferentes contextos históricos. Apresenta-se como um mosaico de formas ou objetos, cujos conteúdos variam de acordo com a qualidade e a densidade das ações humanas em dado período. É, portanto, a expressão empírica da complexidade do processo de produção do espaço urbano (CARLOS, 1997, 2007, 2008).

De acordo com Corrêa (2004, 2010), a análise da paisagem urbana revela um espaço simultaneamente fragmentado e articulado. É fragmentado porque se diferencia de acordo com o uso predominante por área. É articulado porque os diferentes segmentos da cidade mantêm entre si relações diversas (trocas materiais e imateriais) que lhe conferem unidade.

Para Amorim Filho (2005), a existência de paisagens que desempenham funções específicas no espaço urbano permite a proposição de um zoneamento morfológico-funcional. O autor salienta que esta constitui a contribuição estritamente geográfica para a identificação e classificação de cidades. Em sua concepção, as zonas central, pericentral, periférica e a auréola periurbana são estruturas identificáveis em qualquer tipo de cidade, resguardadas as diferenciações de tamanho demográfico e de posicionamento na hierarquia urbana.

As principais características das zonas morfológico-funcionais enumeradas por Amorim Filho (2005) são:

- A **zona central** concentra as principais funções da cidade, exercendo centralidade sobre as demais. Na maioria das vezes, constitui a área onde estão localizadas as instituições de gestão do território e onde há maior densidade de estabelecimentos comerciais e de serviços. Por coincidir com o local onde a cidade teve origem, pode abrigar pontos de interesse turístico ou cultural. Devido à ocupação mais antiga e à grande quantidade de fluxos que

a animam, consiste na zona onde se procuram obter as maiores rendas fundiárias do solo, principalmente por verticalização.

- A **zona pericentral** constitui o invólucro do centro, a área pioneira de expansão a partir do núcleo original da cidade. Em geral, a habitação constitui o uso mais característico, ainda que acolha estabelecimentos que nela se (re)localizaram devido à escassez e/ou valorização dos imóveis na zona central, como é o caso das indústrias leves, dos terminais rodoviários, dos cemitérios, dos hospitais, dentre outros.
- As **zonas periféricas** coincidem com as áreas de evolução mais recente do espaço urbano, onde existem terrenos em maior abundância e com menor preço. Caracterizam-se por usos diversos, mesclando funções residenciais com comércio, serviços e indústria, motivo pelo qual assumem frações da centralidade exercida pela zona central (subcentros). São os *locus* privilegiados para instalação de grandes equipamentos de consumo, como *shopping centers*, hipermercados, empresas atacadistas, concessionárias de automóveis e universidades; de produção, como grandes fábricas e espaços industriais planejados; de circulação, como terminais rodoviários interurbanos e aeroportos; e de lazer, como complexos desportivos, parques, dentre outros. Tornaram-se, também, áreas em que os mecanismos da especulação imobiliária vêm incidindo com maior intensidade, dependendo dos ritmos da expansão urbana.
- A **auréola periurbana** consiste na área de transição urbano-rural. Caracteriza-se pela presença de estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais junto às vias de circulação interurbana, basicamente pelas facilidades de acesso aos mercados urbano e/ou regional.

O zoneamento morfológico-funcional das cidades aumenta em complexidade de acordo com o posicionamento na rede urbana (AMORIM FILHO, 2005). Uma cidade pequena possui estrutura interna mais simples do que uma cidade média, por deter menos funções e população. Pelo mesmo motivo, cidades médias apresentam estruturas intraurbanas mais simples do que as metrópoles ou megalópoles.

As características das zonas morfológico-funcionais das cidades médias, como Poços de Caldas, foram elencadas por Amorim Filho (2005) e constam da Figura 10:

Zona morfológico-funcional	Características
Central	Centro principal bem definido funcionalmente (forte presença de equipamentos “raros” de alcance regional); diferenciação funcional interna; paisagem e morfologia típicas (construções em altura, maior densidade de construções, forte movimento de veículos e de pessoas, animação); função residencial superada pelas funções terciárias; centro com polarização pelo menos microrregional, podendo alcançar o nível regional de polarização.
Pericentral	Extensa espacialmente; função residencial predominante; presença de subcentros especializados ou polifuncionais (estes últimos pequenos) ao longo dos eixos, de praças e de entroncamentos; diferenciação morfológica e paisagística em função de diferenças socioeconômicas; presença de equipamentos especiais como hospitais, universidades, casernas, estações rodoviárias e ferroviárias, etc.
Periférica	De dois tipos: contínua (como prolongamento da zona pericentral) e descontínua ou polinuclear formada por loteamentos (unidades organizadas) ou “vilas” (desorganizadas e, em certas regiões, verdadeiras favelas); presença de subcentros polifuncionais bem modestos (comércio, serviços de vizinhança) e de alguns subcentros especializados; extensão proporcional ao nível hierárquico e tamanho da cidade.
Auréola Periurbana	Presença de uma zona de transição urbano-rural mais ou menos extensa; e que se confunde, nas imediações da cidade, com a periferia polinuclear e descontínua; presença de alguns equipamentos terciários pontuais, aumento das casas de campo, de clubes campestres e hotéis-fazenda, diminuição das fazendas e aumento das pequenas propriedades com produtos para a cidade média.

Figura 10 - Caracterização das zonas morfológico-funcionais das cidades médias.

Fonte - AMORIM FILHO, 2005, p. 60.

Conforme as discussões arroladas no Capítulo I, a periferização constitui a principal tendência da dinâmica locacional das indústrias em cidades médias, devido à evolução das técnicas e das relações industriais (modernização do aparato produtivo, externalização de funções, redução das necessidades de espaço); ao acúmulo de deseconomias de aglomeração nas zonas centrais e pericentrais; às restrições impostas pelo Poder Público à implantação de fábricas no centro; e à criação de espaços industriais nas zonas periféricas ou auréolas periurbanas.

Assim, durante o processo de produção do espaço urbano, é lícito afirmar que a periferização das unidades produtivas vem sendo reforçada tanto pela

desqualificação das áreas centrais à localização industrial, quanto pelos atrativos existentes nas zonas periféricas. A desconcentração industrial geralmente vem associada à refuncionalização de áreas fabris em novos usos (habitação, comércio, serviços, dentre outros) ou à produção de *brownfields* nas áreas centrais. Por outro lado, indústrias instaladas nas periferias e auréolas periurbanas atuam como vetores do crescimento urbano, interferindo no próprio processo de produção da cidade (criação de novas infraestruturas, atração de mão-de-obra e de prestadores de serviços, formação de bairros residenciais em áreas contíguas, adensamento de fluxos materiais e imateriais, alterações na paisagem, dentre outros). Deste modo, as cidades reproduzem-se dialeticamente, modificando constantemente sua forma e conteúdo.

Após esta discussão teórica sobre o processo de produção do espaço urbano, analisa-se a evolução e complexificação da cidade de Poços de Caldas, para melhor entendimento de sua dinâmica locacional intraurbana das indústrias.

3.1. Evolução urbana em Poços de Caldas: temporalidades e espacialidades

A gênese da cidade de Poços de Caldas remonta à apropriação das fontes hidrotermais pela crenoterapia e pelo turismo balneário, no final do século XIX (POÇOS DE CALDAS, 1992, 2006a; FERREIRA, 1996; MEGALE, 2002; MARRAS, 2004; RODRIGUES, 2005; GONÇALVES, 2010; FRAYHA, 2010). A cidade foi planejada e, até a década de 1950, teve seu desenvolvimento orientado principalmente para fornecer suporte urbano à atividade turística. De acordo com Gonçalves (2010, p. 54 – 55),

é claro que a formação de um povoado em torno das fontes hidrotermais era o primeiro passo por parte das autoridades políticas para a atividade turística na região, visto que já havia muitas visitas às fontes “medicinais”. Não somente a formação do povoado, mas a construção do balneário e da casa de hóspedes eram investimentos para um turismo viável, já que as muitas “hospedarias” que se encontravam nas proximidades dos poços, se é que se pode usar esse termo, eram precárias demais, com telhado de capim ralo, paredes barreadas, porta de esteira e desconforto visível.

A forma e velocidade com que o lugar foi transformado pelo turismo têm ligações estreitas com o público predominante da segunda metade do século XIX à década de 1940. Para atender às elites da época, era preciso que o território fosse equipado com infraestruturas que garantissem o conforto e um ambiente sadio aos visitantes, como balneários, hotéis, cassinos, estação ferroviária, parques, dentre outros. Desta forma, em seus primórdios, o desenvolvimento de Poços de Caldas realizou-se dentro de rígidos padrões urbanísticos, para satisfazer um público externo e específico, e a prática do planejamento urbano no local constitui uma experiência precoce na região (MEGALE, 2002; MARRAS, 2004).

O Poder Público atuou diretamente na construção da estância balneária, porque era um negócio bastante lucrativo (MARRAS, 2004). De acordo com Megale (2002), o Governo de Minas Gerais nomeou um engenheiro para avaliar a possibilidade de criação da cidade em 1864. Em 1865, as áreas contíguas às fontes hidrotermais foram concedidas à Província, para fundação do povoado. No entanto, as principais intervenções urbanísticas iniciaram-se apenas em 1872, quando novas terras foram doadas e se implantou o primeiro plano da cidade, originando a Vila de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas (FIGURA 11) (POÇOS DE CALDAS, 1992 e 2006a; MEGALE, 2002; MARRAS, 2004).



Figura 11 – Projeto original da Vila de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas, 1872. Fonte – FERREIRA, J., 1996, p. 9.

Sobre o plano urbanístico de 1872, Ferreira (1996, p. 6) estabelece que

nas instruções ao engenheiro Soares do Couto, o governador ordenava que logo depois de feita a medição e demarcação, procedesse ao alinhamento do referido terreno de modo a deixar largos e praças onde fiquem designados os lugares para a Igreja da Matriz, cadeia, casa da comuna, escola pública para os dois sexos, bem como para a edificação de chafarizes, etc. Feita a demarcação, resultou ficarem traçadas 24 ruas no sentido Leste-Oeste e Norte-Sul, com 20 metros de largura, mais três grandes praças, com suas quadras e lotes. Estes eram adquiridos por aforamento, custando um vintém o metro quadrado, tendo o foreiro dois anos para construir.

Com o esquadramento do sistema de vias ortogonais e a demarcação e comercialização dos lotes, a vila cresceu rapidamente. Os investimentos em infraestrutura urbana foram realizados principalmente pelo Governo Provincial, mas alguns serviços foram concedidos a particulares, como os primeiros balneários (Balneário da Empresa, de 1886; Balneário dos Macacos, de 1896; Lemos & Santos, de 1900; Companhia Melhoramentos de Poços de Caldas, de 1911), devido aos altos custos dos empreendimentos (MEGALE, 2002).

A inauguração do ramal da Ferrovia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1886, foi um marco para o desenvolvimento urbano, devido ao adensamento dos fluxos de turistas e imigrantes (MARRAS, 2004). Sob influência da atividade turística, Poços de Caldas evoluiu mais rapidamente do que os municípios agrários do entorno, lançando as bases para a polarização futura de funções no contexto regional.

A partir da década de 1920, grandes intervenções urbanísticas foram realizadas na cidade, o que contribuiu para o apogeu da estância balneária na década de 1930. É o caso, por exemplo, do “Relatório Saneamento de Poços de Caldas”, de 1928, e do “Relatório do Projeto de Defesa Contra Inundações”, de 1933, que propuseram medidas para conter o problema crônico de enchentes no município. A construção de represas para conter os fluxos de água, como Represa Saturnino de Brito, em 1936, foi uma das principais alternativas dos referidos planos para a solução do problema (FRAYHA, 2010). Outras barragens foram criadas posteriormente, pela mesma razão, como a Represa do Bortolan, em 1956, e a Represa Lindolpho Pio da Silva Dias (Barragem do Cipó), em 1999 (DME, 2010).

No entanto, nenhuma intervenção urbana foi tão importante, na primeira metade do século XX, como “As Grandes Obras”, da década de 1920, das quais resultaram o Complexo Thermas Antônio Carlos-Palace Cassino-Palace Hotel, a Praça Pedro Sanches e o Parque José Affonso Junqueira (FIGURA 12). De acordo com Marras (2004), “As Grandes Obras” foram inspiradas no retângulo de Vichy, afamado balneário francês do início do século XX. Esta grande remodelação urbanística e arquitetônica, realizada com investimentos públicos, teve por finalidade atrair maior número de turistas e consolidar a estância balneária como local para tratamento de doenças e entretenimento das elites da época.



Figura 12 – Imagem aérea do conjunto turístico formado pelo Complexo Thermas Antônio Carlos-Palace Cassino-Palace Hotel, pelo Parque José Affonso Junqueira e pela Praça Pedro Sanches, 2011.

Fonte – Autor Desconhecido, 2011.

O planejamento e controle urbanístico se fizeram bastante presentes no desenvolvimento da cidade até a década de 1940, deixando importantes legados para a paisagem e a dinâmica urbana de Poços de Caldas.

O sistema de vias ortogonais bem articuladas da zona central constitui a herança mais importante do sistema de parcelamento do solo. De acordo com Frayha (2010, p. 201),

[...], Poços de Caldas foi uma cidade que começou planejada fisicamente, com um ótimo desenho urbano, totalmente diferente do das outras cidades da mesorregião, especialmente o de sua área central, com ruas bem largas, e em malha ortogonal, isto em pleno século XIX, não para privilegiar os automóveis que sequer existiam, mas para facilitar a insolação, a ventilação, e criar uma escala humana adequada, entremeada de grandes parques e praças, e limitadas ao Norte por uma floresta que começa onde termina sua malha urbana: a mata da Serra de São Domingos.

Em comparação às demais cidades do Sul e Sudoeste de Minas com idade e tamanho semelhantes, como Varginha (1888), esta disposição e espessura do sistema viário “minimizam” parte dos efeitos da polarização excessiva de funções na zona central.

O compartimento turístico formado pelo Complexo Thermas Antônio Carlos-Palace Cassino-Palace Hotel, Parque José Affonso Junqueira, Praça Pedro Sanches e casario anexo, acrescido de outros atrativos criados posteriormente no centro, como o Mercado Central, o Espaço Cultural da Urca, o Museu Histórico e Geográfico, a Estação do Bondinho, a Praça dos Macacos, dentre outros, conforma um “território de uso turístico” (RODRIGUES, 2005). Ainda hoje, concentra-se nesta porção do território a maior parte dos pontos de visitação e dos eventos festivos da cidade.

A partir da década de 1950, com a crise do turismo balneário, a industrialização passou a impulsionar o desenvolvimento urbano de Poços de Caldas, caracterizado pelo expressivo crescimento populacional e pelas altas taxas de urbanização. A Tabela 9 mostra a evolução demográfica de Poços de Caldas entre 1920 e 2010.

Tabela 9 – Evolução demográfica em Poços de Caldas, 1920-2010.

Ano	População			Crescimento demográfico (%)	Taxa de urbanização (%)
	Urbana	Rural	Total		
1920	-	-	14.587	-	-
1940	13.751	6.121	19.872	36,23	69,20
1950	-	-	25.237	26,99	-
1960	32.291	6.552	38.843	53,91	83,13
1970	52.711	5.803	58.514	50,64	90,08
1980	81.448	5.535	86.983	48,65	93,64
1996	117.094	4.737	121.831	40,06	96,11
2000	130.826	4.801	135.627	11,32	96,46
2010	148.722	3.713	152.435	12,39	97,56

Fonte - IBGE, 2010a.

Organização: OLIVEIRA, E. M.; 2012.

O maior acréscimo de população ocorreu entre 1960 e 1996, quando se observa uma elevação de 213,65% no total de habitantes do município. Este período coincidiu com uma fase de grandes transformações na estrutura demográfica do país, como o aumento da expectativa de vida, a expansão do consumo e da urbanização nacional, relacionadas a eventos como a modernização do campo e a transformação do país em um *Newly Industrialized Countries*.

Na escala local, o maior crescimento de população está relacionado ao principal ciclo de expansão e diversificação industrial e econômica vivenciada pelo município, ou seja, a **fase diversificada** de industrialização. A integração ao processo de internacionalização do capital financeiro e produtivo, com a implantação de grandes indústrias de origem exógena; a manifestação de economias de aglomeração e a proliferação de estabelecimentos comerciais e de serviços na cidade, bem como a polarização do mercado regional, foram responsáveis pelo grande desenvolvimento urbano entre 1960 e 1996.

A título de comparação, durante a **fase de mutação**, os índices de crescimento demográfico diminuíram consideravelmente, devido à redução das taxas de natalidade no país e à desaceleração da indústria e da economia poços-caldense. Entre 1996 e 2010 (14 anos), a população de Poços de Caldas cresceu 25,12%, contra 40,06% no intervalo entre 1980 e 1996 (16 anos), nos anos finais da **fase diversificada** (TABELA 9).

Outro aspecto da evolução demográfica de Poços de Caldas consiste no elevado grau de urbanização (TABELA 9). A partir de 1960, o município apresentou taxas de urbanização superiores a 80%, enquanto na década de 1990 essas cifras ultrapassaram os 95%. De acordo com Frayha (2010), a cidade sempre apresentou uma dinâmica cosmopolita no contexto regional, devido à expressão tipicamente urbana da atividade turística que lhe deu origem. Com a industrialização e a diversificação da economia, esta característica foi reforçada, devido à maior oferta de empregos e à maior densidade de fluxos (mercadorias, pessoas, informações e capitais) na cidade.

A expansão demográfica e a urbanização a partir de 1950 engendraram profundas mudanças na cidade, complexificando sua estrutura, dinâmica e paisagem. A oferta de empregos nas indústrias e nos estabelecimentos comerciais e de serviços atraiu indivíduos do entorno, aumentando a demanda por residências e por infraestruturas e serviços básicos. A cidade expandiu-se fisicamente, com a implantação de novos bairros. Além disso, a verticalização tornou-se mais intensa na zona central, onde se procura potencializar a renda fundiária do solo.

De acordo com a Prefeitura Municipal (POÇOS DE CALDAS, 1992, p. 204-205),

[...], com a crescente industrialização do município, a cidade consolida-se como polo regional de comércio e serviço, caracterizado pelo acentuado fluxo migratório, especialmente representado por população de baixo poder aquisitivo. Sem um instrumento eficaz de controle e ordenamento territorial, acentua-se, então, a ocupação desordenada de áreas de alta declividade e a implantação de malhas viárias totalmente desarticuladas, muitas vezes, impostas pela própria condição topográfica das áreas parceladas.

Como em qualquer cidade capitalista, o processo de expansão urbana ocorreu de forma segregada no espaço. A exclusão social e territorial se manifesta pela formação de bairros com infraestruturas e serviços urbanos deficitários, ocupados por famílias carentes, incapazes de competir no mercado imobiliário pelos melhores lotes. A dispersão ou concentração de certas atividades no espaço urbano, como a indústria, o comércio e os serviços, também refletem a lógica do mercado imobiliário. Deste modo, ao longo de sua evolução, a cidade diferenciou-se internamente pelas formas de apropriação do território.

3.2. Dinâmica imobiliária em Poços de Caldas

A dinâmica imobiliária em Poços de Caldas caracteriza-se pelo contraste entre o grande número de lotes vagos em áreas parceladas e o alto valor dos aluguéis. De acordo com a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (POÇOS DE CALDAS, 2006a, p. 111),

[...], a grande descontinuidade existente entre áreas parceladas somada ao excessivo número de lotes vagos demonstram uma dinâmica de expansão e ocupação urbanas característica dos processos movidos pela especulação imobiliária, principalmente ao considerar o dinamismo do mercado imobiliário e o elevado preço da terra na cidade.

A formação de valor dos imóveis é complexa e regida por uma série de fatores, que vão desde as influências da geomorfologia local às peculiaridades do processo de expansão urbana.

O sítio do Planalto de Poços de Caldas confere à cidade um traçado urbano caracterizado por zonas funcionais dispersas. Em função das dificuldades impostas pela topografia acidentada, a expansão urbana orientou-se principalmente pelos cursos d'água que cortam o Planalto de Poços de Caldas, como o Ribeirão da Serra, o Córrego Vai-e-Volta, o Ribeirão de Caldas e o Ribeirão de Poços, devido às maiores facilidades de ocupação dos vales. Por esta razão, a cidade espalha-se por grande extensão territorial nos sentidos leste-oeste e centro-sul, assumindo o formato aproximado da letra "T", como mostra a Figura 13.



Figura 13 – Imagem aérea da mancha urbana de Poços de Caldas, 2010.
Fonte – Google Earth, 2010.

No mercado imobiliário, a distância da zona central, onde está concentrada a maior parte das atividades urbanas (comércio, serviços, gestão do território e turismo), constitui elemento fundamental na formação de valor dos imóveis (devido às variações no tempo e no custo dos deslocamentos). O elevado preço dos imóveis nas áreas planas engendrou, ainda, a ocupação de áreas de maior declividade, principalmente por famílias mais carentes (POÇOS DE CALDAS, 1992, 2006a).

Quanto ao processo de expansão urbana, a abertura de parcelamentos descontínuos produziu lotes ociosos, dotados de infraestrutura e serviços urbanos. Estes imóveis constituem reserva de valor fundiário que elevam o preço dos aluguéis como um todo na cidade, retroalimentando a especulação imobiliária.

A Figura 14 mostra a disposição dos lotes vagos no tecido urbano. É possível perceber a descontinuidade dos parcelamentos durante a evolução física da cidade. Na zona sul, esta característica é mais comum e coincide com a área ocupada por famílias economicamente desfavorecidas, sinalizando um processo concomitante de exclusão social e territorial.

Os lotes vagos encontram-se dispersos por todo o organismo urbano, tornando-se mais numerosos nas periferias da cidade. Contudo, a incidência de terrenos ociosos não coincide, necessariamente, com os parcelamentos mais recentes, também marcando presença nas áreas centrais. A existência de grande quantidade de lotes vagos em áreas urbanizadas revela uma dinâmica imobiliária centrada em mecanismos especulativos, que preconizam a ociosidade do solo como reserva de valor.

A ocupação dos lotes vagos constitui uma das preocupações centrais da política urbana do município. Em consonância com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) (BRASIL, 2001), o Plano Diretor do município (Lei Complementar nº 74/2006) (POÇOS DE CALDAS, 2006b) estabelece o parcelamento e edificação compulsórios, a utilização compulsória, o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo e a desapropriação com títulos da dívida pública como instrumentos institucionais para coibir a especulação imobiliária e rebaixar o valor dos aluguéis. Todavia, estes procedimentos têm se mostrado ineficientes, porque os preços dos imóveis permanecem elevados, principalmente na zona central da cidade. A Figura 15 discrimina o valor venal do solo urbano em Poços de Caldas.

Apesar da defasagem entre o valor venal e os preços de mercado, algumas análises podem ser feitas sobre o comportamento do mercado imobiliário e seus impactos na estruturação da cidade.

A zona central e seu entorno constituem as áreas mais valorizadas, onde a verticalização se manifesta de forma mais intensa. A polarização de funções (turismo, comércio, serviços, gestão do território, habitação) historicamente exercida pelo centro é responsável pelos elevados aluguéis e, conseqüentemente, por sua apropriação por indivíduos mais ricos, no caso do uso residencial; e por atividades capazes de extrair maiores rendas do solo urbano, como o comércio varejista e os serviços.

Partindo da zona central, os trechos mais valorizados prolongam-se principalmente no sentido oeste da cidade, onde estão localizados grandes e importantes equipamentos urbanos, responsáveis pela valorização do entorno, como o *Shopping* Poços de Caldas, o Parque Municipal Antônio Molinari, a PUCMinas, a Faculdade Pitágoras e a Represa do Bortolan. A criação da cidade universitária da UNIFAL-MG em 2010, numa área pouco urbanizada, provavelmente constituirá fator de fortalecimento da expansão urbana neste sentido, valorizando terrenos contíguos.

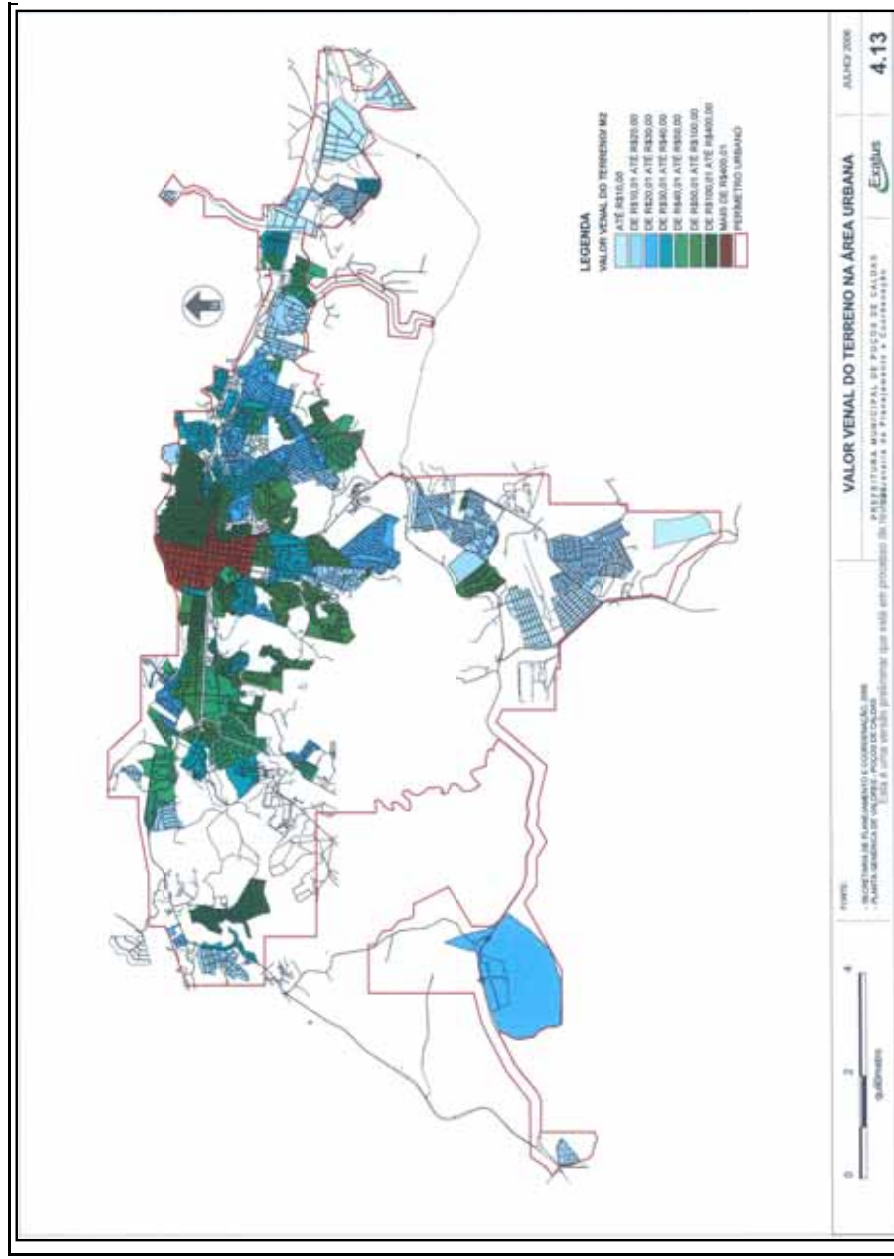


Figura 15 – Valor venal do solo urbano em Poços de Caldas, 2006.
Fonte – Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, 2006a.

Nas periferias formadas pelas zonas sul e leste, o valor venal do solo é inferior, e a ocupação vem sendo realizada por indivíduos de renda menor. Nestas áreas, a exclusão social e territorial é reforçada pelo “isolamento” em relação ao núcleo urbano compacto (zona sul) e pelas restrições impostas à ocupação pela topografia mais acidentada (zona leste), consolidando a segregação espacial durante o processo de produção da cidade (POÇOS DE CALDAS, 2006a).

Outra característica da dinâmica imobiliária consiste na alta rotatividade de usos entre os imóveis, principalmente na zona central e às margens das vias radiais de circulação intraurbana, como na Av. Wenceslau Braz, Av. José Remígio Prézia, Av. Francisco Salles/R. Marechal Deodoro, Av. João Pinheiro e Av. Mansur Frayha, no sentido leste-oeste; e na Av. Santo Antônio, Av. Alcoa e Av. Vereador Edmundo Cardillo, no sentido centro-sul. As facilidades de acesso aos mercados local, regional e turístico tornam estes logradouros bastante visados, principalmente por estabelecimentos comerciais e de serviços. Este é um dos motivos que explicam a baixa incidência de *brownfields* em Poços de Caldas, porque as fábricas abandonadas, em geral, foram refuncionalizadas rapidamente, como ilustram as Figuras 16 e 17.



Figura 16 – Refuncionalização da unidade produtiva da CGM, nas proximidades da Av. João Pinheiro, 2012.

Fonte – WILLIANS, D., 2001, p. 64; OLIVEIRA, E. M., 2012.
Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.



Figura 17 – Refuncionalização de fábrica de sabonetes na Praça Pedro Sanches, 2012.
Fontes – CARUSO JÚNIOR, R., 2011; OLIVEIRA, E. M., 2012.
Organização – OLIVEIRA, E. M.; 2012.

O terreno do antigo estabelecimento industrial da CGM, constituída durante a **fase mineradora** nas imediações do centro, junto à linha férrea, é ocupado atualmente por residências e por área de reserva particular (FIGURA 16). Uma fábrica de sabonetes da década 1940 (contígua à Praça Pedro Sanches) (FIGURA 17), que provavelmente faliu devido à crise do turismo balneário, foi refuncionalizada em um hotel, lojas e lanchonetes.

Os poucos *brownfields* identificados são de pequena dimensão e localizados principalmente nas periferias, onde as pressões para obtenção de renda fundiária do solo são menos intensas do que nas zonas central e pericentral da cidade. É o caso, por exemplo, da fábrica da extinta Gelosul (FIGURA 18), na Vila Togni (zona oeste), e da Malharia Santa Inês, nas proximidades do centro, abandonada com a realocização da empresa na Av. João Pinheiro (zona oeste).



Figura 18 – Unidade produtiva da extinta Gelosul, 2012.
Fonte – OLIVEIRA, E. M., 2012.

A refuncionalização de imóveis não é exclusiva da iniciativa privada. A Prefeitura Municipal de Poços de Caldas conferiu novos usos a prédios que perderam suas funções originais, principalmente no centro da cidade, como a estação ferroviária e alguns cassinos. De acordo com Ferreira (1996), a *Villa Junqueira*, atualmente ocupada pelo Espaço Cultural da Urca e pelo Museu Histórico e Geográfico, ao longo do processo de expansão urbana, abrigou sucessivamente residência, cassino, faculdade, teatro, conservatório de música, terminal rodoviário, centro administrativo municipal e salão de artes. Neste sentido, as ações do Poder Público corroboram a rotação de usos dos imóveis, geralmente a favor do turismo ou de serviços administrativos.

Em síntese, no caso de Poços de Caldas, os mecanismos especulativos vêm determinando a diferenciação da paisagem e das estruturas internas da cidade. O acesso desigual aos imóveis entre as classes sociais produz um espaço urbano fragmentado e articulado, com a exclusão social e territorial típica da sociedade capitalista, e uma distribuição espacial “coerente” dos outros usos.

3.3. Uso do território e dinâmica urbana em Poços de Caldas

A cidade de Poços de Caldas exerce funções diversas, como habitação, produção, circulação, prestação de bens e serviços, turismo e gestão do território nas escalas local e regional. Na competição pelas melhores localizações intraurbanas, as atividades econômicas distribuíram-se de maneira diferenciada, concentrando-se ou dispersando-se no território. Deste modo, a cidade se estrutura internamente de forma setorizada, e a paisagem reflete as diferentes formas de apropriação do espaço urbano.

A Figura 19 mostra o uso do solo por categoria de atividade em Poços de Caldas.

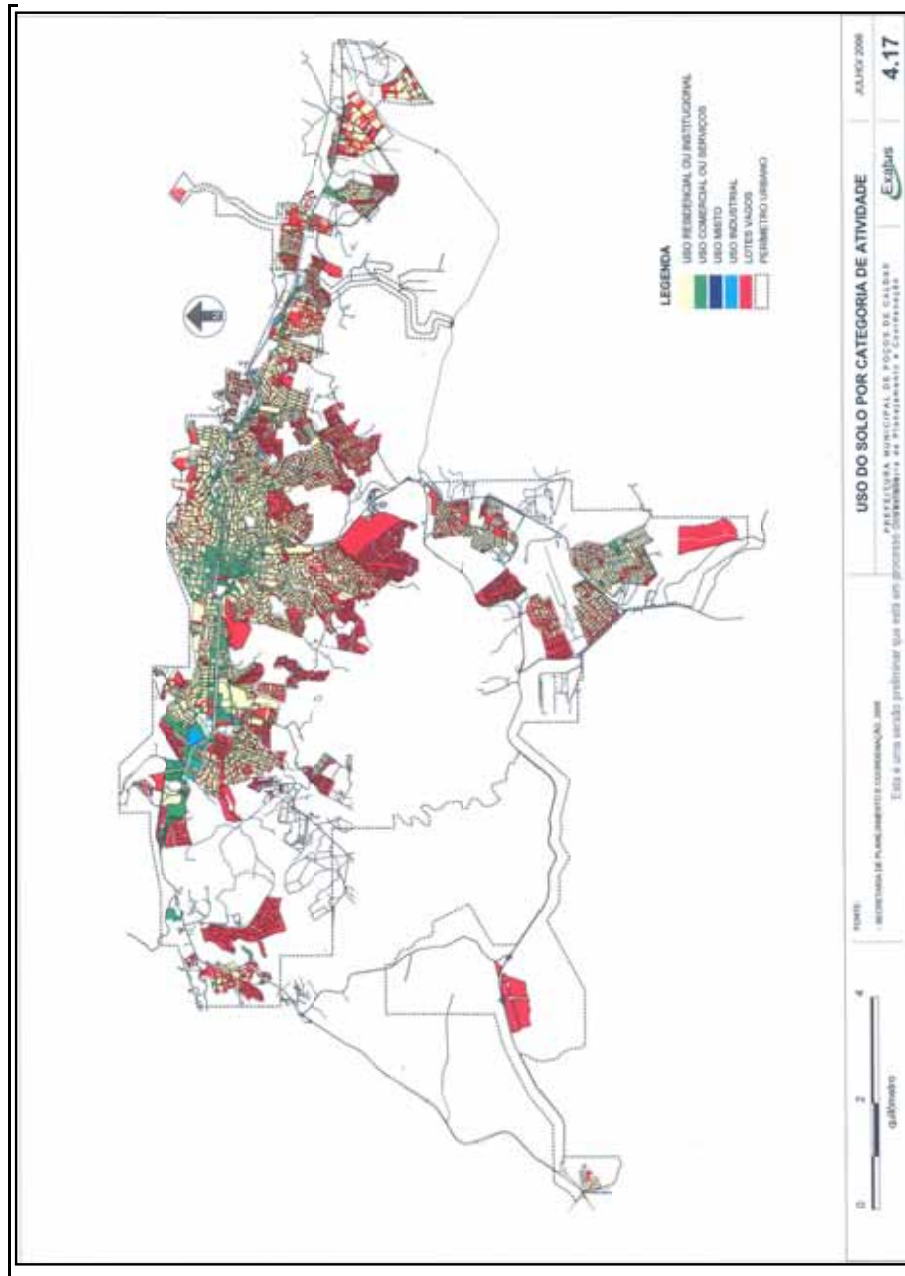


Figura 19 – Uso do solo por categoria de atividade em Poços de Caldas, 2005.
 Fonte – Poços de Caldas, 2006a.

O uso residencial ou institucional predomina na cidade, principalmente nas zonas pericentral e periférica. De acordo com a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (2006a), a cidade é bastante horizontal, com as construções em altura condensadas basicamente na zona central e proximidades. Na maioria dos bairros, há incidência pontual de estabelecimentos comerciais e de serviços que suprem as populações do entorno com artigos de primeira necessidade, como alimentos, vestuário, medicamentos, produtos de limpeza e de higiene, dentre outros.

O uso comercial e de serviços está concentrado principalmente na zona central. Os fluxos de turistas, as residências e a presença da maior parte de instituições administrativas constituem estímulos à proliferação de estabelecimentos comerciais (lojas, hotéis, supermercados, etc.) e de serviços (escolas, restaurantes, bares, clínicas, consultorias, etc.), devido à maior densidade do mercado consumidor. A polarização econômica exercida por Poços de Caldas sobre o mercado regional está relacionada à oferta de bens e serviços mais sofisticados, concentrados em sua zona central.

O setor terciário também predomina às margens das vias radiais de circulação intraurbana no sentido leste-oeste, devido às facilidades de acesso aos mercados local, regional e turístico. É comum a presença de bares, de restaurantes, e de lojas que comercializam produtos típicos da cidade (laticínios, embutidos de carne, doces, malhas e cristais), principalmente na Av. João Pinheiro (vetor centro-oeste). Estabelecimentos comerciais e de serviços de grande porte, como concessionárias de automóveis, oficinas mecânicas, empresas atacadistas, o *Shopping* Poços de Caldas, dentre outros, encontram-se nas periferias, devido à disponibilidade de terrenos mais amplos e baratos.

A atividade turística, responsável pela gênese e desenvolvimento urbano inicial de Poços de Caldas, ocorre, sobretudo, na zona central, onde estão concentrados os principais pontos de visitação, como o Complexo Termas Antônio Carlos-Palace Hotel-Palace Cassino, Parque José Affonso Junqueira e Praça Pedro Sanches; a Estação do Bondinho, a Praça dos Macacos e o Mercado Central. Todavia, os atrativos turísticos não se restringem a essa área: o Recanto Japonês, o Mirante do Cristo Redentor e a Fonte dos Amores localizam-se na zona norte, no Parque Municipal da Serra de São Domingos; o *Country Club*, o Parque Municipal

Antônio Mollinari, a Cachoeira Vêu das Noivas e a Represa do Bortolan situam-se na zona oeste, na periferia da cidade; enquanto a Pedra Balão e a Cascata das Antas se encontram na zona rural do município.

A indústria está concentrada principalmente nas periferias, com destaque para as zonas oeste, sudoeste e sul da cidade, onde estão localizados os grandes estabelecimentos. Na zona central, encontram-se pequenas unidades de gêneros tradicionais, como alimentício e editorial e gráfico. Os padrões de localização intraurbana da indústria serão discutidos detalhadamente no próximo capítulo.

Devido ao relevo acidentado do Planalto de Poços de Caldas, alguns trechos do perímetro urbano têm sua ocupação dificultada ou proibida. A zona norte, por exemplo, constitui um vetor de amortecimento da expansão urbana, devido à topografia íngreme e à presença de floresta remanescente da Mata Atlântica. O Parque Municipal da Serra de São Domingos (FIGURA 20) constitui área de conservação ambiental e de proteção da paisagem explorada pelo turismo.

A forte tendência de verticalização na zona central constitui outra característica da apropriação do território em Poços de Caldas, diferenciando-se na paisagem urbana (FIGURA 21). O mercado imobiliário explora as melhores condições de acessibilidade da zona central, associadas ao acúmulo das funções urbanas nesta área. Os altos valores dos aluguéis cobrados elevam as pressões no sentido de verticalização, com o intuito de se maximizar a renda fundiária do solo para os proprietários de imóveis.



Figura 20 – Serra de São Domingos, na zona norte de Poços de Caldas, 2012.
Fonte - OLIVEIRA, E. M., 2012.



Figura 21 – Verticalização na zona central de Poços de Caldas, 2012.
Fonte - OLIVEIRA, E. M., 2012.

Na medida em que a cidade abrange funções diversas, cada atividade procura as melhores condições de reprodução do capital investido, o que implica a seleção de localizações intraurbanas mais adequadas. Por este motivo, durante o processo de apropriação do território, relações de complementaridade e conflito acabaram se tornando inevitáveis.

O município constitui um exemplo de “convívio dialético” entre indústria e turismo. Este fenômeno se deve, em grande parte, à localização periférica das grandes indústrias nas zonas oeste, sudoeste e sul, à jusante dos cursos d'água que cortam os principais pontos de interesse turístico da zona central.

Em alguns casos, ocorrem relações de “simbiose” entre turismo e indústria, como é o caso das tradicionais visitas de charretes às fabricas de doces, malharias, cristalerias e pequenos laticínios. Todavia, existem relações que são conflitantes, como, por exemplo, o mau cheiro da Cachoeira Véu das Noivas, associado aos resíduos produzidos por indústrias à montante e despejados no Ribeirão das Antas. O mau cheiro desaponta os turistas e foi responsável pela desvalorização de bairros contíguos à queda d'água, como o Jardim Véu das Noivas.

Outro conflito entre usos na dinâmica urbana de Poços de Caldas consiste na descaracterização do conjunto arquitetônico e urbanístico tradicionalmente explorado pelo turismo, devido à concentração das funções urbanas e à verticalização da zona central (FIGURA 22).



Figura 22 – Descaracterização do conjunto turístico da zona central de Poços de Caldas, 2012.

Fonte - OLIVEIRA, E. M., 2012.

A desconcentração de atividades econômicas constitui um dos objetivos prioritários da política urbana do município. O Plano Diretor (2006b) estabelece como diretrizes para a estruturação do espaço urbano:

Art. 23, VI – democratizar a implantação das diversas categorias de uso, evitando setorização das atividades urbanas, buscando sua convivência equilibrada e simultânea na cidade, generalizando sempre que recomendável, o uso misto, disciplinando e controlando as atividades potencialmente incômodas e/ou nocivas onde for o caso, e respeitando as vocações de uso de cada região;

Art. 23, VII – despolarizar tanto quanto possível a área central, incentivando-se a implantação de novas centralidades nos bairros;

Art. 23, VII – recuperar a escala humana no centro da cidade por meio do controle de adensamento construtivo, em especial a altura das edificações, e através de realização de projetos que objetivem adotar tratamento específico ao pedestre, em especial o portador de deficiência, diminuindo o fluxo de veículos e lhe ofertando uma série de equipamentos urbanos de caráter estético e funcional, com vistas a garantir permanentemente condições adequadas de mobilidade e acessibilidade. (POÇOS DE CALDAS, 2006b).

Procura-se, deste modo, minimizar os efeitos da concentração de funções na zona central, distribuindo as atividades econômicas de forma mais homogênea no espaço. A Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar n° 92/2007) (POÇOS DE CALDAS, 2007) procura racionalizar e disciplinar o processo de expansão urbana e a dinâmica de funcionamento do território, discriminando parâmetros urbanísticos de ocupação (coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, gabarito das edificações, taxa de permeabilidade, recuos frontais, afastamentos laterais e de fundo, saliências, áreas de estacionamentos, dentre outros) e a disposição desejada dos usos (residencial e não residencial - serviços, industrial, comercial, misto e rural) entre as zonas definidas pelo Plano Diretor (Lei Complementar n° 74/2006) (POÇOS DE CALDAS, 2006b).

De acordo com o Plano Diretor (POÇOS DE CALDAS, 2006b), as Zonas de Adensamento Preferencial (ZAP), “[...], são passíveis de maior adensamento, devendo ser consideradas prioritárias para a consolidação de novos núcleos de comércio e prestação de serviços, objetivando a despolarização da área central”. As ZAP, em sua maioria, localizam-se nas zonas periféricas, ou seja, mais distantes dos principais mercados intraurbanos, o que dificulta, na prática, a desconcentração das funções urbanas na cidade.

Outro foco de conflito consiste na apropriação de áreas com potencial turístico pela iniciativa privada, como é o caso da Represa do Bortolan. A construção de bairros residenciais de luxo às margens da represa, como o Campo da Cachoeira, aproveita-se da paisagem agradável e inibem o acesso da população e dos turistas à área, restringindo-o aos bares e restaurantes disponíveis.

A coexistência entre o novo e o antigo constitui outra característica da dinâmica urbana em Poços de Caldas. Em alguns casos, a relação é positiva, como é o caso da dotação recente da cidade com os gasodutos da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig), que fornecem gás natural às residências, hotéis e indústrias da cidade, ampliando a possibilidade de redução dos custos de produção, com base na diversificação da matriz energética.

Em outros casos, a relação é pontuada por contradições. Recentemente, a imprensa local tem veiculado reportagens sobre a possibilidade de extinção dos passeios de charretes, em vigor desde os primórdios da estância balneária. Sob

alegação de maus tratos aos animais (JORNAL DA CIDADE, 2012), a proibição deste tradicional evento turístico envolve questões mais amplas, relacionadas à própria dinâmica do território. Os passeios ocorrem na Av. João Pinheiro, via radial de circulação intraurbana, onde estão presentes vários estabelecimentos comerciais, de serviços e algumas indústrias. As charretes dificultam o trânsito, adensando os fluxos numa das principais avenidas da cidade.

As pressões pela conversão de imóveis do início do século XIX em prédios modernos em altura constitui outro foco de incidência das contradições entre o antigo e o novo. A verticalização da zona central pressiona o Poder Público a adotar medidas de preservação da atividade turística e da memória do lugar.

O Plano Diretor estabelece, dentre seus objetivos na definição do macrozoneamento do município:

Art. 5º - C, VII - preservar as condições cênicas da área central;

Art. 5º - C, VII - criar condições para a preservação do caráter histórico-cultural da área central;

Art 5º - C, XVI - promover a valorização urbanística da área central, visando a preservar a sua habitabilidade, ambiência e seu caráter histórico-cultural. (POÇOS DE CALDAS, 2006b).

Para coibir a descaracterização do patrimônio histórico e memorialístico (FIGURA 22) são utilizados os seguintes instrumentos: direito de preempção, transferência do direito de construir, operações urbanas consorciadas e tombamentos (POÇOS DE CALDAS, 2006b). Contudo, sua aplicação e efetividade contrastam com os objetivos e ações do mercado imobiliário em vigor.

Por fim, procura-se reativar o transporte ferroviário de passageiros (entre a cidade e São João da Boa Vista (SP)), com o objetivo de preservar a memória do lugar e, ao que tudo indica, fomentar o turismo (JORNAL DA CIDADE, 2011). Esta medida visa a fortalecer uma atividade econômica em crise na cidade (turismo balneário), resgatando uma forma obsoleta e superada do espaço urbano.

Com base no que foi exposto, é lícito afirmar que a dinâmica de expansão e de estruturação urbana de Poços de Caldas ratifica as teorias sobre o processo de produção do espaço urbano e de seus agentes e processos. A estrutura interna da cidade revela um espaço fragmentado, onde imperam os mecanismos do mercado

imobiliário. A diferenciação dos setores urbanos por forma e períodos de apropriação entre atividades e/ou classes sociais é similar à das outras cidades médias, com o agravante da polarização excessiva de funções na zona central, devido à exploração do turismo e às limitações impostas pela topografia. É neste cenário que a indústria procura manter ou definir as melhores localizações intraurbanas.

3.4. Política industrial em Poços de Caldas

As políticas industriais interferem diretamente no processo de produção de espaço urbano, e subdividem-se em políticas de promoção e de ordenamento territorial (MENDÉZ e CARAVACA, 2008).

Ações de fomento visam a tornar o território mais atraente para novos empreendimentos. Apesar das transformações recentes na economia e no espaço industrial, relacionadas à reestruturação produtiva das empresas,

[...] mantém-se a consideração positiva de uma atividade industrial geradora de empregos de qualidade, indutora do crescimento de um bom número de serviços e, portanto, fator de diversificação econômica e do trabalho, assim como da inovação, o que se reflete em ações destinadas a potencializá-la (MENDÉZ, 2006, p. 54).

As políticas promocionais, portanto, sustentam a hipótese de que a indústria constitui o setor dinâmico por excelência da economia, por seus efeitos positivos na geração de emprego e renda em curto prazo. De acordo com Selingardi-Sampaio e Custódio (1995), os instrumentos utilizados por políticas deste tipo abrangem:

- concessão de incentivos financeiros, que se subdividem em incentivos fiscais (redução de taxas e impostos e criação de zonas e áreas industriais “livres”) e creditícios (subsídios financeiros, empréstimos, concessão de terrenos e prédios e criação de incubadoras de indústrias);
- investimento direto, pelo governo, em unidades de produção industrial;
- políticas de trabalho e emprego (concessão de subsídios às fábricas, segundo o número de empregados que ocupam; políticas de imigração e emigração; adoção de políticas salariais e sindicais);
- criação de infraestruturas;

- provisão de estruturas institucionais;
- criação de regulamentação, visando à preservação ambiental e à proteção e saúde do trabalhador industrial.

As políticas de ordenamento visam a regulamentar e disciplinar o uso industrial do território, evitando ou minimizando conflitos entre a produção industrial e outras funções urbanas. De acordo com Mendéz e Caravaca (2008, p. 293) este tipo de política se justifica porque “[...], junto aos inegáveis efeitos positivos associados ao crescimento industrial, tem se generalizado, por sua vez, outros negativos que tornaram necessárias algumas formas de intervenção pública para suprimi-los ou minimizá-los”. Tais efeitos compreendem as perturbações no mercado imobiliário, a saturação do sistema viário, a poluição ambiental e os problemas relacionados com as populações do entorno, ou seja, as deseconomias de aglomeração.

Os impactos das políticas de promoção e de ordenamento da indústria no espaço urbano são múltiplos e dependem de sua eficácia quanto aos objetivos propostos. No caso das políticas de fomento, a maior oferta de empregos e o adensamento dos fluxos materiais e imateriais promovem alterações significativas na estrutura e na dinâmica do território, como a aceleração do processo de expansão urbana, a diversificação funcional da cidade, o acirramento das competições pelo uso da terra, a complexificação da paisagem, o ônus ambiental, dentre outras.

Por sua vez, as políticas de ordenamento, ao restringir ou estimular a industrialização em algumas partes da cidade, influenciam a oferta de imóveis entre os usos possíveis, alterando as condições e os valores de aquisição dos imóveis.

Os distritos e minidistritos industriais, condomínios industriais, consórcios modulares, parques tecnológicos, dentre outros, constituem, a um só tempo, espaços de promoção e de ordenamento da indústria; e a localização estratégica destes espaços tem impactos sobre o funcionamento das cidades, como concentração de mão-de-obra e das externalidades negativas relacionadas à transformação industrial, as alterações na paisagem, a especialização industrial, dentre outras.

Em geral, as políticas promocionais concentram a maior parte dos esforços do Poder Público, devido às preocupações com o desenvolvimento socioeconômico.

Em Poços de Caldas, as políticas promocionais tornaram-se mais efetivas na década de 1970, quando o município iniciou seu maior ciclo de expansão e diversificação industrial (**fase diversificada**).

De acordo com o INDI (1974, p. 49), os empresários interessados em se instalar em Poços de Caldas poderiam se beneficiar de estudos técnicos sobre a viabilidade financeira, a capacidade de mercado e a melhor localização intraurbana, desenvolvidos pelo próprio INDI, além de financiamentos do BDMG. A Prefeitura de Poços de Caldas oferecia os incentivos fiscais regulamentados pela Lei n° 2091/1973, como isenção de impostos municipais e devolução do ICM recolhido, parcial ou integralmente, pelo prazo de até cinco anos (POÇOS DE CALDAS, 1973).

Para Frayha (2010), o Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas (1970) seguiu o modelo tecnocrático de planejamento urbano do regime militar, e esboçava iniciativas preliminares de ordenamento do espaço industrial em expansão no município. Segundo o INDI (1974), o plano estabelecia as seguintes áreas (FIGURA 23) para alocação preferencial de fábricas:

área A, situada na saída para Andradas, às margens da rodovia BR-146, nas imediações do aeroporto, onde está sendo implantada a Termocanáda;

área B, localizada em frente à Alcominas, às margens do futuro anel de contorno do município, que interligará as rodovias BR-267, BR-146 e BR-459;

área C, encontra-se localizada ao lado da área da Mitsui, com acesso pela BR-267, onde será implantada a unidade industrial da Celanese (INDI, 1974, p. 21).

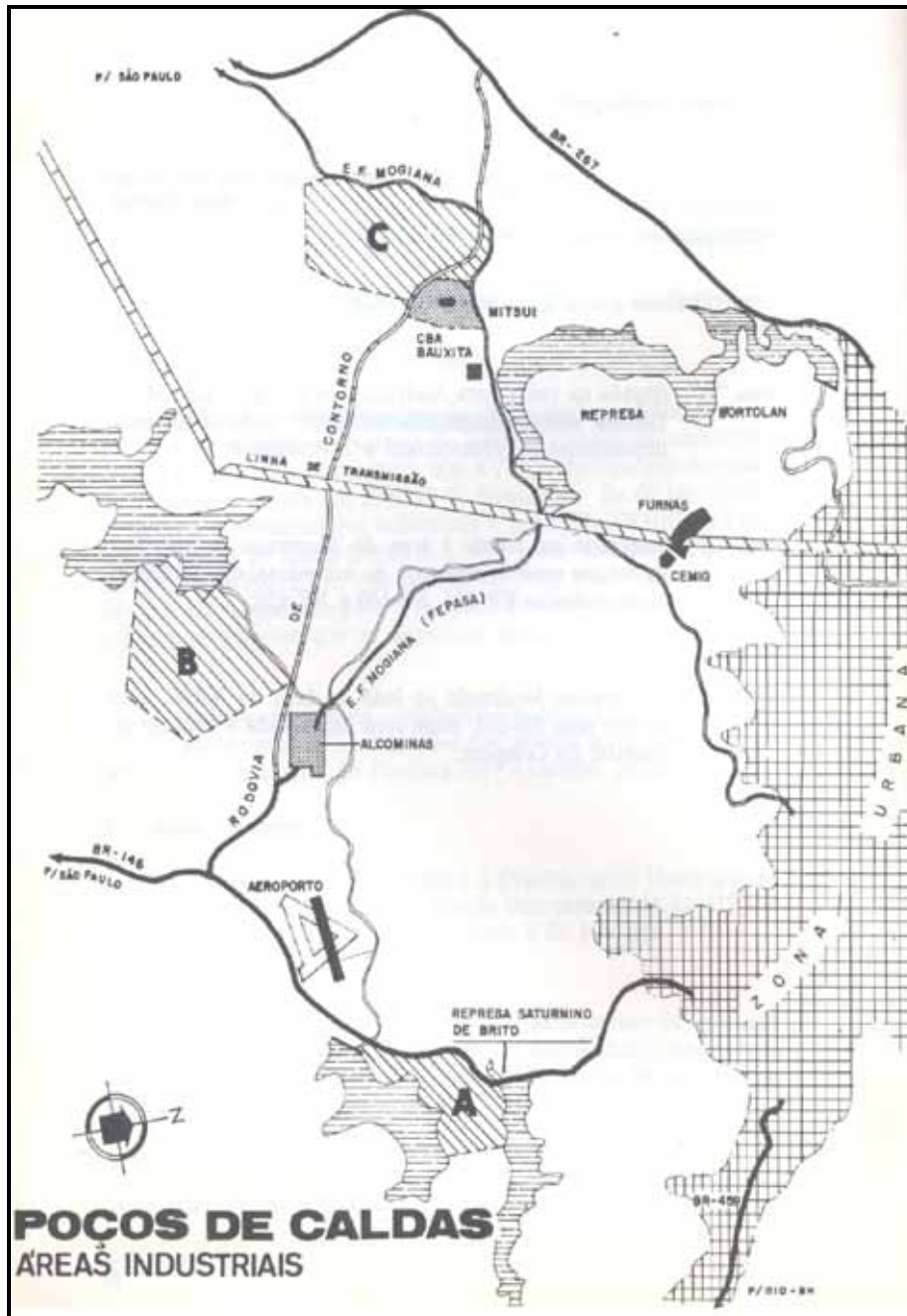


Figura 23 – Áreas preferenciais para alocação de indústrias, definidas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas, 1970.
Fonte – INDI, 1974, p. 22.

A racionalidade das políticas industriais da época está presente em algumas das características que definem estas áreas.

A proximidade dos principais sistemas logísticos que servem a cidade, como a ferrovia, as rodovias (BR-146, BR-267 e BR-469), o aeroporto e as linhas de transmissão de energia enfatiza questões ligadas à acessibilidade. Tradicionalmente, a circulação facilitada dos insumos, das mercadorias e da força de trabalho constituem importantes fatores locais intraurbanos para a indústria, devido à diminuição dos custos de produção (redução do tempo e dos gastos com deslocamentos).

Projetava-se, ainda, a formação de cadeias produtivas no município, aproveitando-se da motricidade dos grandes estabelecimentos estrangeiros que se instalaram ou estavam em fase de implantação no início da década de 1970, como a Termocaná (área A); a Alcominas (área B); a Fertilizantes Mitsui e a Celanese (área C). Deste modo, o Governo Estadual e a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas visavam a consolidar a industrialização do município, aproveitando-se do efeito de arraste exercido pelas multinacionais, fomentando e racionalizando, ao mesmo tempo, a indústria no território.

No entanto, a indústria não se desenvolveu com a intensidade desejada nas áreas definidas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas. A industrialização ocorrida não gerou as sinergias ou relações interindustriais intensas como eram esperadas. As empresas que se instalaram no município, beneficiando-se das economias de aglomeração disponíveis, o fizeram nas periferias (zonas oeste e sul, principalmente), priorizando a proximidade do mercado (urbano, regional e turístico), da mão-de-obra e dos estabelecimentos comerciais e de serviços.

O Distrito Industrial de Poços de Caldas foi criado apenas na década de 1990, em parceria com o Governo de Minas Gerais, via CDI-MG. Sua implantação aconteceu quando a **fase diversificada** se aproximava do fim, e o país ainda vivenciava os efeitos da crise econômica e política da década de 1980.

O Distrito Industrial encontra-se localizado a sudoeste da cidade, próximo à divisa com São Paulo (3,5 Km), junto à Rodovia Geraldo Martins Costa (Rodovia do Contorno), e às margens da ferrovia. Atualmente, possui 2.356.651,68 m² de superfície, e encontra-se em área pouco urbanizada (A CIDADE, 2010).

De acordo com o SEBRAE-MG (1997, p. 72),

[...], o Distrito é multivocacional e apropriado para empresas de pequeno e médio porte, não suportando empresas maiores. A Prefeitura tem interesse em estimular a ida de empresas já existentes para o local, pois o Distrito é visto como aliado importante para evitar um possível conflito entre as atividades industriais e as turísticas.

Em 2003, durante a **fase de mutação**, criou-se o Minidistrito Industrial, com 56.994,74 m² de área, no bairro Campo José Martins, zona sul da cidade, para abrigar microempresas e empresas de pequeno porte (A CIDADE, 2010).

Todavia, tanto o Distrito quanto o Minidistrito Industrial se mostraram insuficientes enquanto instrumentos de promoção e ordenamento da indústria no território até recentemente. De acordo com o SEBRAE-MG (1997) e Maria (2011), alguns empresários adquiriram lotes no Distrito após sua implantação, mas não edificaram fábricas, motivo pelo qual aquele permaneceu abandonado entre 1990 e 2010.

Para Maria (2011),

[...], a lei amarrava todas as empresas que queriam construir naquela época. A lei amarrava o empreendedor, ele não conseguia registrar a área, e isso causava instabilidade para aquela pessoa que está ganhando a área. Esse era um dos fatores: a legislação não era propícia para isso. Outro fator, realmente, é a cabeça do nosso Poder Executivo. Eles não tinham a visão de que investir neste setor era preciso, justamente por ser um município quase que exclusivamente turístico. Mas o turismo não supre as necessidades do município, nós temos que ter o empreendedorismo, a cidade tem que ser desenvolvida. A parte de localização também sempre foi um dificultador a mais, porque as rodovias de acesso dificultam o transporte, o asfalto era mais precário... E o próprio investimento no Distrito Industrial era altíssimo, mas nossa situação econômica hoje é um pouco melhor. A visibilidade para esse tipo de investimento já foi indicada como necessária. O município não pode mais ficar sem desenvolver a parte industrial, coisa que não se via naquela época, em que se priorizava o turismo.

Na interpretação do Coordenador de Fomento à Indústria e ao Comércio da gestão municipal 2009-2012 (MARIA, 2011), a excessiva burocratização nos processos de concessão e registro das licenças para a indústrias foi responsável pelo fraco desenvolvimento do distrito e do parque industrial da cidade, nas décadas de 1990 e 2000. Embora seja um motivo plausível, é preciso lembrar que, nessas décadas, a indústria e a economia nacional enfrentaram um cenário de crise

econômica relacionado ao aumento da competição internacional, com a abertura do mercado interno.

O discurso oficial reforça as contradições entre o antigo e o novo. As dificuldades do Poder Público em conciliar e estimular as diversas atividades historicamente praticadas no município revela a disputa entre os diversos agentes sociais na definição dos rumos do desenvolvimento do território. Além disso, o declínio da indústria na **fase de mutação** extrapola a “opção” dos governos anteriores pelo investimento no turismo, e encontra respaldo na frágil integração do município ao processo de desconcentração da indústria paulista, na guerra fiscal dos lugares, e na inexistência de cadeias produtivas sólidas e dinâmicas no território.

Para reverter o quadro de declínio de participação da indústria poços-caldense nas diversas escalas geográficas, durante a **fase de mutação**, foi aprovada recentemente a Lei n° 8602/2009, que institui o “Programa Avança Poços” (POÇOS DE CALDAS, 2009), a nova política industrial do município.

O fortalecimento do Distrito e do Minidistrito Industrial constitui uma das principais diretrizes desse programa. O estímulo à localização industrial nesses espaços atende às determinações do Plano Diretor, que estabelece a segregação de estabelecimentos de médio e grande porte e a criação de zonas específicas (Zonas Industriais - ZI) para implantação de indústrias na cidade. De acordo com a lei de uso e ocupação do território (Lei Complementar n° 92/2007) (POÇOS DE CALDAS, 2007), as ZI abarcam justamente as áreas do Distrito e do Minidistrito industrial.

No tocante à indução da atividade industrial, o “Programa Avança Poços” prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- benefícios fiscais, que compreendem a isenção de até 100% do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), do Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU), do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e das taxas municipais;
- benefícios financeiros, que correspondem à devolução, em espécie, de até 15% do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS), dependendo da atividade desenvolvida pela empresa;

- benefícios materiais, que consistem na doação ou venda de lotes em condições facilitadas, execução de obras de pavimentação das vias de tráfego e limpeza e preparação dos terrenos, e intercessão, junto à Administração Indireta do Município, para o fornecimento necessário de água, energia elétrica e coleta de esgoto (POÇOS DE CALDAS, 2009).

Os benefícios previstos pela referida lei, de acordo Selingardi-Sampaio e Custódio (1995), classificam-se como incentivos financeiros e criação de infraestruturas, e constituem os instrumentos mais comuns empregados pelas prefeituras para a promoção da indústria no território.

Os interessados em receber os benefícios do “Programa Avança Poços” devem preencher um protocolo de intenções, do qual constam o ramo e porte da indústria, a previsibilidade dos impactos socioeconômicos e ambientais de suas atividades, bem como das medidas mitigadoras dos efeitos negativos. Os pedidos serão julgados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Industrial (CDEI), órgão responsável pela definição de prazos de vigência dos benefícios concedidos. O CDEI é composto por integrantes da Administração Pública e da sociedade civil organizada (POÇOS DE CALDAS, 2009; MARIA, 2011).

De acordo com Maria (2011), na análise dos protocolos de intenções,

primeiro, a gente privilegia as empresas instaladas no município, tanto de capital local quanto externo. As empresas que funcionam no município e ajudam a economia crescer. Não há preferência por um ou outro tipo de empreendimento, a análise é feita caso a caso pelo CDEI. Nada de um ramo ou porte específico. [...]. Não somos um município que utiliza preferências.

Por meio da nova política industrial, estimula-se, ainda, a realocação dos estabelecimentos na cidade, obedecendo a outras determinações do Plano Diretor, como a desconcentração de atividades econômicas das áreas centrais e a melhoria das condições de circulação na cidade (POÇOS DE CALDAS, 2006b).

Vale lembrar que, desde a aprovação do “Programa Avança Poços”, a Prefeitura tem investido na melhoria da infraestrutura de seus espaços industriais planejados. De acordo com Ribeiro (2011, p. 6), “a Prefeitura está fazendo a parte dela, colocando rede coletora de águas pluviais, abastecimento de água e energia

elétrica, tudo em fase final de instalação”. Para Maria (2011), o Governo de Minas Gerais é parceiro neste empreendimento, devido aos altos custos dos investimentos.

Os resultados do programa ainda são preliminares, portanto não é possível tecer uma análise profunda sobre seus efeitos na estrutura e funcionamento do território. De acordo com Maria (2011), algumas empresas estão construindo suas unidades produtivas no Distrito, enquanto outras assinaram recentemente o protocolo de intenções a ser analisado pelo CDEI.

Caso o Distrito e o Minidistrito Industrial se consolidem enquanto instrumentos de promoção e ordenamento da indústria no território, provavelmente a expansão urbana se fortalecerá nas áreas sob sua influência direta, como as zonas oeste, sudoeste e sul da cidade. O funcionamento de novas indústrias promoverá o adensamento dos fluxos materiais e imateriais nessas porções do território, engendrando maior complexidade funcional e alterações paisagísticas.

Apesar do caráter preliminar dos impactos do Distrito e do Minidistrito Industrial na estrutura e funcionamento do espaço industrial de Poços de Caldas, é possível afirmar que as políticas industriais constituem instrumentos que procuram racionalizar o próprio processo de produção do espaço urbano, disciplinando a atividade capaz de promover as maiores transformações na dinâmica territorial, ou seja, a indústria. A avaliação dos impactos das diferentes políticas de promoção e de ordenamento da indústria são vitais para a compreensão da dinâmica locacional intraurbana desta e para a diferenciação interna das estruturas das cidades.

No próximo capítulo, será analisada a dinâmica locacional intraurbana das indústrias em Poços de Caldas.

CAPÍTULO IV – DINÂMICA LOCACIONAL INTRAURBANA DAS INDÚSTRIAS EM POÇOS DE CALDAS

A indústria constitui a atividade econômica capaz de promover as mais rápidas e profundas transformações nas características socioeconômicas e na estrutura das cidades (MENDÉZ, 2006; SELINGARDI-SAMPAIO, 2009).

A distribuição das unidades produtivas nas cidades revela as necessidades espaciais da indústria nos diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas (CARLOS, 1997, 2007 e 2008), variando de acordo com o tamanho e gênero dos estabelecimentos (RIBEIRO e ALMEIDA, 1980; RIBEIRO, 1982a, 1982b; SPOSITO, 1986/1987; MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1987; SAILER, 2010). A localização “mais adequada” potencializa a acumulação capitalista, reduzindo o tempo de circulação do capital no território.

No entanto, durante a produção do espaço urbano, a indústria compete com outros usos pelas melhores localizações (CARLOS, 2007 e 2008). Nas áreas centrais (zonas central e pericentral), onde a disputa é mais intensa, devido à concentração histórica de funções e atividades urbanas, verifica-se maior valorização de imóveis e acúmulo de deseconomias de aglomeração, que elevam os custos de funcionamento da indústria, incitando um movimento geral de descentralização da atividade produtiva.

Além disso, no atual estágio do capitalismo, muitos empresários substituem estabelecimentos consolidados nas áreas centrais por outros nas periferias, como forma de readequar seu aparato produtivo às novas relações interindustriais e econômicas, mais intensivas em tecnologias e informações (MENDES, 2011).

Deste modo, tanto o processo de produção do espaço urbano, quanto o de desenvolvimento das forças produtivas, contribuem e fortalecem a descentralização das unidades produtivas, fenômeno que assume contornos de periferização da indústria em cidades médias no Brasil, como Presidente Prudente (SP) (SPOSITO, 1986/1987), Rio Claro (SP) (MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1987) e Bauru (SP) (TOLEDO, 2009); e na Espanha, como Burgos (PASCUAL e ANDRÉS, 2006) e Valladolid (MENDES, 2011).

Esta dinâmica locacional das indústrias promove impactos diferenciados nas zonas morfológico-funcionais das cidades. A (re)localização de fábricas nas zonas periféricas e auréolas periurbanas interfere diretamente na produção do espaço urbano, porque a indústria requer infraestruturas e serviços específicos para funcionar satisfatoriamente. Além disso, a atividade industrial detém a capacidade de atrair a força de trabalho e empresas correlatas (industriais, comerciais ou de serviços) para suas proximidades, intensificando os fluxos materiais e imateriais no território. Assim, a localização periférica da indústria altera a dinâmica e a estrutura das cidades, promovendo transformações socioespaciais diversas, como crescimento urbano, alterações no mercado imobiliário, complexificação funcional e paisagística, dentre outras.

Por sua vez, o movimento de “abandono” das zonas centrais e pericentrais pela indústria retroalimenta mecanismos de especulação imobiliária (refuncionalizações, desvalorização do entorno, dentre outros) ou deixa formas industriais obsoletas (os *brownfields*) nessas áreas. O centro urbano torna-se, deste modo, espaço prioritário para a instalação de estabelecimentos comerciais e de serviços, capazes de extrair maiores rendas fundiárias do solo do que a atividade produtiva (CARLOS, 2007 e 2008; AMORIM FILHO, 2005).

Na produção dialética do espaço urbano, portanto, a periferização de fábricas é condicionada tanto pela “incapacidade” das áreas centrais de atrair e manter a indústria, quanto pelas melhores condições de produção nas periferias. Neste capítulo, procurou-se identificar a descentralização das indústrias em Poços de Caldas e quais seus impactos sobre o espaço urbano. Além disso, caracterizou-se o estágio mais recente das relações produtivas no município.

4.1. Padrões intraurbanos de localização da indústria em Poços de Caldas

Conforme as discussões teóricas e os estudos empíricos sintetizados no Capítulo I, em geral, existem dois padrões de localização da indústria nas cidades.

O primeiro caracteriza-se pela presença de pequenas indústrias, de ramos tradicionais e/ou com ano de fundação mais antigo, nas zonas central e pericentral,

geralmente às margens das principais vias de circulação (rodoviária ou ferroviária) intraurbana.

O segundo é representado por grandes estabelecimentos, de gêneros mais modernos e/ou com ano de fundação mais recente nas periferias, localizados nos principais corredores logísticos intra ou interurbanos, ou em espaços planejados pelo Estado (distritos e minidistritos industriais, parques tecnológicos, condomínios industriais, dentre outros).

A Figura 24 mostra a disposição espacial de 35 indústrias pesquisadas no espaço urbano de Poços de Caldas. A Tabela 10 discrimina suas principais características, de acordo com o número de funcionários, tamanho do estabelecimento, gênero industrial, origem dos capitais investidos, ano de fundação e fase de industrialização do município.

As informações dos estabelecimentos listados de 1 a 24 foram adquiridas por meio do questionário industrial (Anexo I) utilizado durante o trabalho de campo. Os dados das indústrias de 25 a 35 foram obtidos pela mesclagem de informações do Cadastro Industrial de Minas Gerais (CIEMG, 2011) e de páginas eletrônicas das empresas.

O total de 35 estabelecimentos contempla a amostragem calculada no início do trabalho de campo, e permitiu analisar espacialmente os padrões e tendências de localização intraurbana das indústrias em Poços de Caldas.

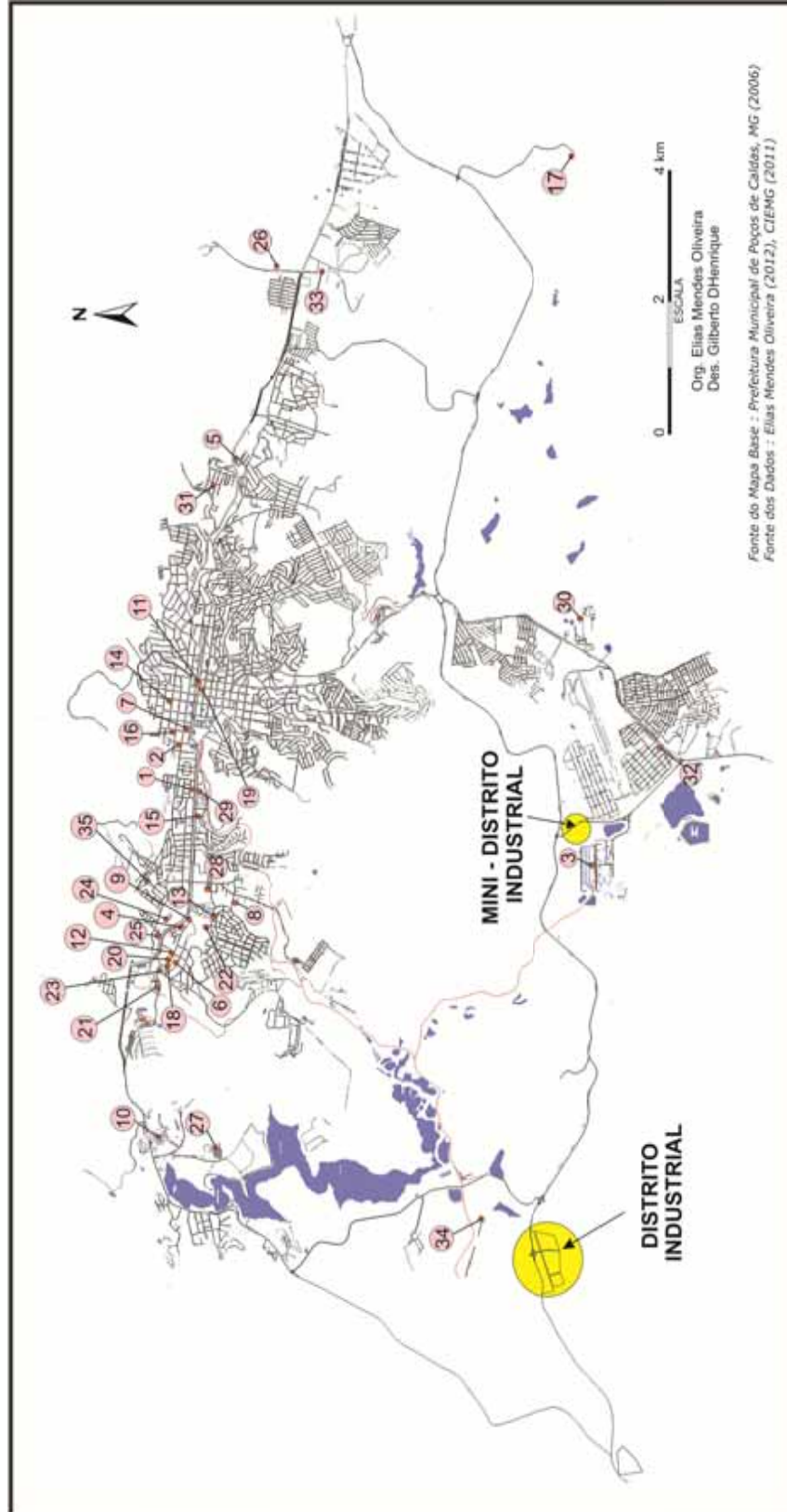


Figura 24 – Localização das indústrias pesquisadas em Poços de Caldas, 2012.
Fontes – OLIVEIRA, E. M., 2012 e CIEMG, 2011.

Tabela 10 – Caracterização dos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas, 2012.

N°	Número de funcionários	Tamanho dos estabelecimentos	Gênero industrial	Origem dos capitais investidos	Ano de fundação	Fase de industrialização
1	3	Micro	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Nacional (São Paulo)	1996	Diversificada
2	20	Pequeno	Fabricação de bebidas	Local	2006	Mutação
3	1065	Grande	Metalurgia	Estrangeiro (EUA)	1970	Diversificada
4	4	Micro	Fabricação de produtos têxteis	Local	1988	Diversificada
5	23	Pequeno	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Local	1971	Diversificada
6	02	Micro	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Local	1953	Mineradora
7	06	Micro	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Local	1988	Diversificada
8	12	Micro	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Nacional (São Paulo)	1998	Mutação
9	14	Micro	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Local	1962	Mineradora
10	1000	Grande	Fabricação de produtos alimentícios	Estrangeiro (França)	1974	Diversificada
11	05	Micro	Impressão e reprodução de gravações	Local	1975	Diversificada
12	160	Médio	Fabricação de máquinas e equipamentos	Local	1936	Antiga
13	10	Micro	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Local	2000	Mutação
14	2	Micro	Impressão e reprodução de gravações	Local	1997	Diversificada
15	72	Pequeno	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Local	1972	Diversificada
16	20	Pequeno	Fabricação de produtos alimentícios	Local	1966	Diversificada
17	926	Grande	Extração de minerais metálicos	Local	1961	Mineradora
18	08	Micro	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	Local	1976	Diversificada
19	19	Micro	Fabricação de produtos alimentícios	Local	2008	Mutação
20	32	Pequeno	Fabricação de produtos de borracha e de	Local	1986	Diversificada

A Figura 24 mostra claramente a periferação da indústria em Poços de Caldas. De acordo com a Tabela 10, dos 19 estabelecimentos que se instalaram na cidade após 1980, 68,42% se encontram nas periferias. Deste modo, a descentralização de fábricas constitui a tendência predominante da dinâmica locacional das indústrias no município.

A periferação ocorre de forma mais intensa nos sentidos oeste e sudoeste da expansão urbana (FIGURA 24) basicamente pelas seguintes razões: disponibilidade de terrenos, de diferentes dimensões, a menores preços do que nas zonas centrais e pericentrais (FIGURAS 14 e 15); topografia relativamente mais suave do que em outras áreas periféricas, como na zona leste; e presença de importantes vias de circulação intraurbana (Avenidas João Pinheiro e Mansur Frayha), que facilitam o acesso aos insumos, à mão-de-obra e aos mercados local, regional e turístico, principalmente de São Paulo.

Além disso, a Prefeitura de Poços de Caldas vem concentrando seus principais investimentos na indústria justamente nas zonas sudoeste e oeste da cidade, com destaque para o Distrito Industrial (zona sudoeste) e para o Minidistrito Industrial (zona sul) (FIGURA 24).

De acordo com Maria (2011),

a cidade não tem mais para onde crescer.... A zona oeste é a nossa saída, tendo em vista que a zona sul já está praticamente ocupada, sendo área de adensamento amplo de pessoas, áreas mais complicadas para qualquer tipo de empreendimento, de indústria, na verdade. A zona oeste [e sudoeste] constitui a área em que há disponibilidade de espaço e que se encontra afastada de qualquer tipo de população, por não ficar muito próxima às áreas de concentração de residências, porque tem empresas que não gostam. Têm empresas que não vêm se tiverem que ficar num raio de 1 ou 2 km das residências. A gente tem essa visão para que isso não interfira na atividade industrial.

[...], no caso da zona norte, existe uma área de proteção ambiental. A zona sul estaria saturada, de certa forma. [...], a zona leste tem outra finalidade que não a atividade industrial, inclusive estabelecida pelo Plano Diretor. Estamos também com uma saturação elevada na zona leste, não há muito para onde crescer mais na zona leste. O uso ali seria também residencial e prestação de serviços e comércio, que são atividades mais leves.

no centro, especificamente, que é a área mais adensada, área de comércio e serviços mais forte, não se podem implantar e nem é interesse da administração implantar unidades industriais.

Desta forma, o Poder Público induz tacitamente o processo de descentralização da indústria em Poços de Caldas. Por um lado, disponibiliza as infraestruturas e serviços urbanos necessários à atividade nas zonas oeste, sudoeste e sul, condicionando a cessão dos benefícios do “Programa Avança Poços” (POÇOS DE CALDAS, 2009) à localização no Distrito ou no Minidistrito Industrial. Por outro lado, restringe ou dificulta a instalação de fábricas em outras zonas da cidade, conforme especificações do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (POÇOS DE CALDAS, 2006b, 2007).

Agindo deste modo, a Administração Pública “otimiza” investimentos em infraestrutura e serviços urbanos, concentrando-os no território; “minimiza” parte dos conflitos entre a indústria e outras formas de apropriação da cidade, principalmente nas áreas de ocupação mais densa; mantém o “convívio dialético” entre o turismo consolidado na zona central e a indústria localizada majoritariamente à jusante; além de fomentar novos empreendimentos industriais e estimular a realocação de fábricas.

Esta é a lógica do Estado capitalista na produção do espaço urbano: racionalizam-se os usos da cidade, buscando-se reduzir conflitos entre as diversas formas de apropriação e garantir, deste modo, as melhores condições para a reprodução dos diversos capitais que perpassam o território.

Quanto aos padrões de localização intraurbana das indústrias, também se verificou em Poços de Caldas a coexistência de dois padrões distintos de distribuição de fábricas, como demonstram a Figura 24 e a Tabela 10.

O primeiro padrão caracteriza-se pela presença de estabelecimentos de tamanho micro ou pequeno, e/ou de ramos tradicionais da indústria nas áreas centrais (zonas central e/ou pericentral), principalmente às margens ou proximidades de importantes vias de circulação intraurbana.

Na Figura 24, os estabelecimentos listados com os números 1, 2, 7, 11, 14, 15, 16, 19 e 29 funcionam nas áreas centrais de Poços de Caldas. De acordo com a Tabela 10, são microempresas (1-19 funcionários) ou pequenas empresas (20-99 funcionários), segundo classificação do CIEMG (2011). Para Ribeiro e Almeida (1980) e Ribeiro (1982b), a localização central de indústrias de pequeno porte pode ser explicada por fatores como a menor necessidade de espaço do gênero industrial,

o ano de fundação mais antigo e a falta de capitais para ampliação da capacidade produtiva ou para realocação de fábricas.

Em sua maioria, esses estabelecimentos operam ramos tradicionais da indústria, como fabricação de bebidas, confecção de artigos do vestuário e acessórios, impressão e reprodução de gravações e fabricação de produtos alimentícios (FIGURA 24, TABELA 10). Em geral, as pequenas fábricas de ramos tradicionais, por suas especificidades, permanecem nas áreas centrais por mais tempo do que indústrias extrativas, químicas, metalúrgicas, mecânicas, dentre outras, devido à menor produção de externalidades negativas (maus cheiros, ruídos, congestionamentos, dentre outros) e menor incidência de conflitos com as populações do entorno. Além disso, gêneros como editorial e gráfico (impressão e reprodução de gravações) privilegiam a localização central, devido à maior acessibilidade aos insumos (informações) e ao principal mercado urbano.

Os capitais locais predominam entre os estabelecimentos com localização central em Poços de Caldas (FIGURA 24, TABELA 10). Os principais investimentos externos no município durante a **fase diversificada** formaram plantas industriais de tamanho médio (100-499 funcionários) ou grande (500 funcionários ou mais) nas periferias da cidade. Em contraposição, os micro e pequenos estabelecimentos que funcionam nas áreas centrais são representados majoritariamente por capitais endógenos e dependem especialmente das economias de aglomeração da cidade para sua reprodução.

O único aspecto da dinâmica locacional intraurbana das indústrias em Poços de Caldas que não corrobora as teorias e os estudos de caso citados no Capítulo I consiste na presença de indústrias com ano de fundação relativamente recente (ao invés de antigo) nas áreas centrais (FIGURA 24, TABELA 10).

Os estabelecimentos 11, 15 e 16 iniciaram suas atividades no início da **fase diversificada** (décadas de 1960 e 1970), mantendo a localização central por período relativamente extenso (mais de 40 anos). Por outro lado, existem unidades implantadas durante a **fase de mutação**, portanto muito recentemente, como os números 2 e 19. Além disso, não foi identificada nenhuma fábrica das **fases antiga ou mineradora** nas áreas centrais. Ao contrário, todos os estabelecimentos datam

da **fase diversificada ou de mutação**, ou seja, nas duas últimas das quatro fases de industrialização do município.

Este “desvio aparente” da teoria pode ser explicado pelas seguintes razões: ciclo de vida reduzido das pequenas fábricas criadas durante as **fases antiga e mineradora**, em função das condições técnicas de produção relativamente simples da época; impactos da crise econômica da década de 1980 e da abertura do mercado nacional na década de 1990 sobre as pequenas indústrias de capitais locais e de gêneros tradicionais; realocização de fábricas no tecido urbano; alta rotatividade de usos; e valorização dos imóveis nas áreas centrais.

O segundo padrão é representado por estabelecimentos de tamanho médio ou grande, de ramos mais modernos da indústria e/ou com ano de fundação mais recente nas periferias, localizados nos principais corredores de circulação intra e interurbana que perpassam o município, como as Avenidas João Pinheiro e Mansur Frayha, na zona oeste; a Avenida Presidente Wenceslau Braz, na zona leste; e a Avenida Alcoa, na zona sul.

As maiores indústrias de capital externo, representadas pelos números 3, 10, 27, 30 e 34, implantaram suas fábricas em áreas pouco urbanizadas, próximos à ferrovia (número 3 e 34) e às rodovias BR-146 e BR-267. Conforme a Figura 23, os estabelecimentos 3, 30 e 34 estão localizados respectivamente nas áreas B, A e C definidas pelo INDI (1974) como as mais indicadas para a implantação industrial no município durante a **fase diversificada**.

A localização periférica dos estabelecimentos de menor porte correlaciona-se ao ano de fundação mais recente, principalmente no sentido oeste da expansão urbana (FIGURA 24, TABELA 10). À exceção das unidades produtivas de números 6, 9, 12, 17, 24, 25 e 33, todos os empreendimentos periféricos foram implantados após a década de 1970, ou seja, durante as **fases diversificada** ou de **mutação**, pelos seguintes motivos:

- disponibilidade de terrenos mais baratos;
- menor incidência de deseconomias de aglomeração;
- restrições impostas pelo Poder Público à localização central.

Alguns estabelecimentos de capitais locais criados durante as **fases antiga e mineradora** (17, 24 e 25), que se instalaram na periferia, pertencem a gêneros

ligados à extração ou transformação dos recursos minerais (FIGURA 24, TABELA 10). A localização periférica destes empreendimentos justifica-se pela preponderância dos custos de transporte nas escolhas locais, o que estimulou a implantação de fábricas junto aos insumos (indústria 17); ou pela necessidade de amplos espaços, inexistentes ou caros nas áreas centrais.

Nas periferias de Poços de Caldas existem estabelecimentos de ramos diversos, tradicionais (fabricação de alimentos e confecção de artigos do vestuário e de acessórios) e modernos (fabricação de produtos químicos e metalurgia). Essa característica também pode ser explicada pela disponibilidade de terrenos baratos, bem localizados junto às principais vias de circulação interna da cidade, o que evita as deseconomias de aglomeração das áreas centrais.

O Distrito e o Minidistrito Industrial não foram instrumentos eficazes na promoção e ordenamento da indústria no território. Ao contrário de outras cidades médias, como Rio Claro (SP) (MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1987), a influência desses espaços é praticamente nula no processo de periferação da indústria em Poços de Caldas. Atualmente, nenhuma das indústrias relacionadas pelo CIEMG (2011) funciona no Distrito ou Minidistrito Industrial da cidade.

As dificuldades burocráticas na liberação dos incentivos aos empresários; a falta de infraestrutura e de serviços urbanos necessários ao bom funcionamento da indústria; a localização distante da aglomeração urbana, responsável pela elevação dos custos com transporte (principalmente da força de trabalho), justificam a ineficiência do Distrito e do Minidistrito Industrial dentro dos objetivos de promoção e ordenamento da indústria na cidade.

Todavia, o investimento recente em infraestrutura nestes espaços, bem como a “simplificação” dos trâmites burocráticos na concessão dos benefícios previstos pelo “Programa Avança Poços” (POÇOS DE CALDAS, 2009), têm surtido efeitos positivos na ocupação do Distrito e do Minidistrito Industrial.

Tal política visa principalmente à realocação de indústrias que se encontram instaladas em áreas mais urbanizadas. Estão em fase de implantação no Distrito Industrial as seguintes empresas: Plenus Manutenção Industrial e Comércio LTDA (fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos), Neonutri Suplementos Nutricionais LTDA (fabricação de produtos alimentícios), WR

Engenharia LTDA (manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos), a Solar Minas Aquecimento Solar (instalação de equipamentos de energia solar) e a Transvita (distribuição de combustíveis) (MARIA, 2011).

Segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho da Prefeitura de Poços de Caldas, Cibele Melo Benjamin (apud RIBEIRO, 2011, p. 6),

[...], de novembro de 2010 a outubro de 2011 foram assinados oito protocolos de intenção com empresas que buscam espaço para expandir suas atividades no município, sem contar outra que já formalizou projeto de instalação no Minidistrito Industrial.

De acordo com Maria (2011), encontram-se em fase de negociação para instalação de unidades produtivas no Distrito Industrial as empresas Lunni Serviços Industriais (manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos), Togni S/A Materiais Refratários (fabricação de produtos de minerais não-metálicos) e Jota Indústria Mecânica (fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias). No Minidistrito Industrial foram assinados protocolos de intenções para a implantação das firmas Gelo Fácil (fabricação de produtos alimentícios) e Prata Distribuidora de Produtos Hospitalares (comércio atacadista de medicamentos).

As perspectivas do Poder Público Municipal são as de que o Distrito e o Minidistrito Industrial venham fortalecer a indústria no município e ordená-la, de fato, no território. Investindo em seus espaços industriais, o Estado reforça seu papel de indutor da descentralização das indústrias e de produtor do espaço urbano, racionalizando as formas de apropriação do território.

Em síntese, a Figura 24 e a Tabela 10 demonstram que a experiência de Poços de Caldas ratifica as teorias e os estudos de caso sobre a dinâmica locacional intraurbana das indústrias. A descentralização das unidades produtivas constitui uma tendência predominante nas escolhas locais, mas não é capaz de eliminar lógicas pretéritas de localização, nem as necessidades específicas de espaço de alguns gêneros industriais. Por esse motivo, coexistem no espaço urbano dois padrões específicos de localização industrial: pequenos estabelecimentos, de gêneros tradicionais e/ou com ano de fundação mais antigo nas áreas centrais; e médios e grandes estabelecimentos, de gêneros mais modernos e/ou com ano de

fundação mais recente nas periferias. Esta dinâmica assemelha-se àquelas identificadas em outras cidades médias brasileiras, como Presidente Prudente (SP) (SPOSITO, 1986/1987), Rio Claro (SP) (MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1987) e Bauru (SP) (TOLEDO, 2009). A única ressalva consiste na implantação de estabelecimentos com ano de fundação relativamente recente nas áreas centrais, ao invés dos mais antigos, devido às peculiaridades do processo de produção do espaço urbano local.

Na sequência do capítulo, discute-se o estágio atual da indústria em Poços de Caldas.

4.2. Estrutura recente das relações produtivas em Poços de Caldas

A principal característica do parque industrial de Poços de Caldas consiste na diversidade de tamanhos, gêneros, origens dos capitais e ano de fundação/fase de industrialização dos estabelecimentos. Neste aspecto, sua estrutura industrial assemelha-se a de outras cidades brasileiras, como Presidente Prudente (SP) (SPOSITO, 1986/1987), Rio Claro (SP) (MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1986), Sumaré (SP) (MENDES e SELINGARDI-SAMPAIO, 1992), Araras (SP) (ZAMBARDA e SELINGARDI-SAMPAIO, 2001) e Bauru (SP) (TOLEDO, 2009); e diferencia-se de cidades como Americana (SP), especializada na fabricação de produtos têxteis (MENDES, 2002), ou Santa Gertrudes (SP), onde predomina a transformação de minerais não-metálicos (MENDES e POLETTI, 2009).

A manifestação de forças endógenas de industrialização marca o desenvolvimento do espaço industrial de Poços de Caldas desde os primórdios da cidade, devido à rápida expansão do mercado consumidor (urbano e turístico), associada ao turismo hidrotermal e à imigração italiana (**fase antiga**). A disponibilidade de certos recursos naturais, como a bauxita e o zircônio, despertou o interesse precoce de grupos exógenos (estrangeiros, principalmente) pelo município, integrando-o a circuitos produtivos de maior alcance espacial durante as **fases mineradora e diversificada**, como “plataforma de produção”.

Com os investimentos estrangeiros a partir da década de 1960, a cidade urbanizou-se e retroalimentou suas forças internas de industrialização, ampliando e

diversificando seu parque industrial (instalação de estabelecimentos de tamanhos diversos da indústria de transformação), e polarizando as seguintes funções no contexto regional: turismo, produção industrial, prestação de bens e serviços e gestão do território.

A diversificação industrial e o fato de constituir-se numa “plataforma produtiva” para grandes indústrias estrangeiras inibiram a formação de cadeias produtivas sólidas e densas suficientes para promover a especialização da estrutura produtiva local.

As Tabelas 11 e 12 caracterizam o estágio atual da indústria em Poços de Caldas.

Tabela 11 – Indústrias pesquisadas em Poços de Caldas de acordo com o tamanho dos estabelecimentos e o número de funcionários, 2011.

Tamanho dos estabelecimentos	Quantidade de estabelecimentos	Percentual (%)	Número de funcionários	Percentual sobre o total de funcionários
Micro	93	68,38	674	9,66
Pequeno	32	23,53	1285	18,42
Médio	07	5,15	1719	24,64
Grande	04	2,94	3296	47,28
Total	136	100,00	6974	100,00

Fonte – CIEMG, 2011.

Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

Tabela 12 – Indústrias pesquisadas em Poços de Caldas de acordo com o tamanho e o gênero fabril, 2011.

Gênero industrial	Tamanho dos estabelecimentos industriais													
	Micro			Pequeno			Médio			Grande			Total	
	N°	%		N°	%		N°	%		N°	%		N°	%
Indústrias extrativas	19	20,53		04	12,5		-	-		01	25		24	17,82
Produtos alimentícios	14	14,98		05	15,625		02	28,60		01	25		22	16,36
Bebidas	01	1,07		-	-		-	-		-	-		01	0,73
Produtos do Fumo	-	-		-	-		-	-		-	-		-	-
Produtos Têxteis	01	1,07		-	-		-	-		-	-		01	0,73
Artigos do Vestuário e Acessórios	04	4,28		03	9,375		01	14,28		-	-		08	5,84
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-	-		-	-		-	-		-	-		-	-
Produtos de madeira	01	1,07		-	-		-	-		-	-		01	0,73
Celulose, papel e produtos de papel	01	1,07		-	-		-	-		-	-		01	0,73
Impressão e reprodução de gravações	10	10,7		-	-		-	-		-	-		10	7,3
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	-	-		-	-		-	-		-	-		-	-
Produtos químicos	02	2,14		01	3,125		01	14,28		-	-		04	2,92
Produtos farmacêuticos e farmacêuticos	-	-		-	-		-	-		-	-		-	-
Produtos de borracha e de material plástico	01	1,07		04	12,5		-	-		-	-		05	3,65
Produtos de minerais não-metálicos	04	4,28		02	6,25		01	14,28		01	25		08	5,84

Metallurgia	01	1,07	01	3,125	-	-	01	-	25	03	2,19
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	20	21,6	03	9,375	-	-	-	-	-	23	16,91
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	02	2,14	-	-	01	14,28	-	-	-	03	2,19
Máquinas e equipamentos	01	1,07	03	9,375	-	-	-	-	-	04	2,92
Veículos automotores, reboques e carrocerias	02	2,14	02	6,25	-	-	-	-	-	04	2,92
Equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis	06	6,42	02	6,25	-	-	-	-	-	08	5,84
Produtos diversos	-	-	01	3,125	01	14,28	-	-	-	02	1,46
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	03	3,3	01	3,125	-	-	-	-	-	04	2,92
Total	93	100	32	100	07	100	04	100	100	136	100

Fonte – CIEMG, 2011.

Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

De acordo com a Tabela 11, existiam 136 indústrias em Poços de Caldas em 2011. Comparativamente a 1980, no auge da **fase diversificada** (TABELA 4), estas cifras representam um decréscimo de 39,28% no número total de estabelecimentos. As causas dessa redução foram:

- os efeitos da crise da década de 1980 e da abertura comercial do país na década de 1990;
- a fraca integração do município ao processo de desconcentração regional da indústria brasileira;
- a guerra fiscal entre os lugares.

Sob impacto desses processos, na **fase de mutação**, Poços de Caldas vem perdendo a capacidade de atrair e manter unidades produtivas em seu território, o que se reflete na diminuição do número de estabelecimentos e de participação do setor nas economias local, regional e estadual (TABELAS 6, 7 e 8).

As indústrias de pequeno porte (tamanhos micro e pequeno), com 91,91% do total de estabelecimentos, predominam na estrutura produtiva, como mostra a Tabela 11. Por outro lado, um número reduzido de indústrias de grande porte (tamanho médio e grande) emprega 71,92% da força de trabalho, revelando expressiva concentração técnica da produção (TABELA 11). Essa característica torna-se mais evidente quando se verifica que 4 estabelecimentos de tamanho grande ocupam 47,28% dos funcionários, contra 52,72% ocupadas por empresas de tamanho médio, pequeno e micro (132 estabelecimentos), ou seja, empregam aproximadamente metade da força de trabalho. A concentração técnica da produção constitui característica marcante no parque industrial de Poços de Caldas desde a **fase diversificada** (TABELAS 3 e 4), quando o município recebeu elevadas somas de investimentos estrangeiros, integrando-se ao circuito mundial de produção.

A diversificação da indústria em Poços de Caldas pode ser constatada na Tabela 12. Coexistem no espaço urbano todos os gêneros industriais identificados pelo CNAE (IBGE, 2012), exceto fabricação de produtos de fumo; preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis; fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; e fabricação de outros equipamentos

de transportes, exceto veículos automotores. Existem indústrias tradicionais, geralmente mantidas por capitais endógenos e de menor tamanho; e indústrias mais dinâmicas, como os grandes ou médios estabelecimentos da metalurgia ou de fabricação de produtos químicos.

Os gêneros com maior número de estabelecimentos são as indústrias extrativas, a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, e a fabricação de produtos alimentícios, com 17,82%, 16,91% e 16,36%, respectivamente (TABELA 12), relacionados à transformação dos recursos minerais do Planalto de Poços de Caldas e dos recursos agropecuários do Sul e Sudoeste de Minas (leite e carne).

As 10 maiores indústrias de Poços de Caldas, segundo o CIEMG (2011) e Maria (2011), estão elencadas na Tabela 13.

Tabela 13 – As 10 maiores indústrias em Poços de Caldas de acordo com o gênero industrial, ano de fundação, número de funcionários e origem dos capitais investidos, 2011.

Estabelecimento industrial	Gênero industrial	Ano de fundação	Número de funcionários	Origem dos capitais
Alcoa Alumínio S/A	Metalurgia	1965	1300	Americano
Mineração Curimbaba LTDA	Extrativa mineral	1961	866	Local
Danone LTDA	Alimentos	1974	630	Francês
Togni S/A Materiais Refratários	Produtos de minerais não-metálicos	1916	500	Local
Yoorin Fertilizantes	Química	1968	400	Local ⁷
Phelps Dodge Internacional Corporation	Materiais elétricos	1975	400	Americano
Ferrero do Brasil	Alimentos	1997	313	Italiano
Frigorífico Nossa Senhora da Saúde LTDA (Frigonossa)	Alimentos	-	240	-
M&G Fibras e Resinas	Química	1977	200	Italiano
Cristais São Marcos LTDA	Produtos de minerais não-metálicos	1962	152	Local

Fonte – CIEMG, 2011 e MARIA, 2011.
Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

⁷ Indústria formada inicialmente por capitais japoneses, durante a **fase diversificada**, com o nome de Fertilizantes Mitsui, adquirida recentemente pelo Grupo Curimbaba, de capitais endógenos.

Conforme a Tabela 13, os estabelecimentos de capitais estrangeiros foram implantados durante a **fase diversificada**, atraídos principalmente pela presença de insumos. Quanto às maiores indústrias de capitais endógenos, observa-se que estas foram fundadas nas fases iniciais de industrialização (**fases antiga e mineradora**), atuando principalmente na extração ou transformação de recursos minerais (bauxita, argilas refratárias) do Planalto de Poços de Caldas. A origem e desenvolvimento destas indústrias familiares deve-se à imigração italiana no final do século XIX.

Nenhuma das 10 maiores indústrias instalou-se em Poços de Caldas na **fase de mutação**, o que demonstra a perda de importância do município em atrair empreendimentos de médio e grande porte no cenário econômico contemporâneo.

Durante a execução do trabalho de campo, foram adquiridas informações adicionais sobre a estrutura e as relações industriais em Poços de Caldas, as quais se encontram sintetizadas nas Tabelas 14 e 15 e nas Figuras 25, 26, 27 e 28. Os dados utilizados para a construção destas figuras e tabelas referem-se aos 24 empresários que responderam ao questionário industrial (Anexo I), cujas características e localizações estão indicadas na Tabela 10 e na Figura 24, respectivamente (números de 1 a 24).

Tabela 14 – Origem(ns) principal(is) das matérias-primas utilizadas pelas indústrias pesquisadas em Poços de Caldas, 2012.

Indústria	Origem(ns) principal(is) das matérias-primas				
	Poços de Caldas	Sul e Sudoeste de Minas	Minas Gerais	Brasil	Exterior
1				X	
2	X			X	
3				X	
4		X		X	
5				X	
6				X	
7				X	
8				X	
9				X	
10		X			
11	X				
12				X	
13	X			X	
14				X	
15				X	
16	X				
17				X	
18				X	
19				X	
20				X	
21				X	
22				X	
23				X	
24	X	X			
Total	5	3	0	20	0

Fonte – Questionário Industrial, 2012.
 Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

A Tabela 14 mostra as principais origens dos insumos empregados pelas indústrias pesquisadas em Poços de Caldas. Predominam as matérias-primas obtidas em escala nacional (Brasil, exceto Minas Gerais), com 71,4% do total das indústrias pesquisadas. São Paulo aparece como principal fornecedor de insumos, em função da diversidade de seu parque industrial e da proximidade geográfica com Poços de Caldas. O município também adquire matérias-primas de Estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte, mas em proporção bem menor.

Poços de Caldas e o Sul e Sudoeste de Minas (exceto Poços de Caldas) contribuem com, respectivamente, 17,85% e 10,75% dos principais insumos utilizados pelas indústrias pesquisadas, principalmente para os estabelecimentos ligados ao beneficiamento de minérios, à impressão e reprodução de gravações ou à fabricação de produtos alimentícios. Nenhum empresário relatou o Estado de Minas Gerais (exceto o Sul e Sudoeste de Minas) e o Exterior como origem principal das matérias-primas.

A Tabela 15 diferencia as áreas de mercado dos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas.

Tabela 15 – Área de mercado dos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas, 2012.

Indústria	Principal(is) mercado(s)				
	Poços de Caldas	Sul e Sudoeste de Minas	Minas Gerais	Brasil	Exterior
1	X	X			
2	X	X			
3				X	
4			X	X	
5	X	X			
6				X	
7	X				
8	X	X		X	
9	X				
10				X	
11	X				
12				X	
13	X				
14	X				
15				X	
16	X				
17					X
18		X			
19	X				
20	X			X	
21	X				
22	X				
23				X	
24				X	X
Total	14	5	1	10	2

Fonte – Questionário Industrial, 2012.

Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

A maior parte das indústrias pesquisadas (43,75%) tem como principal mercado o próprio município. Na sequência, os principais destinos da produção são o Brasil (exceto Minas Gerais), com 31,25%; o Sul e Sudoeste de Minas (exceto Poços de Caldas), com 15,62%; o Exterior, com 6,25%; e Minas Gerais (exceto o Sul e Sudoeste de Minas), com 3,13%.

Este fato pode ser explicado pela predominância de estabelecimentos de micro e pequeno porte, de ramos diversos e de capitais endógenos no município. As dificuldades de expansão da capacidade produtiva, geralmente associada à escassez de capitais, restringem as áreas de mercado destas indústrias às escalas local e/ou regional.

As indústrias que atendem o mercado internacional são representadas pelos grandes estabelecimentos de capitais locais, e não pelas indústrias de capitais estrangeiros. Tratam-se de empresas familiares formadas durante as primeiras fases de industrialização do município (**antiga ou mineradora**), ligadas à extração ou transformação dos minérios encontrados no Planalto de Poços de Caldas, que, ao longo do tempo, modernizaram e expandiram suas capacidades produtivas, integrando-se a mercados mais amplos. Os países da América Latina constituem os principais mercados internacionais explorados por estas indústrias.

Os grandes estabelecimentos de capitais estrangeiros têm o território nacional como principal mercado, com destaque para São Paulo, onde há maior densidade de consumidores e maior proximidade geográfica com Poços de Caldas.

As Figuras 25 e 26 revelam o perfil da força de trabalho empregada nos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas.

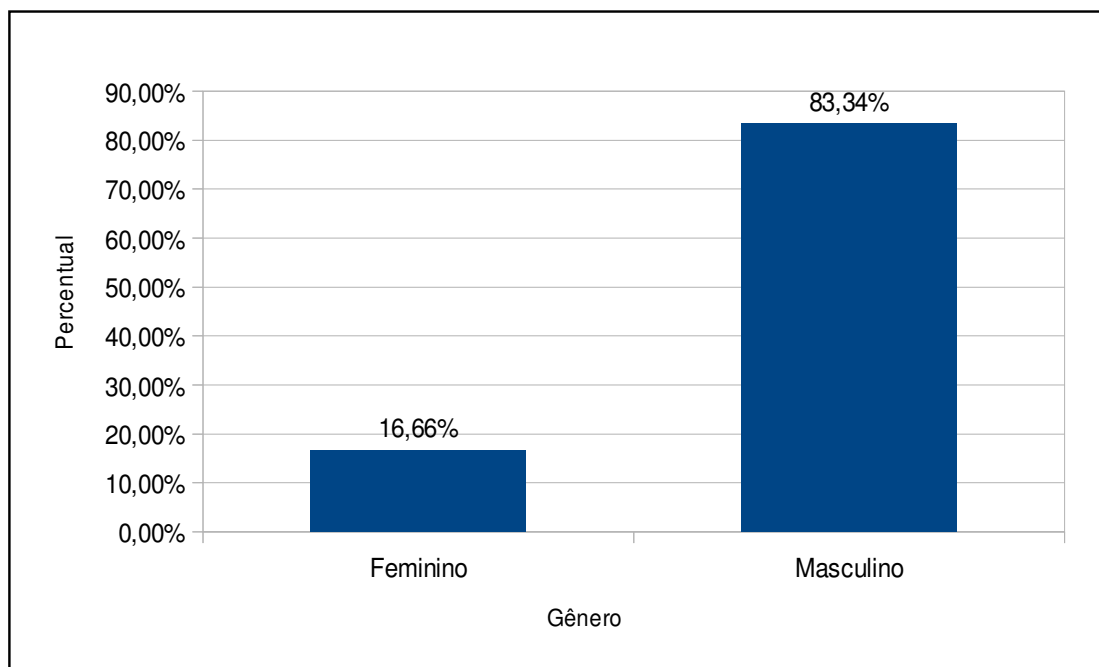


Figura 25 – Mão-de-obra empregada nos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas, por gênero, 2012.

Fonte – Questionário Industrial, 2012.

Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

Como demonstra a Figura 25, a maior parte da mão-de-obra empregada nas indústrias pesquisadas em Poços de Caldas pertence ao gênero masculino (83,34%). Os estabelecimentos que empregam maior quantidade (16,66%) de mão-de-obra feminina pertencem aos gêneros fabricação de produtos alimentícios, confecção de artigos do vestuário e acessórios, e impressão e reprodução de gravações, que exigem menor força física. Alguns ramos industriais, como a confecção de artigos do vestuário e acessórios, tradicionalmente utilizam mais mulheres em seus postos de trabalho do que homens.

A Figura 26 mostra a escolaridade média da força de trabalho dos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas.

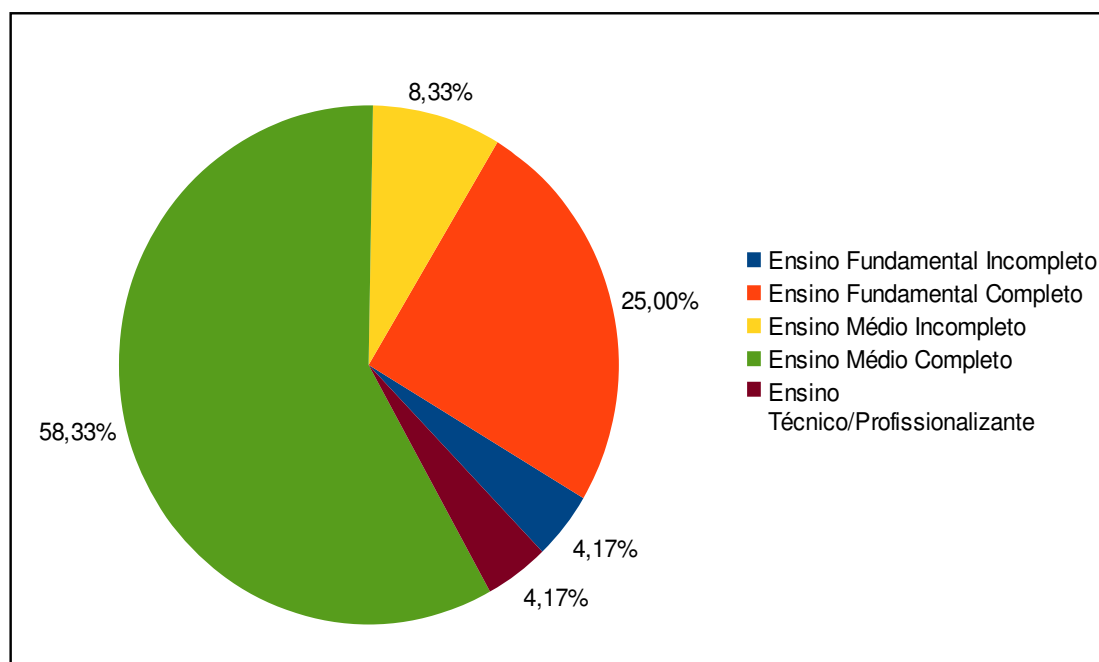


Figura 26 – Escolaridade média da força de trabalho dos estabelecimentos industriais pesquisados em Poços de Caldas, 2012.

Fonte – Questionário Industrial, 2012.

Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

De acordo com a Figura 26, a maior parte das indústrias pesquisadas tem em seus quadros funcionais indivíduos que concluíram o Ensino Médio (58,33%). Os estabelecimentos que empregam funcionários majoritariamente com Ensino Fundamental Completo totalizam 25%; com Ensino Médio Incompleto, 8,33%; com Ensino Fundamental Incompleto, 4,17%; e com Ensino Técnico/Profissionalizante, 4,17%.

Este perfil da força de trabalho denota a predominância de gêneros mais tradicionais e intensivos em mão-de-obra barata na estrutura industrial do município, em detrimento dos ramos mais dinâmicos do setor atualmente, como as indústrias de alta tecnologia.

A análise dos questionários industriais revelou ainda o predomínio das atividades produtivas em relação às atividades administrativas na composição da força de trabalho. Nas grandes indústrias, principalmente de capitais exógenos, esta característica reforça a condição de Poços de Caldas enquanto “plataforma de produção”, devido aos menores custos com a mão-de-obra.

Os proprietários dos estabelecimentos de pequeno porte relataram a falta de capacitação dos funcionários como uma das principais dificuldades para se produzir em Poços de Caldas. Apesar de a cidade abrigar instituições dedicadas à qualificação da mão-de-obra, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), existem obstáculos no estabelecimento de convênios, seja pela falta de capitais para investir no treinamento da força de trabalho ou pela “preferência” das instituições qualificadoras em suprir as necessidades das maiores indústrias.

Para contornar o problema, muitas empresas oferecem cursos de capacitação internamente, recorrendo às empresas de consultoria, locais ou não. Os estabelecimentos de maior porte também dispõem de programas internos para qualificação da mão-de-obra, geralmente em atividades específicas do processo produtivo.

Quanto às relações interindustriais, o trabalho de campo revelou que práticas como a subcontratação são inexpressivas, devido à diversificação do parque industrial e ao frágil desenvolvimento de cadeias produtivas. Apenas 3 estabelecimentos funcionam por subcontratação, totalizando 12,5% da amostra, contra 87,5% que trabalham com produção própria.

A maioria das indústrias conta com sua sede em Poços de Caldas (87,5%), apenas 12,5% são filiais. Este aspecto pode ser compreendido pela predominância de pequenos estabelecimentos de capitais locais na estrutura industrial. As filiais de indústrias, em geral, são de maior porte e de capitais estrangeiros, como mostra a Tabela 13.

Os fatores que determinaram a implantação das unidades produtivas pesquisadas em Poços de Caldas estão relacionados na Figura 27.

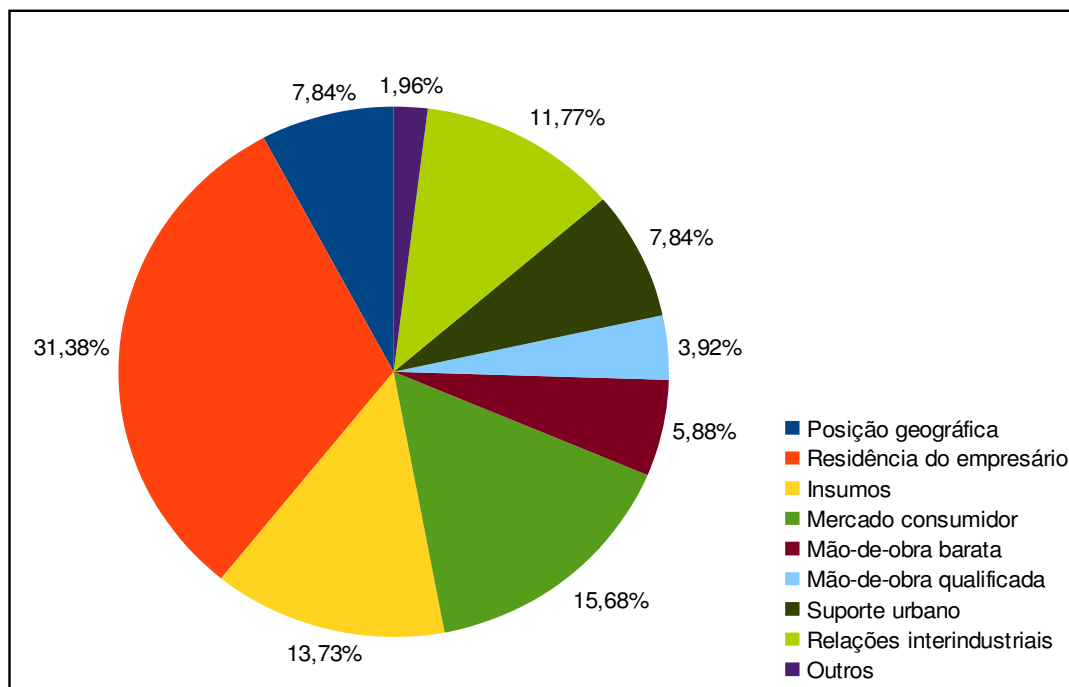


Figura 27 – Fatores locais determinantes para a instalação das unidades produtivas pesquisadas em Poços de Caldas, 2012.

Fonte – Questionário Industrial, 2012.

Autor – OLIVEIRA, E. M., 2012.

De acordo com a Figura 27, o local de residência do empresário constitui o principal fator de localização das indústrias pesquisadas em Poços de Caldas, citado por 31,38% dos empresários ou seus representantes. Essa característica está associada principalmente à predominância de micro e pequenos estabelecimentos de capitais locais no município.

Na sequência, a presença de mercado consumidor, a disponibilidade de matérias-primas e as relações interindustriais aparecem como principais fatores locais, respectivamente com 15,68%, 13,73% e 11,77% das respostas. Os dados revelam a importância dos insumos (reservas minerais do Planalto de Poços de Caldas e bacia leiteira do Sul e Sudoeste de Minas) e das economias de aglomeração da cidade (mercado consumidor - local, regional e turístico -, infraestrutura e serviços urbanos, cadeias produtivas incipientes, dentre outras) nas escolhas locais.

As ações promocionais da indústria pelo Estado, como a concessão de incentivos fiscais e creditícios e implantação de distritos e minidistritos industriais,

não foram citadas por nenhum empresário como determinantes para a instalação do empreendimento na cidade. Embora grandes e médias indústrias, principalmente de capitais externos, provavelmente tenham recebido ou recebam subvenções fiscais dos Governos Municipal, Estadual e/ou Federal, nenhum de seus representantes mencionou este fator como relevante para a implantação de fábricas em Poços de Caldas.

Por sua vez, os micros e pequenos empresários relataram dificuldades de acesso aos benefícios disponibilizados pelo Poder Público, destacando-se a “preferência da Prefeitura” pelos estabelecimentos de tamanho médio ou grande na concessão dos incentivos fiscais e creditícios. No Brasil, esta é uma prática recorrente, que se fortalece com a guerra fiscal entre os lugares, devido à motricidade exercida pelas grandes indústrias sobre as economias local e regional.

No entanto, após entrevista realizada na SEDET, acredita-se que parte dos problemas encontrados pelos pequenos empresários estão relacionados à falta ou à tênue comunicação com a Prefeitura, porque o “Programa Avança Poços” (POÇOS DE CALDAS, 2009) prevê o estímulo à expansão da capacidade produtiva e à realocação de fábricas como principais diretrizes da política industrial do município (MARIA, 2011).

De acordo com 66,67% dos estabelecimentos pesquisados, a localização em Poços de Caldas tem se mostrado vantajosa, principalmente pela proximidade do mercado (local, regional e turístico) e das facilidades de acesso aos insumos (locais, Sul e Sudoeste de Minas e São Paulo). As causas da insatisfação de 33,33% dos empresários são:

- a concorrência no mercado, principalmente com empresas paulistas;
- a falta de mão-de-obra qualificada;
- os altos custos com transportes da força de trabalho e dos insumos;
- a fragilidade das relações interindustriais;
- a “falta” de incentivos da Prefeitura Municipal;
- a alta carga tributária de Minas Gerais;
- a “preferência do Poder Público” em fomentar o turismo em detrimento da indústria.

A Figura 28 explicita a influência de alguns fatores locacionais intraurbanos sobre a distribuição espacial das unidades produtivas pesquisadas em Poços de Caldas.

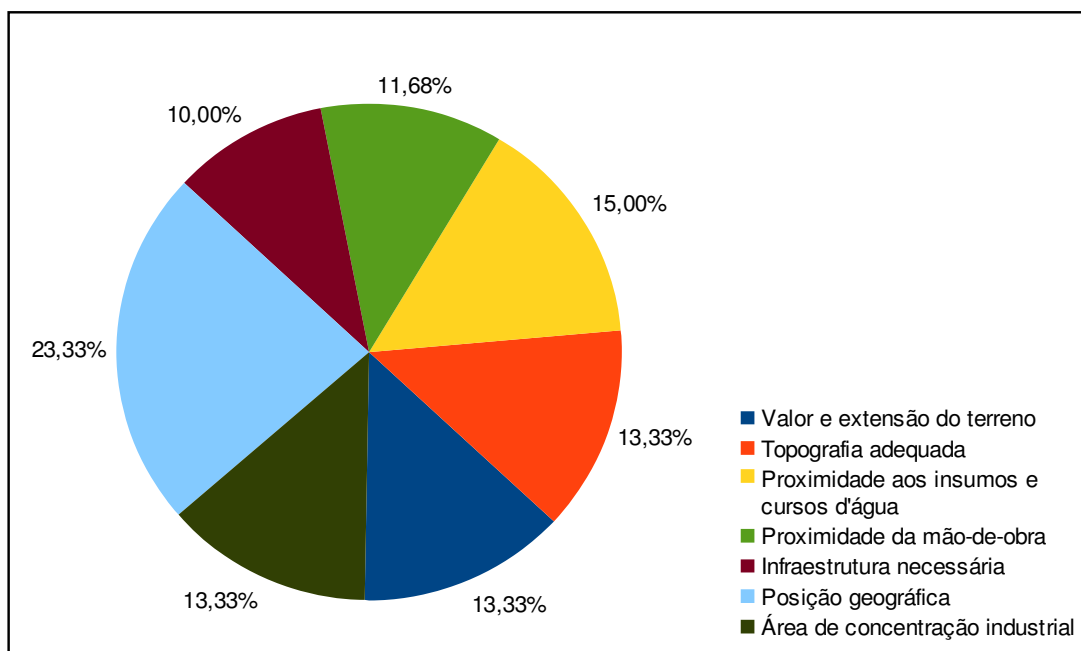


Figura 28 – Fatores locacionais intraurbanos que influenciaram as escolhas locais dos empresários pesquisados em Poços de Caldas, 2012.

Fonte – Questionário Industrial, 2012.

Organização – OLIVEIRA, E. M., 2012.

A Figura 28 revela que há certo equilíbrio entre alguns fatores locacionais intraurbanos na distribuição espacial das indústrias pesquisadas em Poços de Caldas. A posição geográfica, citada por 23,33% dos empresários, sinaliza a importância da acessibilidade aos insumos, ao mercado, aos serviços e à mão-de-obra na seleção dos logradouros.

Cruzando-se as informações da Figura 28 com a Figura 24, foi possível verificar que a localização periférica foi adotada pela maioria dos empresários, coincidindo com a “melhor posição geográfica” para a construção de fábricas. A disponibilidade de terrenos mais amplos e baratos do que nas áreas centrais (FIGURAS 14 e 15) interfere diretamente no processo de descentralização da indústria, principalmente no sentido oeste da expansão urbana, onde existem lotes relativamente mais planos do que em outras periferias.

A periferização é facilitada, ainda, pela presença de importantes vias de circulação intraurbana, como as Avenidas João Pinheiro e Mansur Frayha, que fazem a ligação do centro de Poços de Caldas – onde estão concentrados os principais pontos turísticos e estabelecimentos comerciais e de serviços – a uma das rodovias que ligam a cidade ao Estado de São Paulo, a BR-267. Na prática, as melhores condições de acessibilidade relacionadas a estas vias de circulação intra e interurbana estimularam a formação de uma área de concentração industrial na zona oeste, denominada genericamente de “Parque Industrial da Ponte Preta”.

A proximidade dos insumos e dos cursos d'água, o valor e extensão do terreno, a topografia adequada e a área de concentração industrial, com respectivamente 15%, 13,33%, 13,33% e 13,33% do total de respostas, sucedem a posição geográfica enquanto principais fatores locais intraurbanos. A influência destes fatores também se relaciona e contribui para a descentralização da indústria em Poços de Caldas. Nas periferias, o valor venal do solo é menor (FIGURA 15), os terrenos são mais amplos e em maior quantidade (FIGURA 14), e relativamente planos (como nas zonas oeste, sudoeste e sul). Além disso, a localização dos estabelecimentos em área de aglomeração industrial (zona oeste) (FIGURA 24) traz uma série de vantagens aos empresários, como a menor incidência de conflitos com as populações do entorno e a possibilidade do estabelecimento de *linkages* com outras indústrias. Todavia, a concentração excessiva de indústrias pode ser prejudicial, gerando deseconomias de aglomeração.

A proximidade da mão-de-obra e a presença de infraestruturas necessárias aparecem, respectivamente, com 11,68% e 10% do total de respostas, e foram citadas basicamente pelos micro e pequenos empresários localizados em áreas de ocupação mais densa da cidade.

Por fim, a presença de espaços industriais planejados (Distrito e Minidistrito Industrial) e a influência do Poder Público não foram consideradas por nenhum estabelecimento como condicionantes para a localização intraurbana atual. Novamente, os dados ressaltam a ineficiência das políticas industriais das décadas de 1990 e 2000 na promoção e ordenamento territorial da indústria.

No entanto, a Prefeitura Municipal vem investindo e fortalecendo seu Distrito e o Minidistrito Industrial enquanto locais prioritários para abrigar a atividade no

município, condicionando a concessão de incentivos à localização nestes espaços. Contudo, a ocupação do Distrito e do Minidistrito Industrial está ocorrendo lentamente, devido ao período recente (2009) de aprovação da nova política industrial.

Durante o trabalho de campo, constatou-se que 41,67% dos estabelecimentos tiveram sua localização modificada no espaço urbano. As indústrias que foram realocadas são de pequeno porte e reiniciaram suas atividades na zona oeste, área periférica que concentra a maior parte das unidades produtivas em Poços de Caldas (FIGURA 24). A construção de fábricas em terrenos próprios; a modernização e/ou a expansão da capacidade produtiva; ou a valorização dos imóveis nas áreas centrais constituem os principais motivos de realocação dos estabelecimentos na cidade.

Para 75% dos empresários, a localização intraurbana dos estabelecimentos tem se mostrado vantajosa. A distribuição periférica das unidades produtivas (FIGURA 24) reduz grande parte dos conflitos com as populações do entorno. As causas de insatisfação dos outros 25% do empresariado referem-se à falta de espaço para expansão ou modernização da capacidade produtiva devido à falta de capitais; às dificuldades de acesso aos insumos ou de escoamento da produção; e aos conflitos com as populações vizinhas, associados ao mau cheiro resultante do processo de transformação industrial.

Em síntese, a dinâmica locacional intraurbana das indústrias em Poços de Caldas assemelha-se à de outras cidades médias brasileiras e estrangeiras, com a descentralização dos estabelecimentos, devido ao acúmulo de deseconomias de aglomeração nas áreas centrais e à manifestação de economias de aglomeração nas periferias. Com um parque industrial diversificado, coexistindo fábricas de diferentes portes e gêneros, há uma multiplicidade de exigências locacionais no que concerne à acessibilidade aos insumos e aos mercados, à disponibilidade e perfil da mão-de-obra, à presença de infraestruturas e serviços urbanos, bem como diferenciais de acesso aos incentivos oferecidos pelo Poder Público, principalmente em função do tamanho e da origem dos capitais investidos na indústria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas locacionais da indústria diferenciam-se pela escala geográfica e mantêm entre si relações de reciprocidade. O desenvolvimento do parque industrial de Poços de Caldas revela a integração progressiva do município a circuitos espaciais de produção mais abrangentes no decorrer de suas fases de industrialização. Sob influência da indústria, novos dinamismos territoriais foram engendrados na cidade, tornando mais complexa a produção do espaço.

A **fase antiga** caracterizou-se pela presença de pequenos estabelecimentos de ramos tradicionais, empenhados em suprir necessidades do mercado consumidor florescente, devido à apropriação do território pelo turismo balneário. A imigração italiana desempenhou papel fundamental neste primeiro momento, devido aos conhecimentos técnicos trazidos do país de origem.

No entanto, a indústria ainda não constituía atividade capaz de dinamizar e promover transformações socioespaciais profundas no território, devido às condições relativamente simples de produção e ao predomínio do turismo na economia local. Esta relação foi invertida a partir da década de 1940, com a proibição dos jogos de azar e a crise da crenoterapia no tratamento de doenças.

Na **fase mineradora**, Poços de Caldas recuperou-se gradativamente da crise do turismo balneário, integrando-se às dinâmicas locacionais da indústria de escalas mais abrangentes. A mineração da bauxita ascendeu à condição de principal atividade econômica no município, ao despertar o interesse e os investimentos externos ao território, devido aos novos usos industriais do alumínio no pós-guerra.

A partir de 1965, iniciou-se um ciclo de grande desenvolvimento industrial e econômico, alavancado por capitais exógenos, caracterizando a **fase diversificada** de industrialização. No bojo da globalização, da internacionalização do capital financeiro e produtivo, e da disjunção espacial da produção, instalaram-se grandes indústrias estrangeiras na cidade, atraídas basicamente pelos recursos minerais do Planalto de Poços de Caldas e pelos insumos agropecuários do Sul e Sudoeste de Minas. O parque industrial do município desenvolveu-se e diversificou-se amplamente. A indústria de transformação ganhou destaque, equiparando-se à indústria extrativa praticada desde as fases anteriores.

Com a implantação de grandes estabelecimentos, a cidade cresceu e o município urbanizou-se, destacando-se econômica e demograficamente em relação aos municípios agrários do entorno. As economias de aglomeração no espaço urbano retroalimentaram forças endógenas de industrialização, estimulando a criação de pequenas unidades produtivas de capitais locais, contribuindo para a expansão e a diversificação do setor terciário. Deste modo, Poços de Caldas passou a polarizar funções diversas na região, consolidando sua condição de cidade média.

Pode-se afirmar, portanto, que durante as **fases mineradora e diversificada**, a função de Poços de Caldas na divisão territorial do trabalho foi redefinida. De estância hidroclimática e de espaço de entretenimento, dedicado à cura de moléstias e à exploração dos jogos de azar, o município transformou-se em “plataforma produtiva” para o grande capital da indústria. Na **fase diversificada**, a indústria contribuiu com a maior parte das receitas municipais e tornou-se a principal atividade dinamizadora do território.

Todavia, o município sofreu os efeitos da crise dos anos 1980, da abertura comercial do país à economia globalizada e da adoção de políticas neoliberais pelo Estado Brasileiro a partir de 1990. A instalação da Ferrero do Brasil, em 1997, marcou o fim da supremacia da indústria enquanto principal atividade econômica em Poços de Caldas, iniciando um período de sensíveis alterações nas características socioeconômicas e na dinâmica territorial do município. Tal fato tem sido evidenciado através da diminuição do número de empregos gerados pela atividade industrial e da perda de importância dessa atividade econômica e, por conseguinte, do município, no contexto regional.

A frágil integração ao processo de desconcentração regional da indústria brasileira, a posição desfavorável na guerra fiscal dos lugares, bem como as fracas cadeias produtivas existentes foram incapazes de consolidar e impulsionar internamente a indústria. Desta forma, durante a **fase de mutação**, Poços de Caldas vem perdendo a capacidade de atrair e manter estabelecimentos industriais no seu território.

Com relação aos impactos do processo de industrialização, na sucessão das fases identificadas, a estrutura e o funcionamento da cidade foram bastante modificados, pois a indústria constitui a atividade econômica capaz de promover as

mais rápidas e profundas transformações no território, como crescimento urbano, adensamento dos fluxos materiais e imateriais, atração de atividades correlatas, diversificação econômica, complexificação morfológico-funcional, dentre outras.

Durante a produção do espaço urbano, as unidades produtivas competem com outros usos (habitação, circulação, turismo, comércio, serviços, espaços públicos, áreas de preservação histórica e ambiental, dentre outros) pelas melhores localizações. Essa disputa é mediada pelo mercado imobiliário, e resulta na distribuição “coerente” das plantas industriais na cidade, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas (ano de fundação/fase de industrialização), o tamanho e gênero dos estabelecimentos, as restrições/estímulos do Poder Público à determinada localização, dentre outros.

A materialização dos diferentes usos e funções urbanas em Poços de Caldas é pontuada por relações de complementaridade e/ou conflitos, revelando a multiplicidade de capitais que buscam se reproduzir no território, bem como a disputa entre os agentes sociais pelo poder local.

A história econômica e a formação socioespacial do município demonstram que, desde a gênese da cidade, no final do século XIX, as “verticalidades” e as racionalidades capitalistas se impuseram ao lugar, em função da disponibilidade de certos recursos naturais e agropecuários no território. Primeiramente, as fontes hidrotermais foram apropriadas para satisfazer um público externo, promovendo a atividade turística. Posteriormente, a presença de minérios fomentou a indústria extrativa, gerando economias de aglomeração na cidade e estimulando a implantação de indústrias de transformação.

No entanto, no atual cenário econômico e das relações interindustriais, as condições gerais para o desenvolvimento da indústria mostram-se “saturadas” ou “insuficientes” na cidade, perdendo seu poder de atração. A racionalidade capitalista vem se apropriando de outros lugares no Sul e Sudoeste de Minas, como Varginha e Pouso Alegre, para reprodução do capital industrial, conferindo posição secundária a Poços de Caldas.

Um processo de industrialização que teve como principal propulsor a presença de recursos naturais não-renováveis, sem o devido “enraizamento” das indústrias “motrizes” e a formação de cadeias produtivas sólidas no território, tornou

a indústria local dependente, em grande parte, das jazidas minerais, e sensível às oscilações do mercado e a outras determinações político-econômicas de origem externa.

A adoção de políticas públicas que privilegiem a formação ou consolidação de sinergias entre indústrias (principalmente as de capitais locais) e entre a indústria e outras atividades historicamente praticadas em Poços de Caldas (agropecuária, turismo, comércio e serviços) pode fortalecer a economia local e, talvez, contenha o declínio industrial do município.

O “Programa Avança Poços” apresenta aspectos significativos neste sentido, principalmente por beneficiar indústrias que já investem na cidade. A instrumentalização recente dos espaços industriais planejados (Distrito e Minidistrito Industrial), principalmente para realocização de estabelecimentos, também constitui importante estratégia para ordenar a indústria no território, “minimizando” conflitos entre as diversas formas de apropriação do espaço urbano.

Entretanto, durante o trabalho de campo, foram identificadas falhas de comunicação entre o Poder Público e as pequenas empresas de capitais locais. Estas falhas constituem um ponto a ser corrigido, uma vez que o investimento nas indústrias de capitais endógenos corrobora o fortalecimento dos interesses locais em detrimento dos externos.

As perspectivas futuras para a indústria em Poços de Caldas são várias e dependem certamente dos resultados das políticas públicas que serão adotadas no município pelo Estado.

A política industrial praticada atualmente no município visa a fomentar um novo ciclo de crescimento industrial e econômico, contornando as dificuldades enfrentadas pelo setor na **fase de mutação**. Incentiva-se a instalação de novos estabelecimentos, principalmente aqueles ligados às novas tecnologias, que geram produtos de maior valor agregado, menores níveis de poluição e maior competitividade no mercado.

Contudo, a Lei 8602/2009 (POÇOS DE CALDAS, 2009) apresenta uma contradição fundamental: privilegiam-se os estabelecimentos intensivos em mão-de-obra (MARIA, 2011), fator cada vez menos empregado pelas empresas de alta tecnologia. Acrescenta-se ainda que, durante o trabalho de campo, foi constatada a

carência de mão-de-obra qualificada para indústria na cidade, mesmo para ramos mais tradicionais.

A instalação do *Campus Avançado* da UNIFAL-MG em 2009, com cursos nas áreas de ciência, tecnologia e engenharias, procura justamente suprir esta lacuna, formando mão-de-obra qualificada para o município e região.

Recentemente, foi criado o Centro de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação (CDTI), uma iniciativa da UNIFAL-MG em parceria com a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (POÇOS DE CALDAS..., 2012). Este centro objetiva capacitar empresas que irão se instalar no Distrito ou no Minidistrito Industrial do município, criando uma rede local de inovação. Constitui, portanto, exemplo recente da articulação entre instituições e outros agentes sociais para a promoção e maior competitividade da indústria poços-caldense.

Por fim, levantamentos recentes realizados pelo Serviço Geológico do Brasil, do Ministério de Minas e Energia, constataram a presença de terras raras no Planalto de Poços de Caldas, cujos elementos químicos (neodímio, lantânio, cério, dentre outros) constituem matérias-primas para indústrias de alta tecnologia (BALBINO, 2012). A disponibilidade destes insumos vem reforçar os interesses estatais de promover setores mais dinâmicos da indústria contemporânea na cidade.

Contudo, resta saber se as medidas que vêm sendo tomadas para promoção da indústria de alta tecnologia irão reverter o quadro geral de declínio da indústria local e promover, de fato, uma nova fase de desenvolvimento industrial e econômico no município.

A atuação do Estado e o envolvimento da sociedade civil serão vitais neste processo. Faz-se necessário suplantarmos o atual momento desfavorável vivido pela indústria e pela economia de modo geral em Poços de Caldas, articulando os diferentes setores e agentes sociais envolvidos na produção deste espaço.

Neste sentido, a presente pesquisa pretende contribuir significativamente para o entendimento da gênese e evolução da atividade industrial no município estudado, trazendo subsídios para a elaboração de políticas públicas que possam construir um futuro industrial que reflita os anseios e a participação dos diferentes segmentos da sociedade local.

REFERÊNCIAS

[A CIDADE]. 2010. Disponível em: <<http://200.195.60.10/>>. Acesso em: 6 fev. 2010.

AERoclUBE DE POÇOS DE CALDAS. [Aeroporto de Poços de Caldas]. Poços de Caldas: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.aeropc.com.br/aeroporto.html>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. [Tarifas cobradas pelas concessionárias de energia no Brasil]. [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=493>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

AMORIM FILHO, O. B. Um modelo de zoneamento morfológico-funcional do espaço intra-urbano das cidades médias de Minas Gerais. In: AMORIM FILHO, O. B.; SENNA FILHO, N. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Vieira, 2005.

BALBINO, J. Poços está no mapeamento brasileiro de terras-raras. **Jornal da Mantiqueira**, Poços de Caldas, 3 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.mantiqueira.inf.br/pocos180312.asp>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

BARBOSA, W. de A. Evolução econômica. In: _____. **História de Minas**. V. 2. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

BATELA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 367-374, 2006.

BEAUJEU - GARNIER, J. Modelo de geografia urbana e localização de povoações. In: CHORLEY, R.; HAGGETT, P. **Modelos socioeconômicos em geografia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1975.

BORDE, J. et al. **Les villes françaises**. Paris: Masson, 1980.

BRASIL. Decreto-lei n. 9215 de 30 de abril de 1946. Proíbe a exploração ou práticas de jogos de azar em todo o território nacional. **Diário Oficial da União**, 30 abr. 1946.

_____. Lei n. 10257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BULL, P. J. The spatial components of intraurban manufacturing change: suburbanization in Clydeside, 1958–1968. **Institute of British Geographers**, London, v. 3, n. 1, p. 91–100, 1978.

CALIL, C. **Poços de Caldas**, cidade “rosa”. Poços de Caldas, 1995.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CARUSO JÚNIOR, R. **[Antiga fábrica de sabonetes]**. Poços de Caldas: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.memoriadepocos.com.br/2011/04/fabrica-de-sabonetes-teste.html>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DE MINAS GERAIS. **Minas Gerais: catálogo industrial**. Belo Horizonte: CIEMG, 2011. 1 CD.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. **[Laboratório de Poços de Caldas]**. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.cnen.gov.br/lapoc/institucional/historico.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO. **[Informações gerais da empresa]**. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.cia-brasileira-aluminio.com.br/pt/locais.php>>. Acesso em 10 fev. 2012.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. In: _____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CUNHA, L. Prefeito vai a Brasília reivindicar a permanência da Alcoa na cidade. **Jornal da Mantiqueira**, Poços de Caldas, 18 maio 2012. Disponível em: <[http://mantiqueira,inf,br/pre180512.asp](http://mantiqueira.inf.br/pre180512.asp)>. Acesso em: 5 maio 2012.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA. **[Usinas hidrelétricas de Poços de Caldas]**. Poços de Caldas: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://www.dme-pc.com.br/on_ac_login.php>. Acesso em: 10 fev. 2012.

DEZÉRT, B. L'aménagement de l'espace industrialisé. In: DERRUAU et al. **Initiation à la Géographie Appliquée**. Paris: Masson, 1978.

DIAS, M. de C. A verdadeira história da LPC – Danone. **Jornal da Cidade**, Poços de Caldas, 31 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.memoriadepocos.com.br/2011/06/verdadeira-historia-da-lpc-danone.html>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, jul. 1996.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **[Transporte ferroviário em Poços de Caldas]**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/p/pcaldas.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

FACULDADE PITÁGORAS. **[Cursos de Graduação]**. Poços de Caldas: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.faculdadepitagoras.com.br/PocosdeCaldas/afaculdade/Paginas/Institucional.aspx>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

FERRERO DO BRASIL. **[Informações gerais da empresa]**. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.ferrero.com.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F; SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização recente do município de Limeira em face do contexto industrial paulista. **Geografia**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 23–38, abr. 1992.

_____; SPOSITO, E. S. (orgs). **Indústria**, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRAYHA, G. Z. **Poços de Caldas polo mesorregional**: ambiente, planejamento e qualidade de vida na articulação dos municípios da Média Mogiana e do Sul de Minas Gerais. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **[IDH-M de Poços de Caldas]**. Belo Horizonte: FJP, 2000. Disponível em: <<http://www.datagerais.mg.gov.br/site/index.php>>. Acesso em 20 jan. 2011.

GACHELIN, C. La dispersion industrielle. In: **La localization des industries**. France: Presses Universitaires de France, 1977.

GONÇALVES, Y. de A. **Poços de Caldas**: uma leitura econômica. Varginha: Sul Mineira, 2010.

GOOGLE EARTH. **[Imagem aérea de Poços de Caldas]**. [S.l.]: 2010.

GRUPPO MOSSI & GHISOLFI. 2012. **[Informações gerais da empresa]**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.gruppomg.com.br/home.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HUMMEL, C. P.; MENDES, A. A. *Brownfields* e atores sociais no município de Rio Claro (SP – Brasil): memórias e revitalizações. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, n. 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 6967- 6977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

_____. **Recenseamento geral do Brasil**, 8. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. V. 4, t. 12.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. **Recenseamento geral do Brasil**, 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. V. 3, t. 2, pt. 1.

_____. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **[Informações gerais de Poços de Caldas]**. [S.l.]: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. **[Dados estatísticos de Poços de Caldas]**. [S.l.]: IBGE, 2010b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?codunit=3098&z=t&o=4&i=P>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. **Classificação nacional de atividades econômicas**. 2012. [S.l.]: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 4 fev. 2012.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS. **Poços de Caldas**: informações básicas para investidores. Belo Horizonte: [s. n.], 1974.

JORNAL DA CIDADE. Abaixo-assinado pede ao prefeito a reativação de linhas férreas. **Jornal da Cidade**, Poços de Caldas, 28 dez. 2011. Disponível em: <http://www.jor-cidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=141:abaixo-assinado-pede-ao-prefeito-a-reativacao-de-linhas-ferreas&catid=12:todos&Itemid=21>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. Abaixo-assinado pede o fim do serviço de charretes. **Jornal da Cidade**, Poços de Caldas, 8 fev. 2012. Disponível em: <http://www.jor-cidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=148:abaixo-assinado-pede-o-fim-do-servico-de-charretes&catid=12:todos&Itemid=21>. Acesso em: 8 fev. 2012.

JORNAL DA MANTIQUEIRA. Alcoa pode fechar unidade de Poços. **Jornal da Mantiqueira**, Poços de Caldas, 18 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.mantiqueira.inf.br/alcoa180112.asp>>. Acesso em: 18 jan. 2012a.

_____. Mosconi se reúne com Cemig para impedir fechamento da Alcoa. **Jornal da Mantiqueira**, Poços de Caldas, 1 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.mantiqueira.inf.br/mosco010212.asp>>. Acesso em: 1 fev. 2012b.

_____. Governo de Minas anuncia medidas para permanência da Alcoa em Poços. **Jornal da Mantiqueira**, Poços de Caldas, 3 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.mantiqueira.inf.br/gover030212.asp>>. Acesso em: 3 fev. 2012c.

_____. Governo de Minas anuncia apoio para expansão da Alcoa em Poços. **Jornal da Mantiqueira**, Poços de Caldas, 30 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.mantiqueira.inf.br/gover300312.asp>>. Acesso em: 30 mar. 2012d.

LAGENBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo**: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LEMOS, P. S. de. **Águas termais de Poços de Caldas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1904.

LENCIONI, S. **Reestruturação urbano-industrial**: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A indústria têxtil. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARIA, R. T. C. **Pesquisa sobre indústrias de Poços** – solicitação de dados [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <emendesoliveira@yahoo.com.br> em 22 dez. 2010.

_____. **[A indústria de Poços de Caldas]**. [dez. 2011]. Entrevistador: E. M. Oliveira. Poços de Caldas, 2011. 2 cassetes sonoros (90 min).

MARRAS, S. **A propósito de águas virtuosas**. Formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MEGALE, N. B. **Memórias históricas de Poços de Caldas**. 2. ed. Poços de Caldas: Sulminas, 2002.

MENDES, A. A.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. Dinâmica locacional intra-urbana das indústrias: o caso de Rio Claro (SP). **Geografia**, Rio Claro, v. 12, n. 24, p. 61–84, out. 1987.

_____.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. Implantação industrial em Sumaré: origens, agentes e efeitos. Contribuição ao estudo da interiorização da indústria no Estado de São Paulo. **Geografia**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 39–76, abr. 1992.

_____. Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica: uma análise da estrutura produtiva do polo têxtil de Americana (SP). **Geografia**, Rio Claro, v. 27, n. 3, p. 87 – 100, dez. 2002.

_____. **Quando o espaço determina a indústria: o exemplo do condomínio industrial de Atibaia (SP)**. 2007. 156 f. Tese (Livre Docência em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

_____.; POLETTO, E. R. Relações produtivas e apoio institucional nas indústrias de pisos e revestimentos cerâmicos no município de Santa Gertrudes (SP). **Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 1, p. 77 – 90, jan./abr. 2009.

_____. **Dinámica locacional de las industrias en Valladolid (Castilla y León, España): un análisis crítico de la creación de condiciones de producción y de reproducción del capital**. 2011. 68 f. Relatório (Posdoctorado em Geografía) – Departamento de Geografía, Universidad de Salamanca, Salamanca. [No prelo].

MENDÉZ, R. Políticas de promoción y ordenación industrial en las áreas urbanas. In: VALLE, R. M. G del; RUIZ-VALDEPEÑAS, H. P. **Industria y ciudad en España: nuevas realidades, nuevos retos**. [S. l.: s. n.]: 2006.

_____.; CARAVACA, I. **Organización industrial y territorio**. 4. ed. Madrid: Síntesis, 2008.

MINERAÇÃO CURIMBABA. 2012. **[Informações gerais da empresa]**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.curimbaba.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **[Dados estatísticos de Poços de Caldas]**. [S. l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://geosnic.cidades.gov.br/src/php/app.php>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Banco de informações e mapas de transportes (BIT)**. [S.l.: s. n.], 2011. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/index/conteudo/id/35852>>. Acesso em: 11 maio 2011.

MORAIS, D. A. de. **Poços de Caldas**: memórias em preto e branco II. Poços de Caldas: Sulminas, 2006.

OLIVEIRA, L. H. G. de. Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 22–69, out./dez. 1976.

PASCUAL, H.; ANDRÉS, G. Actividades productivas y dinámicas urbanas en Burgos. In: VALLE, R. M. G. del; RUIZ-VALDEPENAS, H. P. **Industria y ciudad en España: nuevas realidades, nuevos retos**. [S.l.: s. n.], 2006.

PAULA, R. Z. A. de. **Percalços da industrialização**: o caso de Minas Gerais. 2001. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PEREIRA, F. M.; LEMOS, M. B. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 127 – 165, abr. 2003.

PHELPS DODGE INTERNACIONAL CORPORATION. **[Informações gerais da empresa]**. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <<http://www.pdic.com/ABOUT-US.aspx>>. Acesso em 29 fev. 2012.

PINTAUDI, S. M.; CARLOS, A. F. A. Espaço e indústria no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 5–23, jan/mar. 1995.

POÇOS DE CALDAS. Lei n. 2091, de 2 de setembro de 1973. Disciplina as normas para concessão de incentivos fiscais no município. **Lex**: Diário Oficial de Poços de Caldas, Poços de Caldas, n. 72, 1973.

_____. **Plano Diretor**. Poços de Caldas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1992.

_____. **Revisão do Plano Diretor do Município de Poços de Caldas – diagnóstico**. Poços de Caldas: Exatus, 2006a.

_____. Lei complementar n. 74, de 27 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Poços de Caldas nos termos da Lei Federal n° 10257/2001, altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei 5488, de 4 de janeiro de 1994 e dá outras providências. **Lex:** Jornal de Poços, Poços de Caldas, 2006b.

_____. Lei complementar n. 92, de 26 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo do município de Poços de Caldas e dá outras providências. **Lex:** Jornal de Poços, Poços de Caldas, n. 98, 2007.

_____. Lei n. 8602, de 22 de outubro de 2009. Institui o Programa Avança Poços e dá outras providências. **Lex:** Jornal de Poços, Poços de Caldas, n. 164, 2009.

POÇOS de Caldas conta com Centro de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação. 2012. Disponível em: <<http://200.195.60.10/?p=1860>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

POÇOS HOJE. Várias empresas estão deixando Poços de Caldas. **Poços Hoje**, Poços de Caldas, 18 jan. 2012. Disponível em: <http://pocoshoje.com/mostra_noticia.asp?codigonoticia=6851>. Acesso em: 19 jan. 2012.

PONTES, H. História dos cassinos em Poços de Caldas. **Jornal da Cidade**, Poços de Caldas, 17 nov. 2011. Disponível em: <http://www.jor-cidade.com.br/index.php?view=article&catid=14%3Atodos&id=131%3Ahistoria-dos-cassinos-em-pocos-de-caldas&tmpl=component&print=1&page=&option=com_content&Itemid=23>. Acesso em: 20 fev. 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **[Cursos de graduação]**. Poços de Caldas: [s.n.], 2012. Disponível: <<http://www.pucpcaldas.br/>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

RIBEIRO, F. Distrito industrial, uma realidade em construção. **Poços Hoje**, a. 5, n. 6, p. 6-7, nov. 2011.

RIBEIRO, M. A. C.; ALMEIDA, R. S. de. Padrões de localização espacial e estrutura de fluxos dos estabelecimentos industriais da área metropolitana de Recife. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 42, n. 2, p. 203–264, abr./jun. 1980.

_____. Principais linhas de abordagem e estudos empíricos a nível intra-urbano: uma resenha em torno da localização industrial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 44, n. 3, jul./set. 1982a.

_____. Padrões de localização e estrutura de fluxos dos estabelecimentos industriais na região metropolitana de Salvador. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 44, n. 4, p. 591–637, out./dez. 1982b.

RODRIGUES, C. B. **Um território de uso turístico**: o caso de Poços de Caldas. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SAILER, T. N. **Dinâmica locacional intra-urbana e os novos espaços industriais em São José dos Campos (SP)**. 2010. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro (SP).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Rio Claro. Contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no estado de São Paulo. **Geografia**, Rio Claro, v. 12, n. 24, p. 1-60, out. 1987.

_____.; CUSTÓDIO, D. L. Teoria e prática de políticas industriais: o exemplo de Rio Claro (SP). **Geografia**, Rio Claro, v. 20, n. 1, 5-46, abr. 1995.

_____. **Indústria e território em São Paulo**. A estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista. Campinas: Alínea, 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS. **Poços de Caldas**: diagnóstico municipal. Belo Horizonte: [s.n.], 1997.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SPOSITO, E. S. Localização industrial em Presidente Prudente. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 5/6, p. 83–102, 1986/87.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

TOLEDO, E. F. T. **A industrialização de Bauru**. A atividade industrial e o espaço geográfico, das origens à situação atual. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro (SP).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS. **[Cursos de graduação]**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.uemg.br/apresentacao.phpa>>. Acesso: 29 fev. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **[Cursos de graduação]**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2012. Disponível em: <www.unifal-mg.edu.br>. Acesso: em 29 fev. 2012.

UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO. **[Cursos de graduação]**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.unifenas.br/pocosdecaldas.asp>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

WILLIAMS, D. (org). **Memorial da Companhia Geral de Minas, subsidiária da Alcoa Alumínio S/A**: história da mineração no Planalto de Poços de Caldas. Poços de Caldas: Alcoa Alumínio, 2001.

ZAMBARDA, W. I. M.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Araras (SP): uma análise das etapas sucessivas de investimentos e da relação local/global. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n. 3, p. 55-95, dez. 2001.

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
 "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
 INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
 Departamento de Geografia



ANEXO I

QUESTIONÁRIO INDUSTRIAL

Nº: _____.

Data: _____.

Caracterização geral do estabelecimento industrial

1. Nome ou razão social:
2. Logradouro:
3. Bairro:
4. Telefone:
5. e-mail:

Histórico do estabelecimento industrial

1. Ano de fundação da empresa (sede):
2. Ano de instalação em Poços de Caldas:
3. O estabelecimento é: () sede da empresa () filial da empresa.
4. Localização da sede:
5. Localização das filiais:
6. Origem dos capitais investidos:
 - () Poços de Caldas;
 - () Sul e Sudoeste de Minas;
 - () Minas Gerais;
 - () Brasil. Especificar Estado ou cidade: _____.
 - () Exterior. Especificar país: _____.

Produção industrial

1. Ramo industrial a que pertence o estabelecimento:
2. Principais insumos utilizados na produção:
3. Origem principal dos insumos:
 - () Poços de Caldas;
 - () Sul e Sudoeste de Minas;
 - () Minas Gerais;
 - () Brasil. Especificar Estado ou cidade:
 - () Exterior. Especificar país:
4. Produtos fabricados:
5. Principais mercados:
 - () Poços de Caldas;
 - () Sul e Sudoeste de Minas;
 - () Minas Gerais;
 - () Brasil. Especificar Estado ou cidade:
 - () Exterior. Especificar país:

Força de trabalho

1. Número de funcionários:
2. Mão-de-obra masculina: _____.
Mão-de-obra feminina: _____.
3. Escolaridade/Qualificação dos funcionários:
 - () Majoritariamente com Ensino Fundamental Incompleto;
 - () Majoritariamente com Ensino Fundamental Completo;
 - () Majoritariamente com Ensino Médio Incompleto;
 - () Majoritariamente com Ensino Médio Completo;
 - () Majoritariamente com Ensino Técnico ou Profissionalizante;
 - () Majoritariamente com Curso Superior.
4. Número de funcionários:
Produção: _____.
Administração: _____.
5. Principal origem da força de trabalho empregada na produção:
 - () Poços de Caldas;
 - () Sul e Sudoeste de Minas;
 - () Brasil. Especificar Estado ou cidade: _____.
 - () Exterior. Especificar país: _____.

6. Principal origem da força de trabalho empregada na administração:
() Poços de Caldas;
() Sul e Sudoeste de Minas;
() Minas Gerais;
() Brasil. Especificar Estado ou cidade: _____.
() Exterior. Especificar país: _____.
7. Existe algum programa de treinamento, aperfeiçoamento ou capacitação da força de trabalho oferecido pela empresa? Qual? Por que?
8. A empresa possui algum tipo de convênio com a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado ou com instituições como o SEBRAE-MG ou o SENAI para o treinamento, aperfeiçoamento ou capacitação da força de trabalho? Qual? Por quê?

Relações interindustriais

1. Tipo de Produção: () própria () por subcontratação;
2. Atividade(s) para a(s) qual(is) a empresa é subcontratada:
3. Onde se localiza(m) a(s) empresa(s) subcontratante(s) (se houver):
() Poços de Caldas;
() Sul e Sudoeste de Minas;
() Minas Gerais;
() Brasil. Especificar Estado ou cidade: _____.
() Exterior. Especificar país: _____.
4. A empresa subcontrata algum tipo de atividade?
() Não;
() Sim. Qual(is)?
5. Onde se localiza(m) a(s) empresa(s) subcontratada(s) (se houver):
() Poços de Caldas;
() Sul e Sudoeste de Minas;
() Minas Gerais;
() Brasil. Especificar Estado ou cidade: _____.
() Exterior. Especificar país: _____.
6. A empresa possui algum tipo de convênio com as instituições de ensino superior localizadas no município? Qual? Por quê?

Localização industrial (macroescala)

1. Fatores locacionais que atraíram a empresa a Poços de Caldas:
 - () Posição geográfica do município;
 - () Local de residência do empresário;
 - () Proximidade dos insumos;
 - () Proximidade do mercado consumidor;
 - () Mão-de-obra barata;
 - () Mão-de-obra qualificada;
 - () Disponibilidade de suporte urbano;
 - () Relações interindustriais com outras empresas;
 - () Incentivos fiscais concedidos pelo Poder Público. Quais?
 - () Distrito Industrial.
 - () Outros. Especificar: _____.

2. A localização em Poços de Caldas tem se mostrado vantajosa para a empresa desde sua instalação no município? Por que?
 - () Sim. Por quê? _____.
 - () Não. Por quê? _____.

3. Que tipo de ações deveriam ser tomadas pelo Poder Público para tornar o município mais atrativo à localização de novas empresas e à manutenção daquelas já instaladas?

Localização industrial intraurbana

1. Número de estabelecimentos industriais da empresa na cidade:
2. Fatores locacionais de atração da empresa ao logradouro:
 - () Valor e extensão do terreno;
 - () Topografia adequada;
 - () Proximidade dos insumos ou dos cursos d'água;
 - () Proximidade da mão-de-obra;
 - () Presença da infraestrutura necessária;
 - () Posição geográfica;
 - () Área de concentração industrial;
 - () Espaços industriais planejados (Distrito Industrial);
 - () Influência do Poder Público.
 - () Outros. Especificar: _____.

3. A atual localização intraurbana atende às expectativas da empresa? Por quê?
4. A empresa já modificou sua localização intraurbana em Poços de Caldas? Por que e quando?
5. A indústria mantém relações com outros setores econômicos da cidade:
 Comércio. Especifique: _____.
 Bancário. Especifique: _____.
 Agropecuário. Especifique: _____.
 Turismo. Especifique: _____.
 Outros. Especifique: _____.
6. A indústria já recebeu ou recebe incentivos da Prefeitura Municipal?
 Não.
 Sim. Quais? _____.

Perspectivas do empresário

1. Quais são os planos e projetos futuros do empresário?
2. O que poderia ser feito para melhorar o desenvolvimento econômico em Poços de Caldas?



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
Departamento de Geografia



ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: _____.

Entrevistado(a): _____.

Cargo: _____.

1. Como o(a) Senhor(a) avalia/caracteriza a economia de Poços de Caldas?
2. Atualmente, com a guerra fiscal entre os municípios, a economia de Poços de Caldas vem perdendo importância no contexto regional. Como a Prefeitura tem atuado para minimizar esta realidade?
3. Qual a importância da indústria no conjunto das atividades econômicas praticadas no município?
4. Como o(a) Senhor(a) avalia a estrutura industrial (por ramos ou setores da atividade) de Poços de Caldas?
5. De acordo com dados do IBGE (2011), ao longo da década de 2000, a participação da indústria no PIB municipal tem apresentado uma tendência decrescente se comparada aos demais setores econômicos. A que fatores ou processos o(a) Senhor(a) credita esta realidade? Que medidas vêm sendo tomadas para contorná-la?
6. Quais as vantagens da localização industrial em Poços de Caldas?
7. Quais as desvantagens da localização industrial em Poços de Caldas?
8. Como funciona a política industrial adotada atualmente pela Prefeitura?
9. Existe algum setor ou ramo da indústria que tem apoio preferencial da Prefeitura para se instalar no município? Qual(is)? Por quê?
10. A Prefeitura estabelece algum tipo de parceria ou convênio com as empresas ou instituições como o SEBRAE-MG e o SENAI para qualificação e treinamento da mão-de-obra? Qual(is)? Por quê? Quais os resultados obtidos?
11. Existe algum tipo de parceria ou convênio da Prefeitura com as demais instâncias de governo (Estado ou União) para promover a atividade industrial no município? Qual(is)? Quais os resultados obtidos?

12. Como o Plano Diretor regulamenta o uso do solo industrial no município?
13. Com relação à distribuição de fábricas no tecido urbano, existem áreas onde a alocação das unidades produtivas seja preferencial e outras onde se procura restringir o uso industrial? Quais? Por quê?
14. O centro de Poços de Caldas é reconhecidamente um território de uso turístico, mas também o lugar onde se concentra a maior parte dos serviços, do comércio e dos órgãos da administração pública na cidade. Existe algum tipo de restrição à localização industrial no centro da cidade? Quais e por quê?
15. Existe uma política de realocação industrial das fábricas em funcionamento nas áreas centrais da cidade? Por quê? Como esta funciona?
16. O Distrito Industrial de Poços de Caldas foi criado na década de 1990, em parceria com o Governo do Estado. No entanto, aquele se mostrou um espaço ineficiente na atração e ordenamento da indústria por quase 20 anos. Quais seriam as causas?
17. Recentemente a Prefeitura vem atuando no sentido de fortalecer o Distrito Industrial, utilizando-se, inclusive, da cessão de incentivos fiscais, financeiros e materiais para atrair as indústrias (Lei Municipal n° 8602/09 – “Programa Avança Poços”). Que ramos ou porte de indústrias recebem apoio preferencial da Prefeitura para instalação nesse espaço? Que medidas vêm sendo tomadas para tornar o Distrito Industrial mais atrativo à localização das indústrias?
18. Existem projetos para a criação de novos espaços industriais em Poços de Caldas? Por quê? Onde? Que tipo de empresas procura-se incentivar?
19. Quais os planos e projetos futuros da Prefeitura para desenvolver a atividade industrial no município?
20. O(a) Senhor(a) deseja tecer alguma consideração final sobre a atividade industrial e a economia de Poços de Caldas?